

Revista do

EXÉRCITO BRASILEIRO

Vol. 156 - 1º quadrimestre de 2020

**Brasil - 130 anos da República
e dos símbolos nacionais**

Pág 04

Marcio Tadeu Bettega Bergo

**O impacto cultural na
alimentação dos soldados da
FEB e a logística de suprimento
na Itália (1944-1945)**

Pág 29

Fabio da Silva Pereira

**Aquelas mulheres de farda
As enfermeiras da FEB**

Pág 42

Daniel Mata Roque





Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Bda Paulo Afonso Bruno de Melo

Editor

Cel Cav Marco André Leite Ferreira
Diretor da BIBLIEx

Corpo Redatorial

Marcio Tadeu Bettega Bergo (presidente)
Antonio Ferreira Sobrinho
Cláudio Skora Rosty
Eduardo Scalzilli Pantoja
Claudio Luiz de Oliveira
Maristela da Silva Ferreira

Composição

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE
HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHIMEX)
Avenida Pedro II, 383
São Cristóvão - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20.941-070

Direção, revisão, diagramação e distribuição

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (BIBLIEx)
Palácio Duque de Caxias - Praça D. de Caxias, 25
3º andar - Ala Marcílio Dias - Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5711

Revisão

2º Ten Martieli da Silva Machado Pereira

Diagramação

Cb Vladson Elias dos Santos

Projeto Gráfico

3º Sgt Marcos Côrtes Pimenta

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para o editor executivo** (reb@esao.eb.mil.br) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 96dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de **exclusiva responsabilidade dos autores** e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

Revista do

EXÉRCITO BRASILEIRO

Vol. 156 – 1º quadrimestre de 2020 – Revista do Exército Brasileiro

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1 - v.8, 1882-1889; v.1 - v.10, 1899-1908; v.1 - v.22, 1911-1923; v.23 - v.130, 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 - 24,8cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982-, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.

NOSSA CAPA

Foto noturna da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (Guarujá, SP).

Foto: Acervo do Dr Antonio Carlos Freddo
(imagem cedida ao Cel R/1 Art Elcio Rogerio Secomandi)



Caro(a) leitor(a),

Nesta edição da *Revista do Exército Brasileiro* estão reunidos estudos e pesquisas apresentados em diferentes eventos de história militar, organizados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), por meio de seu Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEEx).

No ano de 2019, esse Centro organizou os eventos abaixo mencionados, dos quais selecionamos alguns textos como representativos dos fatos históricos que deram título aos encontros.

O primeiro artigo, “Brasil - 130 anos da República e dos símbolos nacionais”, de autoria do Gen Bda Marcio Tadeu Bettega Bergo, refere-se às comemorações previstas para o evento homônimo, “130 anos da República e da adoção dos símbolos nacionais”. O autor sintetiza para nós um complexo panorama histórico, partindo das várias etapas constitutivas de nossa Nação, até o estabelecimento dos alicerces do Brasil República e a constituição e adoção de seus símbolos, como conhecemos hoje.

Os dois artigos seguintes são frutos da IX Jornada de Estudos de História Militar (IX JEHM): *a presença e a ação militar na capitania de São Vicente – berço da defesa do Brasil*. Recebemos e apresentamos ao(a) leitor(a), do Cel Elcio Rogerio Secomandi, o rico estudo “Educação Patrimonial: fortes, fortalezas e integração nacional”; e, da arquiteta urbanista e diretora de patrimônio histórico da Prefeitura Municipal de Guarujá / SP, Lucia Helena da Silva, o artigo “História e “histórias” do dragão – gestão de seus patrimônios (Guarujá – SP)”, que muito representa seu dedicado trabalho em defesa do patrimônio histórico daquela importante região que tanto atuou na defesa deste país.

As publicações de números 4, 5, 6 e 7 registram significativamente temas apresentados no VIII Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (VIII SENAB) – *atuação da FEB na Itália com seus elementos de tropa especial e órgãos não divisionários*, com os seguintes títulos, respectivamente: “O impacto cultural na alimentação dos soldados da FEB e a logística de suprimento na Itália (1944-1945)”, do Maj Fabio da Silva Pereira, doutorando em história (UNIVERSO) e pesquisador associado do CEPHiMEEx; “Aqueles mulheres de farda - as enfermeiras da FEB”, do cineasta e mestrando em história, Daniel Mata Roque; o amplo estudo do Cap Mus R/1 João Carlos Talina, “A banda de música divisionária da FEB: origem, formação, importância e atividades no cotidiano da FEB, no teatro de operações da campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial”; e, ainda, a singular produção do pesquisador associado deste Centro de Estudos e Pesquisas, Procurador Federal e Mestre em História Comparada (UFRJ), Leonardo Montanholi dos Santos, intitulada “O papel do Ministério da Fazenda na arrecadação dos recursos financeiros e a sua distribuição para custear a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. Pesquisas variadas, qualificadas, sobre assuntos importantes e, por vezes, pouco explorados de nossa gloriosa campanha na Segunda Guerra Mundial.

Disponibilizamos, ainda, uma mostra do que foi O III Ciclo de Estudos de História Militar da Amazônia (III CEHMA) - Amazônia, ameaças e desafios, com o artigo “Floresta Amazônica: ainda um inferno verde ou agora um paraíso ameaçado?” de autoria do Dr Reis Friede, Desembargador Federal, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e grande colaborador de nossos eventos acerca da história da Amazônia.

EDITORIAL

O último ponto focal aqui representado resulta do XI Encontro Internacional de Histórias sobre História das Operações Bélicas na Guerra da Tríplice Aliança (XI EIHOBGTA), cujo tema foi “1864/1870 – uma tempestade na Bacia do Prata”, encontro que, obedecendo o rodízio entre os países beligerantes daquele conflito, foi organizado e desenvolvido no ano de 2019, pela equipe brasileira de historiadores, integrante da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, com apoio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. O artigo do Cel Antonio Ferreira Sobrinho, historiador chefe da Seção de Pesquisas Históricas do CEPHiMEx, é emblemático da temática central desses encontros, as operações bélicas. Assim, com “A situação da artilharia do Exército Brasileiro à época da campanha do Mato Grosso e a sua atuação no conflito”, encerramos esta edição na expectativa de trazer aos Srs (as) uma leitura aprazível, que possa ser vetor de estímulo e inspiração para outras pesquisas e aprofundamentos na área da história militar brasileira.

04

Brasil - 130 anos da República e dos símbolos nacionais

Marcio Tadeu Bettega Bergo

09

Educação patrimonial: fortes, fortalezas e integração nacional

Elcio Rogerio Secomandi

22

História e “histórias” do dragão

Gestão de seus patrimônios

Lucia Helena da Silva

29

O impacto cultural na alimentação dos soldados da FEB e a logística de suprimento na Itália (1944-1945)

Fabio da Silva Pereira

42

Aquelas mulheres de farda

As enfermeiras da FEB

Daniel Mata Roque

51

A Banda de Música Divisionária da FEB

Origem, formação, importância e atividades no cotidiano da FEB, no teatro de operações da campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial

João Carlos Talina

71

O papel do Ministério da Fazenda na arrecadação dos recursos financeiros e a sua distribuição para custear a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Leonardo Montanholi dos Santos

81

Floresta Amazônica: ainda um inferno verde ou agora um paraíso ameaçado?

Reis Friede

92

A situação da artilharia do Exército Brasileiro, à época da campanha do Mato Grosso, e a sua atuação no conflito

Antonio Ferreira Sobrinho

Brasil - 130 anos da República e dos símbolos nacionais

*Marcio Tadeu Bettega Bergo**

Em novembro de 2019, comemoramos 130 anos da proclamação da República e da adoção dos símbolos nacionais, a bandeira e o brasão. Oportunidade ímpar para refletirmos sobre o que aconteceu no passado, analisarmos o presente e pensarmos no futuro desta grande nação.

São várias as etapas de nossa existência, desde o descobrimento, pelos portugueses. Passamos por fases como possessão de terra a ser explorada, colônia, território ultramarino, reino unido e, por fim, chegamos a um país independente, em 1822. O século XIX foi um período de estabilização, basicamente o lançamento dos alicerces: manutenção da integridade territorial e política, delimitação das fronteiras, fixação de populações e outras ocorrências. Não sem conflitos, tanto internos como externos, tivemos dois reinados, intercalados por um período regencial. Éramos o Império do Brasil.

Variados problemas vieram à tona, mormente no final do século. O modelo monárquico entrou em crise: a abolição da escravatura e o sentimento republicano foram fatores predominantes, ao lado de questões de natureza econômica.

O último gabinete do Império, chefiado pelo senador do partido Liberal, Visconde do Ouro Preto, tentou um programa de governo destinado a reduzir o centralismo, tentando dar maiores feições de uma monarquia constitucional. Foi acusado de incentivar o regime republicano.

Algumas forças que davam sustentação a Dom Pedro II apresentavam sinais de descontentamento. A igreja católica, alegando interferências do imperador em decisões eclesiásticas; o Exército, pelas proibições aos manifestos de críticas à monarquia; os grandes proprietários rurais, insatisfeitos com o fim da escravidão; os fazendeiros paulistas, que já utilizavam mão de obra de imigrantes, também se posicionaram contrários à monarquia: queriam maior participação política e poder decisório em questões nacionais; e a incipiente classe média urbana era desejosa de maior liberdade econômica e poder político.

Assim, se apresentou pronto o cenário para uma mudança no regime. A Proclamação da República aconteceu no dia 15 de novembro de 1889, como resultado de um levante político-militar. O marechal Manuel Deodoro da Fonseca foi chamado para liderar o movimento e se tornou

* Gen Bda R/1 (AMAN, Int/74). Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEX); Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

responsável pela efetiva declaração. Assumiu, como primeiro presidente, em um governo provisório (1889-1891).

Deodoro, um herói na guerra do Paraguai (1864-1870), era notadamente contrário ao movimento republicano, era um defensor do Império. Afirmara, anteriormente, que, apesar de todos os seus problemas, a Monarquia era o “*único sustentáculo*” do país, e a República seria uma “*verdadeira desgraça*” por não estarem, os brasileiros, preparados para ela. O velho marechal, bem como parte dos militares que participaram da movimentação pelas ruas do Rio de Janeiro naquele dia, pretendia apenas derrubar o governo do Visconde de Ouro Preto. No entanto, levado ao ato, mesmo doente, agiu por imaginar que, junto a Benjamin Constant, sofreria represálias, inclusive prisão, devido à insurgência dos militares.

A população das camadas mais humildes não teve participação efetiva nas manifestações. Inclusive, devido à abolição da escravidão, nutria certo sentimento de gratidão e simpatia ao Império.

Desta forma, as classes ativamente participativas da novel República se empenharam em apagar os vestígios da monarquia, erigir heróis republicanos e criar símbolos que identificassem a sociedade brasileira com o novo modelo republicano federalista.

A Maçonaria e o Positivismo também tiveram importantes influências no processo, aliados na formação do novo Estado, principalmente no que tange às leis. A filosofia Positivista ainda se fez muito presente, principalmente, na construção dos símbolos da República.

A nova organização política alterou pouco ou quase nada as atividades econômicas e sociais, especialmente aquelas que interessavam às camadas mais baixas. Nas mais altas, organizaram-se

oligarquias locais, que assumiram a máquina pública. Este poder, anteriormente concentrado na figura do imperador, que administrava centralizadamente as deliberações, caiu nas mãos da classe enriquecida, que carecia de decisão política. Ela passou a gerenciar projetos locais e nacionais, porém majoritariamente em benefício próprio. Foi o início daquilo que, posteriormente, seria chamado de “*Velha República*”, basicamente dominada por paulistas e mineiros.

A história, no século XX, nos mostra a evolução do Brasil e os percalços enfrentados.

Em 19 de novembro, quatro dias após a Proclamação da República, foi instituída a Bandeira Nacional. Ela veio substituir um pavilhão provisório, adotado no dia 15, claramente inspirado na flâmula norte-americana, uma cópia.

A nova bandeira, projetada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, com desenho de Décio Vilares, foi inspirada no pavilhão do Império, que acabava de ser extinto. Aquela, por sua vez, projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva, conselheiro do Império, havia sido adaptação de uma outra, encomendada por Dom João VI, em 1820, desenhada pelo pintor francês Jean Baptiste Debret, com inspiração nas bandeiras militares francesas. Em 18 de setembro de 1822, por decreto de D. Pedro I, ela se converteu em nosso primeiro símbolo nacional, um losango amarelo em campo verde. Tais cores faziam referências às famílias reais que nos governavam: a Casa de Bragança, verde, e a Casa de Lorena, amarelo. Ao centro, o brasão Imperial.

Na República, mantida aquela base pictórica, as cores passaram a ser associadas não mais a dinastias e, sim, a riquezas naturais: o losango amarelo representando ouro e o retângulo verde, matas e florestas. Ao centro, foi inserida uma esfera celeste em cor azul, cruzada por uma faixa

branca, oblíqua, descendente da esquerda para a direita, com os dizeres, em verde, “Ordem e Progresso”. Este lema tem inspiração positivista, baseado na racionalidade e na ciência. “Ordem”, significando organização política e social, “progresso”, fazendo referência a desenvolvimento técnico, científico e econômico. É adaptação da frase: *“O amor por princípio e a ordem por base. O progresso por fim”*, escrita pelo principal teórico e representante da corrente, o francês Auguste Comte. Tal adaptação foi feita por Teixeira Mendes, pensando na evolução da sociedade de forma organizada. As estrelas correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 08:30 horas do dia 15 de novembro de 1889, vistas por um observador que se encontrasse fora da terra. Elas representam os 26 estados brasileiros (no Império, províncias), mais o Distrito Federal (antigo município Neutro ou Corte). Sempre que surgir um novo estado, uma nova estrela deve ser acrescentada, bem como uma retirada, em caso de extinção.

Na mesma data, foi ainda estabelecido o brasão da República, também conhecido como brasão de armas do Brasil. Desenhado pelo engenheiro Artur Zauer, por encomenda do primeiro presidente da República, é um escudo circular azul-celeste, com a constelação do Cruzeiro do Sul ao centro e, na borda, 27 estrelas prateadas, que representam os 26 estados, mais o Distrito Federal. Ele é apoiado em uma estrela de cinco pontas, sobre uma espada em riste, esta representando as Forças Armadas. Ao seu redor, uma coroa formada por um ramo de tabaco florido, à esquerda do escudo, e um outro, de café frutificado, à direita, referências aos principais produtos de exportação no final do século XIX e início do XX. Tudo sobre um resplendor de ouro. Abaixo,

sobre o punho da espada, em fita, a inscrição “República Federativa do Brasil” e a data “15 de novembro de 1889”. Lembrando que o dístico foi atualizado, visto que o primeiro nome do país, no advento da República, era “Estados Unidos do Brasil”. Também a quantidade de estrelas foi alterada, sempre correspondendo ao número de estados federados.

Assim, naquele 19 de novembro, há 130 anos, a bandeira e o brasão nacional foram instituídos, visando a representar a República nascente e a simbolizar a nação brasileira.

Posteriormente, em 1º de setembro de 1971, a lei nº 5.700 normatizou os símbolos, atualizando-os e oficializando mais dois: o selo nacional e o hino nacional brasileiro.

O primeiro cumpre função administrativa, é utilizado para autenticar documentos oficiais e atos do governo. É também usado para cancelar diplomas e certificados emitidos por instituições de ensino reconhecidas. É constituído por uma esfera com as estrelas (semelhante à da bandeira), apresentando a inscrição “República Federativa do Brasil” no entorno do círculo.

A melodia do hino nacional foi composta pelo maestro Francisco Manuel da Silva (1795-1865), provavelmente em 1831, pouco tempo após a independência do Brasil. Ela somente foi adotada como hino em 20 de janeiro de 1890, pelo decreto nº 171. Recebeu letra por ocasião das comemorações pelo primeiro centenário da independência, uma obra escrita em 1909, do poeta Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927). É uma canção que simboliza os valores marcantes da nacionalidade e o sentimento de amor à Pátria.

Os símbolos são manifestações gráficas (bandeira, armas e selo), visuais, e impulso musical

(hino), auditivo. Eles têm elevada importância histórica, pois a difundem, desempenham o papel de transmissão de sentimentos de união nacional, emulam valores cívicos e patrióticos, transmitem o sentimento de união nacional e mostram a soberania do país.

A bandeira é o mais significativo deles: tremula nos edifícios públicos, nos quartéis, nas embaixadas, em praças, nas fronteiras, em residências, fábricas, estádios e outros locais relevantes ou magnos, demarcando onde é Brasil; é ostentada nos uniformes militares; reluz, nas fuselagens de nossas aeronaves e balança nos mastros dos nossos navios; celebra atletas vencedores em competições; identifica produtos brasileiros vendidos no exterior; presta derradeiras honras fúnebres a pessoas que marcaram a vida nacional. Ela personifica o país e sua gente. Os demais símbolos seguem, nesta representatividade, em ocasiões e locais específicos.

Em suma, eles representam o Brasil dentro e fora do território nacional, traduzem a nação brasileira e o espírito de seu povo, incutindo nele o orgulho em fazer parte de uma nação tão grande, representando a honra e dignidade.

Além dos símbolos pátrios oficiais existem, complementando, outros, secundários, que, de alguma forma, também representa o país. São eles: a flor nacional, do ipê amarelo; a árvore nacional, pau-brasil; e a ave nacional, o sabiá-laranjeira.

O dia 18 de setembro é considerado o dia dos Símbolos Nacionais, evocando a adoção da primeira bandeira, em 1822. O hino nacional brasileiro tem ainda o dia 13 de abril para sua comemoração, referência a uma manifestação que ocorreu nesta data, em 1831, quando o ex-imperador D. Pedro I embarcou para Portugal.

Assim, ressaltamos, nesta ocasião, estes importantíssimos fatores em nossa história e em nossa existência como nação. Olhando para o passado, entendemos o presente e nos preparamos para o futuro.


O Brasil tem um destino de grandeza a cumprir e não pode se furtar a ele. Não temos o direito de nos contentar em ser periferia, temos que ser um país grande, coeso, próspero e feliz.

Estamos, aos poucos, despertando para um destino, criando uma base conceitual própria de planejamento e nos estruturando para formular e aplicar estratégias que conduzam nosso país ao seu futuro de grandeza. É um longo caminho, os primeiros passos aconteceram e seguem, porém com muitos obstáculos adiante. O objetivo maior somente será atingido quando gerações de brasileiros se sucederem recebendo amplos investimentos em educação e com o cultivo de sadios valores de patriotismo e nacionalidade.

Um estado soberano não é somente aquele que detenha a capacidade de definir seus rumos ou que detenha maior poder econômico. O conceito de soberania inclui a capacidade de defesa de seus interesses e, também e sobretudo, a responsabilidade pelos seus atos - ou pela ausência deles. Um estado, não sendo capaz de proporcionar satisfação aos anseios de seu povo, com certeza dará margem ao aparecimento de ilícitos de toda natureza, o que pode ser motivo de turbulências, de desagregação ou até de intervenção por outros estados, realmente soberanos e mais poderosos. E se for incapaz de usar racionalmente suas riquezas em prol do bem-estar de seu povo, ou mesmo de defendê-las, poderá tê-las cobiçadas e ameaçadas por terceiros.

O futuro é como um fruto que, para nos alimentar daqui a algum tempo, precisa ser semeado

hoje e cuidado todos os dias, até sua maturação, e, selecionando as melhores sementes, seguidamente replantado e cuidado, em um processo contínuo.

Temos que nos preparar nos dias de hoje. A milenar sabedoria chinesa, assim recomenda: *“Deve-se cavar o poço d’água antes de se sentir sede”*. 

Referências

BRASIL. Decreto Executivo nº 4, de 1889, Poder Executivo. Estabelece os distintivos da bandeira e das armas nacionais, e dos sellos e sinetes da República.

BRASIL. Lei Nº 5.700, de 1º de Setembro de 1971. Dispõe sobre a Forma e a Apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras Providências.

BRASIL. Decreto nº 171, de 20 de Janeiro de 1980. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Conserva como Hino Nacional a composição musical de Francisco Manoel da Silva.

Educação patrimonial: fortes, fortalezas e integração nacional

*Elcio Rogerio Secomandi**

Historia magistra vitae (Cícero - 106-43 a.c)

Introdução

Um conjunto de dezenove (19) fortificações coloniais do Brasil (bem seriado) concorre ao reconhecimento como patrimônio mundial pela UNESCO – Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – conforme lista indicativa enviada em 2015, para apreciação entre 2020 e 2025. O julgamento da proposta brasileira pela UNESCO está previsto para ocorrer em 2022, como parte das comemorações do bicentenário da independência do Brasil.

Com o objetivo de divulgar tal proposição estamos buscando alcançar todas as formas de manifestação de apoio, centradas no “pertencimento” – ou seja, no valor simbólico das fortificações coloniais erguidas para “repelir inimigos” e que hoje, obsoletas para fins militares operacionais, se abrem para “receber amigos”.

Trata-se, portanto, de incentivar a busca de novos usos para as fortificações coloniais sobreviventes que permeiam o vasto perímetro do Brasil. Estas fortificações, indicadas para o Patrimônio Mundial, sem dúvida muito contribuíram

para firmar a ocupação (*uti possidetis*) de um amplo espaço geográfico que abriga três dentre os maiores ecossistemas do mundo: a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado.

Por meio desta dissertação educacional esperamos estar acrescentando uma pequena contribuição ao processo de reconhecimento empreendido pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – centrando nossa proposta no pertencimento, ou seja, em um novo “olhar”, para o lado belo da arquitetura & engenharia militar que, ainda hoje, materializa nossa história.

Referencial teórico

A lista indicativa das dezenove (19) fortificações coloniais indicadas como bens seriados para o patrimônio mundial (UNESCO, 2015) contém catorze (14) fortificações dos séculos XVI e XVII e cinco (5) do século XVIII. Estas fortificações, com características peculiares fazem parte de um amplo sistema defensivo construído a partir de um esforço conjunto dos habitantes das capitanias hereditárias (poucas vingaram) e apresentam processos construtivos diferentes

* Cel R1 Artilharia. Pós-graduado em Administração de Empresas (FGV - Fundação Getúlio Vargas) e Ciências Militares (ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). Professor Emérito da Universidade Católica de Santos. Membro efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, da Academia Santista de Letras, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. ersecomandi@gmail.com

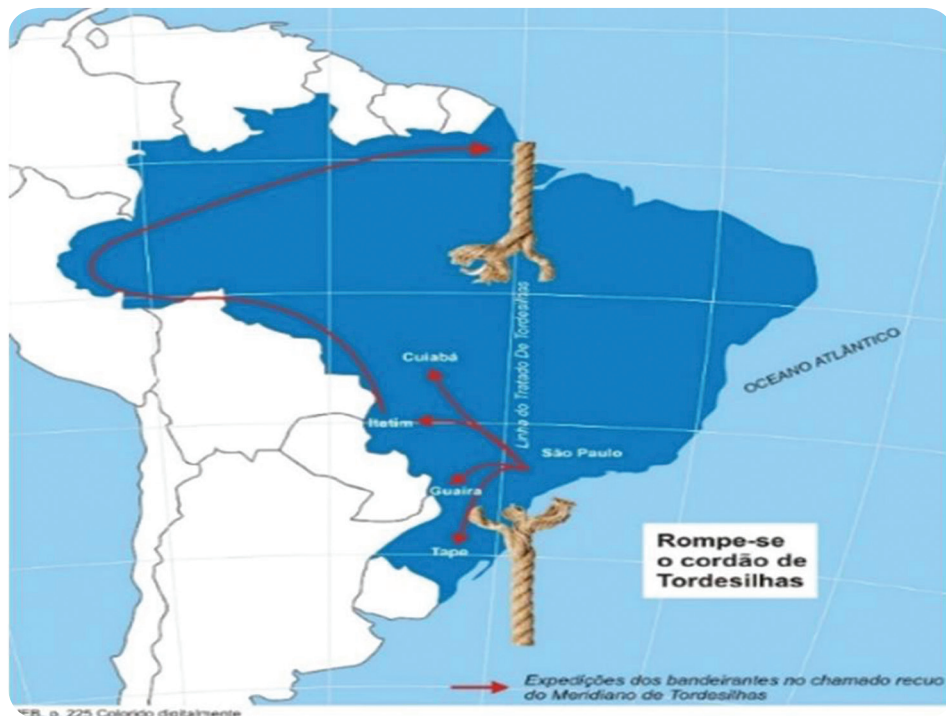


Figura 2 – Caminhos abertos pelas Bandeiras, rompendo o “cordão de Tordesilhas”.

Fonte: História do Exército Brasileiro, EME, 1972, VI, p. 225

muita intervenção dos colonizadores. Desta forma, as fortificações coloniais não só marcaram a presença de vilas e cidades de origem lusitana, mas também o contato entre diferentes culturas” (UNESCO, 2015). E, assim, sem muito apoio do governo português, as fortificações dos séculos XVI e XVII tiveram diferentes traçados, estilos e técnicas de construção. As do século XVIII, ao contrário, foram construídas com propósito expansionista da Coroa Portuguesa para muito além da linha mediática de Tordesilhas.

Procedimentos metodológicos

Por conta do objetivo que se pretende atingir com esta proposição educacional, optamos por iniciar com breves relatos históricos e

construtivos sobre origens, fatos históricos relevantes, intervenções significativas, tombamentos e usos alternativos das dezenove fortificações indicadas para o patrimônio mundial. Para alcançar este objetivo construímos uma exposição iconográfica sobre placas brancas de alumínio composto (ACM), 0,55 x 1,75m, e painéis de vinil adesivo, 0,50x 0,70m, com fundo preto e textos na cor branca. A exposição iconográfica está disponível no website do professor, destinado exclusivamente ao referido projeto educacional: www.secomandi.com.br/somostodosfortessp

Para destacar o lado belo da arquitetura & engenharia militar, selecionamos uma foto e um pequeno texto (cerca de 200 palavras) para cada uma das dezenove fortificações, reproduzindo-os no breve relato histórico a seguir.

FORTIFICAÇÕES DOS SÉCULOS XVI E XVII A LESTE DA LINHA IMAGINÁRIA DE TORDESILHAS

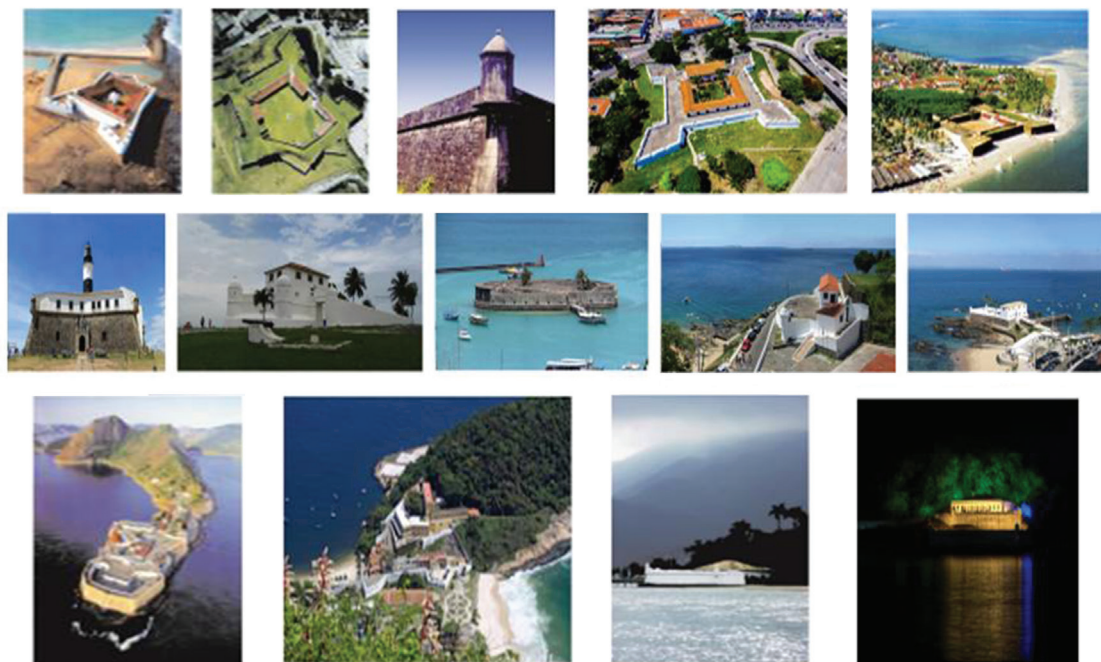


Figura 3 – Fotos das 14 fortificações selecionadas para o Patrimônio Mundial, à Leste da linha imaginária de Tordesilhas, ordenadas da esquerda para a direita.

Fontes: Revistas Da Cultura / FUNCEB, DPHCEX, MinTur, Victor Hugo Mori/IPHAN e A C Freddo.

Relatos históricos e construtivos

Fortificações a Leste da linha imaginária de Tordesilhas (séculos XVI e XVII)

As fortificações dos séculos XVI e XVII, indicadas para o patrimônio mundial foram construídas no litoral, entre a foz do Rio Potengi, na Capitania do Rio Grande do Norte, dando origem à cidade de Natal (1599) a Baía de Santos, na antiga Capitania de São Vicente, fundada em 1532.

As fortificações dos séculos XVI e XVII selecionadas pelo IPHAN para concorrerem ao patrimônio mundial estão ordenadas do Norte para o Sul do litoral do Brasil:

1 - Forte dos Reis Magos - (Natal / RN - 1598)

Teve início no Dia dos Reis (6/1/1598), antecedendo a fundação da cidade de Natal (1599). Diferencia-se dos demais fortes do Brasil pelos seus conceitos construtivos. Ativo ao longo dos séculos, encerrou suas atividades militares aquartelando tropas durante Segunda Guerra Mundial. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1949, hoje é administrado pela Fundação José Augusto, entidade gestora da Cultura do Estado. Um amplo trabalho de restauro está sendo executado pelo IPHAN.

2 - Forte de Santa Catarina - (Cabedelo / PB - 1585)

A construção primitiva teve a invocação de Santa Catarina de Alexandria e homenagem à duquesa de Bragança. Foi destruído pelos nativos (1590) com apoio de corsários franceses, reconstruído pelos portugueses por diversas vezes, pelos holandeses (1637) e novamente pelos portugueses em 1655 e 1700. Foi tombado como patrimônio histórico nacional em 1938 e passou a abrigar a Fundação Santa Catarina e o Museu da Restauração.

3 - Forte de São João Batista do Brum - (Recife / PE - 1595)

Foi construído pela Companhia das Índias Ocidentais (holandesa) sobre a bateria de Diogo Paes. Está localizada em um istmo, em posição privilegiada para a defesa do porto do Recife. Sua construção foi constantemente instigada pelas Companhias de Emboscada. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, está sob a guarda do Exército Brasileiro e abriga um Museu Militar aberto à visitação pública.

4 - Forte de São Tiago das Cinco Pontas - (Recife / PE - 1629)

Sua construção inicial, em taipa com cinco baluartes, tinha por objetivo proteger o porto, a “barreta dos afogados” e as cacimbas de água. Foi a última fortificação conquistada pelas tropas luso-brasileiras. Ali foram elaborados os termos da rendição das tropas holandesas (1634). Logo após, foi reconstruído em pedra e cal, com quatro baluartes. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, hoje abriga o Museu da Cidade do Recife.

5 - Forte de Santa Cruz de Itamaracá - (Itamaracá / PE - 1630)

Construído pela Companhia das Índias Ocidentais (holandesa), com o nome de Forte Orange, testemunhou as lutas pelo domínio da Capitania de Pernambuco, no segundo quartil do Século XVII. Restaurado logo após a capitulação holandesa (1654), adotou o nome atual. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, recebeu singular trabalho de arqueologia (UFPE) finalizado com a visita de monarcas dos Países Baixos. Restaurado pelo IPHAN, hoje encontra-se sob administração da Prefeitura de Itamaracá.

6 - Forte de Santo Antônio da Barra - (Salvador / BA - 1534)

Foi abandonado por causa da resistência nativa e reconstruído em pedra e cal, no formato hexagonal, no início do período da União Ibérica (1580 -1640). Atuou contra os corsários ingleses e holandeses, marcando assim a história da cidade de Salvador. Capitaneava o sistema de defesa da cidade, com os fortes Santa Maria e São Diogo a ele subordinados. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, atualmente abriga um Museu Naval.

7 - Forte Nossa Senhora de Monte Serrat - (Salvador / BA - 1582)

É um forte de transição com algumas características de castelo medieval adaptado para uso de canhões. Atuou contra os corsários ingleses e holandeses nos séculos XVI e XVII e foi ocupado (1624) pela frota da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Tornou-se um ponto de resistência holandesa aos cercos da milícia da Bahia. Tombado como patrimônio histórico

nacional em 1957, atualmente é um Museu de Armaria administrado pelo Exército Brasileiro e Prefeitura Municipal de Salvador.

8 - Forte São Marcelo - (Salvador / BA - 1623)

Foi construído sobre um banco de arrecifes pelos portugueses, para resistência às invasões holandesas e ataque de piratas. Com formato circular, influenciada pelo desenho de Forte Bugio no pós-praia do Rio Tejo, a sua construção foi prolongada até século XVIII. É um dos poucos exemplares de fortificação circular ainda existente no país. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, pertence ao IPHAN, e hoje abriga atividades culturais, de lazer e de turismo.

9 - Forte de São Diogo - (Salvador / BA - 1625)

A área da pequena fortificação, com amplo domínio sobre a Baía de Todos os Santos, foi ocupada no início do Século XVII (1625), mas somente em 1694 recebeu o formato semicircular atual. Fazia parte do complexo de defesa colonial da capital da Bahia. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1954, hoje abriga um Centro Cultural em parceria do Exército com a Prefeitura Municipal de Salvador.

10 - Forte de Santa Maria - (Salvador / BA, 1650)

Erguido logo após a expulsão dos holandeses por uma frota com mais de dez mil soldados (espanhóis, italianos e portugueses), fazia parte do sistema capitaneado pelo Forte da Barra. A arquitetura atual é de 1694, com traços típicos da Bahia. Tombado como patrimônio

histórico nacional em 1938, tem o Exército Brasileiro como gestor e abriga diversas exposições culturais e educacionais.

11 - Fortaleza de Santa Cruz - (Niterói / RJ, 1578)

Começou a ser erguida em 1578, como principal ponto de defesa da cidade do Rio de Janeiro. No início do século XVIII, tornou-se o maior conjunto arquitetônico-militar da América Portuguesa e sua fantástica concepção é um testemunho de diferentes estilos construtivos. Tombada como patrimônio histórico nacional em 1939, atualmente hospeda uma grande unidade de artilharia. A visitação pública é conduzida por militares.

12 - Fortaleza de São João - (Rio de Janeiro / RJ, 1565)

Ocupa o local onde a Esquadra de Estácio de Sá aportou em no dia 1º de março de 1565 para expulsar os franceses calvinistas, dando início à fundação da cidade do Rio de Janeiro. Sua construção, com traços arquitetônicos diversificados, ocorreu ao longo de aproximadamente 300 anos. A área fortificada, com exemplares dos séculos XVI ao XX, no “Morro Cara de Cão” tem o seu portão monumental tombado como patrimônio histórico nacional desde 1938. Hoje a área plana abriga um Espaço Cultural do Exército e diversas unidades operacionais e educacionais das Forças Armadas.

13 - Forte São João - (Bertioga / SP, 1551)

Construído em 1532, de forma rudimentar, na embocadura do Canal de Bertioga, recebeu, no

lado oposto, o reforço do Forte São Felipe (1557), substituído pelo Forte São Luiz (1770). O sistema do século XVI visava impedir ataques indígenas à Capitania de São Vicente e proteger uma armação de baleias. Em 1565, Estácio de Sá partiu do canal de Bertioga para expulsar os calvinistas franceses da Baía de Guanabara. Primeiro Forte Real do Brasil (Alvará Régio de 25/06/1551), foi reestruturado em 1750, tombado como patrimônio histórico nacional em 1940 e atualmente administrado pela Prefeitura Municipal, abriga o Museu Forte São João.

14 - Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande - (Guarujá / SP, 1584)

Teve construção associada ao período de união das coroas ibéricas (1580-1640) e projeto construtivo do arquiteto militar italiano, Bautista Antonelli, à serviço de Espanha. Tornou-se “hub” do sistema defensivo da Baía de Santos e do maior porto da América do Sul. Permaneceu ativa até 1902 quando foi substituído pela Fortaleza de Itaipu. Tombada como patrimônio histórico nacional em 1964, hoje abriga o Museu Histórico de Guarujá administrado pela Prefeitura Municipal.

Fortificações construídas no século XVIII ao Sul e a Oeste da linha imaginária de Tordesilhas

As fortificações construídas uma década antes da assinatura do Tratado de Madrid (1750), no litoral da recém-criada Capitania de Santa Catarina, tiveram o propósito de impedir o avanço para o Norte das forças espanhola e habitantes do entorno da Bacia do Rio da Prata, pondo em risco as baías de Santos e de Guanabara. Estas ações no litoral Sul, ultrapassando a linha mediática de Tordesilhas, surgiram como reflexos das guerras europeias e dos avanços da colônia portuguesa pelo domínio da Amazônia (ao Norte), do Pantanal (a Oeste) e da região dos Pampas (ao Sul).

Por outro lado, as fortificações construídas no séculos XVIII, logo após a assinaturas do Tratado de Madrid (1750), tinham o propósito de defender a embocadura da Rio Amazonas (Macapá), o acesso ao Pantanal, pelo Norte (Bacia Amazônica / Rio Madeira) e pelo Sul (Bacia do Prata / Rua Paraguai). Portanto, foram construídas com propósitos estratégicos de ampliar e manter a integridade do território brasileiro, expandindo-se muito além da linha mediática de Tordesilhas.

FORTIFICAÇÕES DO SÉCULO XVIII

AO SUL E A OESTE DA LINHA IMAGINÁRIA DE TORDESILHAS



Figura 4 – Fotos das 5 fortificações selecionadas para o Patrimônio Mundial ao Sul e a Oeste da linha imaginária de Tordesilhas.

Fonte: Revistas DaCultura / FUNCEB, DPHCEX, MinTur, Victor Hugo Mori/IPHAN e A C Freddo.

Na figura 4 acima as fortificações estão ordenadas da esquerda para a direita, à Oeste e ao Sul da linha imaginária de Tordesilhas.

15 - Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim - (Governador Celso Ramos / SC, 1739)

Sua construção foi fundamental para a defesa da Capitania de Santa Catarina, como “hub” de um amplo sistema de defesa de Florianópolis. Até meados do Século XX, abrigou tropas militares e funcionou também como hospital e local de quarentena durante as epidemias de doenças contagiosas. É composta por baterias interconectadas, um grande quartel e um portão monumental em estilo oriental. Foi tombada como patrimônio histórico nacional em 1938 e, atualmente, é administrada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

16 - Fortaleza de São Antônio de Ratones - (Florianópolis / SC, 1740)

Como parte da defesa da barra norte da ilha que abriga a cidade de Florianópolis. Foi construída durante a implantação da Capitania de Santa Catarina, no limite sul da linha imaginária de Tordesilhas. Junto com Anhatomirim, apoiou as lutas contra os colonizadores espanhóis vindos do Sul. Administrada pela Universidade Federal de Santa Catarina, mantém um programa de conservação e de visitas ao monumento tombado como patrimônio histórico nacional em 1938.

17- Fortaleza de São José - (Macapá / AP, 1764)

A fortificação atual data de 19 de março de 1764, dia do padroeiro, São José. Porém, no

início do Século XVII outras fortificações anteriores (irlandesa, britânica e, depois, francesa) foram destruídas pelos portugueses na Foz do Amazonas. A ocupação portuguesa sofreu dois reveses pelos franceses (uma em 1838 e outra em 1895), mas a posse definitiva foi resolvida por meios diplomáticos. Tombada como patrimônio histórico nacional em 1943, atualmente é administrada pela Fundação Museu Fortaleza de São José de Macapá, do Governo do Estado.

18 - Forte Príncipe da Beira - (Costa Marques / RO, 1776)

É um excepcional exemplar sobrevivente de fortificação abaluartada portuguesa fora da Europa. O forte, do período pombalino, exerceu papel fundamental na consolidação da fronteira oeste do Brasil, definida pelos tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777). A área do seu entorno é ocupada por um Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro. Tombado em 1950, atualmente está em fase de restauração pelo IPHAN.

19 - Forte de Coimbra - (Corumbá / MS, 1775)

Com a assinatura dos tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777) a região do Pantanal foi fortificada, repelindo ataque espanhol no início do Século XIX (1802). Durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), o Forte teve papel fundamental nas batalhas travadas no Pantanal. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1974, possui diversos atrativos, dentre os quais, uma gruta e um “observatório natural” na crista do morro, com ampla vista sobre a maior planície alagada do mundo. Permanece sob administração do Exército Brasileiro e está aberto à visitação pública.

Um “modelo” de processo de restauração

A Fortaleza de Santo Amaro, Guarujá, São Paulo, Brasil – mais expressivo conjunto arquitetônico-militar colonial do Estado de São Paulo – é um exemplo significativo de restauração executada pelo IPHAN no final do século XX e pode servir como “modelo” de preparação para o sucesso desta indicação do Governo do Brasil para o Patrimônio Mundial.

A primeira grande intervenção de restauro e ampliação da Fortaleza de Santo Amaro ocorreu no segundo quartil do Século XVIII, período correspondente aos ataques dos espanhóis à Colônia de Sacramento e à Ilha de Santa Catarina (1735) ameaçando o Porto de Santos. Por este motivo, uma ampla reforma foi executada no patrimônio histórico nacional a partir de 1738, quando D João V enviou o brigadeiro Silva Paes

para projetar um novo sistema de defesa de litoral sul do Brasil, na Baía de Santos e Ilha de Santa Catarina prioritariamente. Mas, foi no final do século XX, quanto estava para ser classificada como “ruínas” que o IPHAN colocou em execução um projeto do arquiteto Lucio Costa, deixando ali a marca do nosso tempo (século XX), em respeito à Carta de Veneza (1964).

As fotos abaixo são de autoria de Victor Hugo Mori, arquiteto do IPHAN/SP, responsável pela restauração empreendida na década final do século XX.

No início do século XXI (2019) a fortificação de origem espanhola recebeu um novo sistema de iluminação, executado pelo Instituto Neoenergia, braço social da Neoenergia/Elektro em São Paulo, subsidiária do Grupo IBERDROLA com sede na Espanha.

UM “MODELO” DE PROCESSO DE RESTAURAÇÃO



Figura 5 – Fortaleza de Santo Amaro antes e após a restauração no final do Século XX.

Fonte: Victor Hugo Mori, IPHAN/SP

Novos usos do patrimônio cultural de origem militar

O *Círculo dos Fortes* pode ser também um exemplo de aproveitamento turístico-cultural de um sistema defensivo portuário (Santos, no caso). Trata-se de um projeto do Governo do Estado de São Paulo (Resolução SCTDET-04, de 11/02/2004) envolvendo oito (8) bens patrimoniais da União, construídos ao longo dos séculos XVI, XVIII e XX. Hoje, a defesa em pontos fixos tornou-se obsoleta e as fortificações sobreviventes estão sendo administradas de forma compartilhada: Ruínas do Forte São Luiz (IPHAN/SP), Fortaleza de Itapema (Alfândega de Santos), antigo Forte da Estacada, hoje Museu de Pesca (Governo do Estado de São Paulo), Casa do Trem Bélico (Prefeitura de Santos), Fortaleza de Santo Amaro (Prefeitura de Guarujá), Forte São João (Prefeitura de Bertioga), Forte dos Andradas e Fortaleza de Itaipu (Exército Brasileiro). A singular diversidade administrativa, por um lado, dificulta a oferta de pacotes fechados de visitação, mas, por outro, estimula a criatividade e a programação que melhor se adapte a cada um dos conjuntos arquitetônicos de origem militar. Para fins de visitação, este conjunto arquitetônico diversificado, assemelha-se a um arranjo, como flores diversas num mesmo vaso, apreciadas uma a uma.

Dois exemplares deste sistema defensivo poderão ser reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial: o **Forte São João** (1551), Bertioga, primeiro Forte Real do Brasil, deu guarida à esquadra de Estácio de Sá para expulsar os franceses do Rio de Janeiro (1565), garantindo assim a unidade do atual território nacional e a **Fortaleza de Santo Amaro** (1583), Guarujá - mais expressivo conjunto arquitetônico-militar

colonial do Estado de São Paulo -surgiu no início do período de união das coroas ibéricas (1580-1640), com projeto de Bautista Antonelli, arquiteto militar italiano à serviço de Espanha.

Resultados e proposições

Para o conjunto de fortificações como um todo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), atua por meio das superintendências regionais nos estados do Amapá, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo, e está empenhado no projeto que visa obter o reconhecimento de “valor universal excepcional” (UNESCO) para um conjunto de bens seriados que permeiam o vasto perímetro do Brasil. Para alcançar este objetivo o IPHAN expediu a Portaria 365, de 04/12/2018, publicada no DOU nº 174, de 10 de outubro de 2018, nomeando comitês técnicos regionais e estabelecendo diretrizes, conceitos fundamentais e demais ações para elaboração dos dossiês técnicos referentes aos estados da federação acima indicados, para serem condensados em um único dossiê nacional. Sob o signo da integração de iniciativas, os ministérios da “CULTURA, TURISMO E DEFESA” (IPHAN, detalhe 4057) assinaram no dia 7 de abril de 2017 a “CARTA DO RECIFE” e, por meio de comitês técnicos de preparação da candidatura, inicia-se uma longa jornada, propositalmente longa para viabilizar a conscientização, a consolidação e a preparação dos bens culturais a serem avaliados pelo Conselho Mundial da UNESCO, entre 2020/2025. No ano de 2019, foram realizados pelo IPHAN dois seminários sobre a Candidatura proposta pelo Brasil junto à UNESCO: um, nacional, em Florianópolis, SC, e outro, internacional, no Rio de Janeiro, RJ.

Para as superintendências regionais do IPHAN, procuramos dar destaque aos dois exemplares arquitetônicos do antigo sistema defensivo do Porto de Santos, indicadas para o Patrimônio Mundial. No que diz respeito às técnicas construtivas, o **Forte São João** tem como elemento definidor de sua arquitetura a **geometria**: é de fácil acesso e boa visibilidade, pois está cercado pelo mar e por um amplo jardim que o isola das ruas próximas. Por outro lado, a **Fortaleza de Santo Amaro**, hoje Museu Histórico de Guarujá, tem como elemento definidor a **geografia**, ocupando a crista militar de um esporão rochoso que avança sobre a embocadura do Estuário de Santos, dificultando propositadamente a acessibilidade. As duas fortificações coloniais de defesa do Porto de Santos não pertencem ao acervo arquitetônico-militar do Exército Brasileiro há quase meio século, mas estiveram ativas na Colônia, no Império e início da República do Brasil.

Destacamos, por fim, como modelo neste relato educacional, a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá, SP, pela sua rica história e exemplar processo de restauração. Além disto, ela tem hoje uma visibilidade ímpar e pode ser contemplada de qualquer praia da Baía de Santos: durante o dia pelas suas espessas muralhas de pedras pintadas de branco e, à noite, por um fantástico projeto de iluminação executado pelo Instituto Neoenergia em parceria com a Prefeitura Municipal de Guarujá e a Formarte, empresa especializada em projetos culturais.

Conclusão

Nos primeiros séculos após o descobrimento do Brasil a ocupação territorial ficou ao longo do litoral, boa parte pelo respeito ao Tratado de Tordesilhas (1494). O aprofundamento das


conquistas portuguesas e dos habitantes da terra para o interior do continente sul-americano foi impulsionado a partir do período de união das coroas ibéricas (1580 – 1640), expandindo-se com maior vigor a partir de meados do século XVIII, o que resultou na ocupação de um amplo território entre as Cordilheiras do Andes e o litoral atlântico da América do Sul. Ambas as motivações alinhadas neste relato educacional – do séculos XVI e XVII, pelo domínio da terra a Leste da linha imaginária de Tordesilhas e, do século XVIII, pela expansão para o Oeste e para o Sul, ultrapassando a referida linha mediática -, produziram um processo de ocupação do território diferente dos executados por outras potências coloniais e teve como esforço principal “a descentralização decorrente das ações dos habitantes das diferentes capitanias que formavam o Brasil, sem muita intervenção dos colonizadores” (UNESCO, 2015). E, assim, sem muito apoio do governo português, as fortificações dos séculos XVI e XVII indicadas para o Patrimônio Mundial têm diferentes traçados, estilos e técnicas de construção; as do Século XVIII, ao contrário, tiveram forte interferência do Governo de Portugal, especialmente no período pombalino (1750-1777). Todas, porém, foram fundamentais para a definição do espaço geográfico brasileiro.

A indicação de bens seriados que permeiam o vasto perímetro do Brasil, sem dúvida irá levar a UNESCO a avaliar o pertencimento, ou seja, a crença subjetiva que aflora em todos nós por meio de determinadas características culturais preservadas ao longo dos séculos, como ocorre mundo afora. Estamos, portanto, em busca deste sentimento interior e individual, mesmo que apenas em pensamento positivo, para que a proposta ganhe um apoio maior de diversas

instituições internacionais, nacionais, regionais e locais. Por outras palavras, o esforço agora está centrado neste valor simbólico das fortificações coloniais erguidas para “repelir inimigos” e que, hoje, se abrem para “receber amigos”. Este “novo olhar” da sociedade civil será fundamental para a verificação “in loco” do dossiê que está sendo elaborado pelas diversas superintendências do IPHAN, por meio de diferentes comitês técnicos regionais.

No Estado de São Paulo o Comitê Técnico instituído pela Portaria nº 365/IPHAN é composto por catorze (14) membros representativos dos órgãos públicos (federal, estadual e municipais) e de instituições culturais e educacionais, os quais

prestam um “serviço público relevante”, sem qualquer remuneração. Estas pessoas, altamente especializadas, se empenham na elaboração do dossiê regional sobre as duas fortificações coloniais de defesa do Porto de Santos, pretendentes ao honroso título de Patrimônio Mundial.

Para a produção deste ensaio educacional o autor inspirou-se em um pensamento atribuído ao Leonardo da Vinci – “A simplicidade é o último grau da sofisticação”. Manifesta assim, a esperança de estar contribuindo voluntariamente para ressaltar o “Valor Universal Excepcional” de que trata o manual de preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial (UNESCO BRASIL). 

Referências

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL. Delegacia Virtual Visconde de São Leopoldo. Santos, 2018. www.ahimtb.org.br. Acesso em 06 fevereiro 12h18.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. **Presença da Engenharia e Arquitetura na Baixada Santista**. S. Paulo: Nobel, 2001.

BARRETO, Anibal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CASTRO, Adler Homero da Fonseca. **Muralhas de pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro**. Fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME).

FERREIRA, Arnaldo Medeiros. Major-General do Exército Português. **Fortificações Portuguesas no Brasil**. Lisboa: ELD/Círculo de Eleitores, 2004.

IPHAN. **Lista indicativa 2015 para o Patrimônio Cultural da Humanidade**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1609/>. Acesso em 06 fevereiro 2019, 11:51.

MORI, Victor Hugo. **Arquitetura Militar: Um Panorama Histórico a Partir do Porto de Santos**. S. Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

_____. **Arquitetura Militar: Um Panorama Histórico a Partir do Porto de Santos**. S. Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003. Disponível em www.secomandi.com.br.

MUNIZ JUNIOR, J. **Fortes e Fortificações do Litoral Santista**. Santos: Obra do autor, 1982.

PAUL, Clotilde. **Porto de Santos – 120 anos de história**. S. Paulo: Editora Brasileira, 2012.

PINTO, Pedro. **Raposo Tavares: o último bandeirante** / Pedro Pinto; tradução e adaptação José Couto. 1. Ed, São Paulo: Planeta, 2015.

SALGADO, Ronaldo Fidalgo e SILVA, Eraldo. **Fortaleza da Barra Grande: Patrimônio Histórico Recuperado**. Santos: Leopoldianum, 2000.

SECOMANDI, Elcio Rogerio. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, Fortalezas e integração nacional**, 2010. Disponível em www.secomandi.com.br . Acesso em 07 fevereiro 2019, 08:03

_____. **Porto de Santos: Armada no mar & Bandeiras na terra**, 2017. Disponível em www.secomandi.com.br Acesso em 06 fevereiro 2019, 11:24.

_____. **Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande**. Santos: Leopoldianum, 2000.

SECOMANDI, Elcio Rogerio. **Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande: A História, a batalha, as crônicas, as intenções**. In: Leopoldianum, Santos (55) 116- 127, 1993.

_____. **Circuito Turístico de Fortes**. Editora Leopoldianum, 2005. Disponível em www.unisantos.br/circuitofortes. Acesso em 06 fevereiro 2019, 11:25.

SECOMANDI, Elcio Rogerio e PAUL, Clotilde. **Porto de Santos: Armada no mar & Bandeiras na terra**. São Paulo: Navegar Editora, 4ª Ed, 2015. Disponível em www.secomandi.com.br .Acesso em 07 fevereiro de 2019, 09:30.

TAVARES, Aurélio de Lira. 1905-1998. **A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ed. 2000.

TONERA, Roberto. **Fortalezas Multimídia**. Florianópolis: Projeto Fortalezas Multimídia/Editora da UFSC, 2001 (CD-ROM). Disponível em

<http://www.fortalezasmultimidia.com.br/cd/atualizacao/>. Acesso em 06 fevereiro 2019, 12:02.

UNESCO. **Lista Indicativa do Brasil**, caracterização, 2015. Disponível em

<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5997/>. Acesso em 05 fevereiro 2019, 12h30.

UNESCO/Brasil, IPHAN. **Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial**. Brasília: UNESCO/Brasil, Iphan, 2013.

História e “histórias” do dragão Gestão de seus patrimônios

Guarujá/SP

*Lucia Helena da Silva**

Introdução

Guarujá, município litorâneo situado na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo, com população fixa estimada em 380 mil habitantes, possui cenários deslumbrantes com 27 praias de natureza paradisíaca. Inserida em remanescentes da Mata Atlântica, é hoje o terceiro destino turístico mais procurado do País. Com isso, a população flutuante atinge expectativas da rede hoteleira e setores da Prefeitura Municipal, de 1.500 milhão de pessoas na alta temporada de verão. O maior atrativo turístico sempre foi o sol e suas praias balneáveis. Porém, o seu contorno geográfico em formato de dragão, com sua asa aberta, guarda segredos de sua história nas paredes majestosas de grandes fortificações, fortes, fortins e sítios arqueológicos da cabeça (Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande) ao rabo (Sítio Arqueológico da Ermida do Guaibê, Armação das Baleias e Ruínas do Forte São Felipe), passando pela asa do dragão (Forte Santa Cruz – Farol do Itapema).

O grande desafio é a gestão desses equipamentos de forma a valorizar a riqueza arquitetônica que representam, e, mais importante ainda, o resgate da função primordial dessas edificações na história da defesa de nosso território. Urge sensibilizar a comunidade da necessidade e importância de se ter um olhar diferenciado para os patrimônios históricos no território inseridos, e possibilitar, através da vivência e cogestão, despertar o senso de pertencimento ao espaço público onde não somente o processo histórico, mas tantas histórias se fazem presentes.

Com este olhar, a Prefeitura de Guarujá/SP, por meio da Diretoria de Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico, integrante do organograma da Secretaria Municipal de Cultura, tem como uma das diversas metas inventariar os patrimônios históricos de cunho material e imaterial, bem como estruturar os sistemas de gestão de cada um dos 9 equipamentos tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) inseridos no território. Para tanto, busca envolver os diversos setores dos mais

* Diretora de Patrimônio Histórico, Prefeitura Municipal de Guarujá /SP. Arquiteta Urbanista (Unisantos - 1982); MBA em Gestão Ambiental (Unisanta - 2012); Educadora Ambiental (DOM DOMÊNICO/USP - 2000); Auditora Ambiental (BVQI - 2011); Formadora de Formadores (MEC) e ACTIVE CITIZENS (British Council - 2017).

variados segmentos do poder público (municipal, estadual e federal), aos segmentos da sociedade civil organizada (associações de classe, empresas, universidades e sindicatos classistas), sempre em consonância com as diretrizes estabelecidas nos Planos Diretores construídos com o objetivo de salvaguardar a história.

Outro ator neste contexto, tão importante quanto os já citados, é a comunidade local. Cada morador tem um olhar e um vínculo afetivo entre o bem existente e o desenvolvimento social das comunidades que se instalam no entorno das mesmas. Com isso, a experiência de convívio entre o “antigo” e o “novo”, dentro do contexto urbano, possibilita desenvolver estratégias de gestão dos bens, não somente eficazes como também eficientes.

Desafios do Dragão

Dentre as fortificações existentes no município, algumas se destacam seja pelo momento o qual foi erguida, pela localização atual inserida em meio totalmente antropizado, ou pela localização privilegiada desde sua construção. Porém, todas têm em comum um papel de extrema importância: a preservação da memória da concepção arquitetônica de defesa, caracterização e demarcação de nosso território. Muito embora todos os equipamentos mereçam divulgação, nos ateremos à Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, posto que foi escolhida pelo IPHAN, para integrar as 19 fortificações que concorrem ao título de Patrimônio da Humanidade pela Unesco pela sua importância no contexto histórico das fortificações de defesa territorial do país.



Figura 1 – Guarujá e seus fortes, fortins, e sítios arqueológicos

Fonte: acervo SECULT

Considerando que o contexto atual onde a questão de valorização patrimonial não obteve muito destaque no processo educacional nacional por longos anos, se faz necessário intensificar estratégias de informação, formação e sensibilização de todos os atores, desde os setores que possibilitam investimentos de recursos na sua manutenção, restauro e resgate de acervos, entre tantas necessidades procurando estimular que tais serviços sejam prioridade nos processos de gestão. Com isso, planejar a atuação junto ao PÚBLICO INTERNO (poder público e estrutura governamental) é um grande desafio, porém, perfeitamente superado com base em três verbos:

- **DESPERTAR** o senso de pertencimento e responsabilidade na gestão desses bens; intensificar o resgate de valores e o consequente respeito à história.

- **DISPONIBILIZAR** espaços de convivência e garantir a sensação de dever cumprido;
- **INTEGRAR** bem tombado ao desenvolvimento urbano sustentável.

E, como desafio maior ainda, atuar junto ao PÚBLICO EXTERNO (a população local e do entorno ao bem):

- **DESPERTAR** o senso de pertencimento e estimular a cogestão desses bens; implantar educação patrimonial que intensifique o resgate a valores e o consequente respeito à história;
- **DISPONIBILIZAR** espaços de convivência como espaços de construção de saberes e de convívio social;
- **INTEGRAR** bem tombado x interesses imediatos do entorno.

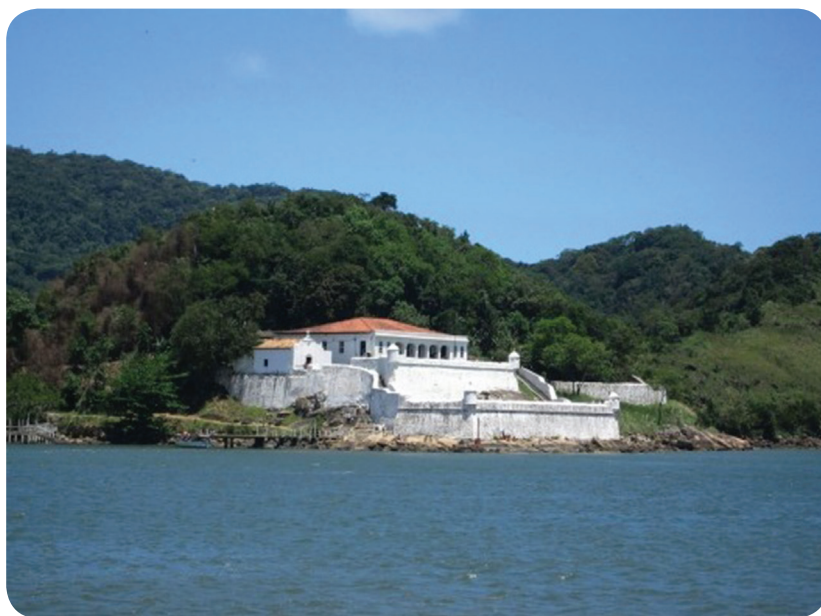


Figura 2 – Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande
Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.136/4034>
Vitor Hugo Mori

Em ambos os universos de atuação, buscamos inverter o processo de concepção de uso ali existente até meados de 2018. A quantidade de visitantes era, por muitos, considerada um indicador de sucesso no processo de implementar educação patrimonial. A visitação monitorada, muito embora de qualidade, com a recepção de escolas com grande número de participantes, não era suficiente para os resultados educativos os quais temos como meta. Iniciamos então, o incentivo do uso da Fortaleza por pesquisadores, grupos acadêmicos, empresas e consultores, que se integram no espaço arquitetônico, memória viva da história, fazendo com que, o museu ali instalado seja a própria edificação, suas paredes, adornos e cômodos, além do grande patrimônio natural que a beleza da paisagem garante.

Com a divulgação desses usos, despertou o interesse da sociedade nos encontros, visitas, seminários e oficinas de estudos, fortalecendo a

construção de conhecimento e troca de informações e vivências entre os partícipes de tais programações, estimulando o público interno a conhecer e participar como cogestor do local. Em paralelo, para o público externo, a realização de eventos que valorizem a cultura local, com suas manifestações de dança, música e arte, propiciando a integração espaço, história e resgate das histórias, vem fortalecendo laços de afetividade com a edificação e intensificando o interesse para o resgate da história das fortificações militares. Eventos periódicos, realizados em parceria com governos estadual e federal inovadores ou por adesão às comemorações culturais estabelecidas em calendários institucionais, tem reaproximado as instâncias técnicas, governamentais e segmentos populares num único propósito, o de resgate de valores cívicos e a garantia da disseminação da cultura brasileira, grande patrimônio do qual devemos cuidar e nos orgulhar.



Figura 3 – pesquisas CAU/Sarasa
Fonte: acervo Secult



Figura 4 – Universitários UNIP/SP
Fonte: acervo Secult



Figura 5 – Capoeira
Fonte: acervo Secult



Figura 6 – Carimbó
Fonte: acervo Secult



Figura 7 – Encontro escoteiros
Fonte: acervo Secult



Figura 8 – Visita Técnica Arqueólogo Marcos Albuquerque
Fonte: acervo Secult

Figura 9 – Visita DPHCEx/CEPHiMEx - IX Jornada de Estudos de História Militar
Fonte: acervo Secult



Conclusão

Temos a convicção de que a informação sistemática, trabalhada de forma integrada com a realidade, aplicando metodologias que possibilitem a vivência da população nos espaços históricos, em qualquer que seja a instância, o seguimento ou a organização social, traz resultados positivos como os alcançados nos últimos 8 meses.

O despertar da consciência da comunidade local, seja ela do entorno da Fortificação ou do município, para a necessidade de se preservar os monumentos históricos, perpassa a necessidade


de se despertar nessa mesma comunidade, o senso de pertencimento de que aquele monumento está inserido em suas vidas.

Com políticas públicas sérias, programas e projetos que envolvam a educação formal intensificada pelo olhar de uma educação patrimonial, na qual o objeto de estudo seja traduzido para a linguagem de cada um dos segmentos trabalhados, leva ao resgate de valores sociais.

Acreditamos que os resultados são: (I) para o público infantil: trazer de forma lúdica a possibilidade da descoberta daquela edificação como parte de seu território e a importância da

defesa desse território; (II) para o público jovem: proporcionar a descoberta de novos usos de tão magnífico monumento, fazendo com que se sintam parte dele, através de usos coletivos com a linguagem atual afetando suas emoções como cursos e peças de teatro, música, desenhos e fotografias; (III) para o público adulto acadêmico: possibilitar a imersão dentro da história a partir da realização de encontros e reuniões de trabalho e de estudos neste universo cheio de energia e de vidas passadas, despertando novos olhares; (IV) ao público adulto empreendedor: possibilitar conhecer alternativas de investimentos no turismo patrimonial e suas ramificações, reverberando positivamente para toda a comunidade; (V) a toda a comunidade no entorno: promover ações que estimule o uso local de forma a preservar a edificação.

O engajamento das comunidades em todas as suas instâncias e segmentos sociais, quando

encontradas boas propostas, é intenso e é observado na satisfação que o aprendizado desperta em todos nós. Trabalhar as fortificações de forma a integrar os saberes populares e intensificar a divulgação da história verdadeira da formação de nossa Pátria garantirá o resgate do respeito aos nossos símbolos e galardões nacionais, do amor pelas nossas riquezas naturais, da noção de que somos todos seres sociais e que, com discernimento e ponderação suficientes, conseguiremos seguir o caminho necessário ao bem comum, unificando todos os segmentos civis e militares, em busca de uma nova história sem, contudo, desconsiderar a já edificada por tantas mãos de tantos soldados, semelhante às trilhas construídas pelos indígenas: abertas o suficiente para se ter luz, permitindo atingir as metas sem ferir a natureza e ao outro e, mesmo que anoiteça, discernindo o rumo certo a seguir! 

Referências

ANDRADE, A. Um Percurso Através da Paisagem Urbana Medieval. In: **Horizontes Urbanos Medievais**. Ed. Livros Horizonte. Portugal, Lisboa, 2003.

CASTRO, A. H. F. de. **Arquitetura Militar**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. ISBN 978-85-7334-299-4.

LEE, T. **Psicologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

OLIVEIRA, L. R., VIANA, L. J. T., CUNHA, A. L. **Conflitos e Fragilidades de uma Atividade Turística Não Planejada: Um Olhar Direcionado às Praias de Porto de Galinhas e Itamaracá/PE**. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**. Santos, v. 7, n. 10, p. 1-9, Abri-Mai-Jun 2010.

PINHEIRO, J. **Comprometimento ambiental: perspectiva temporal e sustentabilidade**. México: UNAM / Greco: Fundación UNILIBRE, 2002.

SECOMANDI, E. R. **Arquitetura Militar**. Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

SILVA, W. C. D. A Construção do Patrimônio Cultural e sua Relação com os Museus: uma Análise Introdutória. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**. Santos, v. 7, n. 10, p. 39-53, Abri-Mai-Jun 2010.

O impacto cultural na alimentação dos soldados da FEB e a logística de suprimento na Itália (1944-1945)

*Fabio da Silva Pereira**

Este artigo visa apresentar uma análise sobre a logística de suprimento e o impacto causado pela mudança dos hábitos alimentares de militares brasileiros, oriundos da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, que foram combater na Itália, durante a Segunda Grande Guerra Mundial, no período compreendido entre 1944 e 1945.

Na década de 1940, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo e deu início à criação de uma força expedicionária que seria composta por aproximadamente 25 mil homens, dos quais 6.094 (25,71% do total) eram da cidade do Rio de Janeiro e 1.942 (8,19%) das demais cidades do Estado do Rio de Janeiro (MORAES, 2005, p. 313).

Nessa época, o país apresentava um padrão de alimentação bem distinto entre suas regiões, porém existiam aspectos comuns entre elas, como o trinômio “feijão - arroz - farinha de mandioca” (AFF), a realização de cinco refeições diárias e a utilização de alguns condimentos específicos.

Esses homens, convocados para a guerra, eram de origem majoritariamente civil¹ e estavam sobre grande pressão. Isto porque entre os desafios impostos ao contingente brasileiro estavam a participação em uma atividade com acentuado risco de morte e o desconhecimento do novo sistema logístico (o dos Estados Unidos da América² – EUA), além do próprio local de destino – a Itália – onde o clima, a língua e os costumes eram completamente diferentes dos seus. Outro impacto sofrido por esses militares ocorreu na área cultural, quando foi introduzida, sem qualquer adaptação, uma alimentação estranha ao seu padrão cultural, o que acarretou grandes dissabores a esses expedicionários.

Hábitos alimentares no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX

De tudo que os seres humanos têm em comum, o mais trivial, sem dúvida, é a necessidade de comer e de beber, independentemente de sua

* Major do Serviço de Intendência (AMAN 2000, EsAO 2009). Pesquisador designado pelo EME para o Comando de Artilharia Divisionária da 1ª DE; Mediador Presencial de História do Brasil – UNIRIO; Graduação em História – (UNIRIO, 2014); MBA Executivo Internacional em Logística pela Fundação Getúlio Vargas e pela *Ohio University* (Estados Unidos da América) – (FGV e OU, 2011); Mestre em Administração – (FGV, 2016); Mestre em Educação Militar – (CEP, 2016); e Doutorando em História (UNIRIO). Pesquisador Associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército – CEPHiMEx.

etnia, religião, costume ou local de habitação (SIMMEL, 2004, p. 160). Porém, a escolha dos itens que vão compor a sua alimentação diária está intimamente ligada a um complexo cultural pouco ou nada flexível. A modificação nesse processo somente ocorre após ações externas, por meio da inclusão de novos elementos e o abandono dos antigos (CASCUDO, 2011, p. 22). Apesar de se conhecer as vantagens nutricionais de determinados alimentos, sua ingestão sofre grande resistência em função da cultura, como é o caso da inserção dos insetos, larvas, rãs, lagartos e ratos, na categoria de alimentos em algumas culturas.

Ao longo de séculos de sua formação cultural, o Brasil, em 1940, possuía um padrão próprio de alimentação, diferente das demais nações, inclusive de países vizinhos, que possuem uma história assemelhada a nossa. Nos primeiros anos do século XX, a população brasileira crescia rapidamente, em uma média superior a 20% por década. Na cidade do Rio de Janeiro o crescimento era mais intenso, em torno de 30% (BRASIL, 1916, p. 252). Segundo o senso de 1940, a população da cidade era de 1.764.141 (BRASIL, 1950, p. 140), sendo 12% composta por estrangeiros e outros 12% oriundos de outros estados (Ibid, p. 10-11). Esse fato permite concluir que existia grande influência cultural advinda de outras regiões do país. O percentual de analfabetos era de 21% e 19% dos imóveis localizavam-se na zona rural (Ibid, p. 140; 169), o que significava que, embora estivessem na capital do país e em sua área mais urbanizada, o número de habitantes que viviam em um ambiente rural era significativo.

Diversos fatores culturais influenciaram a formação do padrão alimentar dos moradores da cidade do Rio de Janeiro até a década de 1940.

Desde o início do período colonial, quando os portugueses realizaram os primeiros contatos com os índios tupis, passaram a mesclar o costume alimentar luso com os itens alimentícios locais, utilizados pelos indígenas. Pouco depois, com o aparecimento da mão de obra escrava, oriunda da África, novos itens e formas de preparo da alimentação foram introduzidos.

Essa mistura cultural aumentou com a vinda da Corte portuguesa em 1808. Dessa forma, o Rio de Janeiro passou a apresentar uma culinária cosmopolita com profundos traços de uma cozinha portuguesa adaptada para os trópicos. Com a chegada de diversos imigrantes europeus ao longo do século XIX e início do XX, formou-se um emaranhado de gostos e sabores, que diferenciaram o Rio de Janeiro de outras localidades no Brasil. Em meados do século XX, o almoço era a principal refeição do dia e o prato do dia a dia do carioca era composto por feijão preto, arroz solto, farinha fina de mandioca, acompanhado, sempre que possível, de pão branco, legume e algum preparo com carne (bovina, suína ou de ave) ou pescado, sempre com destaque para o volume da refeição.

O Brasil na Guerra

No início da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro manteve-se neutro em relação ao conflito. Todavia, após uma série de afundamentos de navios mercantes nacionais realizados por submarinos alemães e italianos, o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo, em agosto de 1942. Nesse mesmo mês, foi realizada a primeira reunião da Comissão Militar Mista de Defesa Brasil – EUA, que definiu que o Brasil participaria do conflito enviando uma

força militar: a Força Expedicionária Brasileira (FEB) (CARVALHO, 1998, p. 196).

Baseado nessa decisão, o Exército Brasileiro iniciou seus estudos para a criação da FEB e o seu envio para os campos da Europa. Para isso, contaria com todo o suporte da infraestrutura militar norte-americana. Porém, a formação e a preparação da FEB foram repletas de problemas, desde a seleção do pessoal até o recebimento dos materiais bélicos, que influenciaram negativamente diversas áreas, entre elas, a da alimentação.

Inicialmente, a FEB seria composta por três divisões de infantaria, cada divisão com 15.514 homens (CARVALHO; KLEIN, 1999, p. 48). A Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) seria composta por unidades militares instaladas na cidade do Rio de Janeiro e nos estados vizinhos de Minas Gerais e São Paulo; já a 2ª e a 3ª divisões de exército seriam compostas por tropas de outras regiões (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 127). Deste modo, a maioria dos integrantes da 1ª DIE foi composta por soldados cariocas.

Posteriormente, a criação das outras duas divisões foi cancelada, sendo a FEB composta apenas pela 1ª DIE e pelas unidades militares de apoio a essa divisão.

Alimentação nos quartéis cariocas

A alimentação nos quartéis sempre foi motivo de reclamação ao longo dos tempos e, no Exército Brasileiro, não era diferente. Esse tipo de reclamação é registrado desde a formação das primeiras unidades militares no Brasil. Durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), verifica-se de maneira bem clara como os soldados de uma unidade militar, oriunda da cidade do Rio de Janeiro, viam a

preparação e a higiene de seu alimento, conforme narra o general Dionísio Cerqueira:

[...] as moscas não davam trégua, presentes na comida precária, sempre baseada em carne. Vez ou outra variavam-se as refeições com pirão da farinha mofada, com bolachas, “duras como tábuas”, ou alguma lata de sardinha [...] cansado de combater as moscas e desanimado com a quantidade delas, resolveu amassar as que pou-savam no pirão ou no arroz, raramente servido, comendo-as. (CERQUEIRA, 1980, p. 105)

O cardápio básico dos militares brasileiros era simples e repetitivo, sendo o desjejum composto tão somente por café, pão, bananas e laranjas (BARONE, 2013, p. 109). Já o almoço e jantar eram constituídos de feijão, arroz, farinha de mandioca, ensopado de carne ou jabá, laranja e café. (RUAS SANTOS, 1947)

O problema não estava unicamente no monótono cardápio fornecido nos quartéis, mas também na sua preparação, que tornava, para muitos, em algo intragável. Essa repulsa generalizada e marcante foi materializada nos estudos realizados pelo neuropsiquiatra Mirandolino Caldas, quando fazia parte da Comissão de Seleção da FEB. O médico listou os principais motivos que levavam o convocado a não querer servir. Em seu trabalho “As Causas dos Desesperos e da Má Vontade”, publicado anos depois, a má qualidade da alimentação aparecia em segundo lugar. Obviamente, a morte era o primeiro motivo. (CALDAS, 1950, p. 14-6)

Até o início da mobilização e os preparativos para o envio dos militares brasileiros para a Itália, pouco ou quase nada havia mudado em relação à forma como o Exército tratava o seu sistema de alimentação. Em resumo, seus cardápios pouco variados em um sistema de padrão

único de alimentação, no qual os alimentos eram racionados rotineiramente com o contingenciamento orçamentário da “economia de rancho”³, aliados aos precários conceitos de higiene aplicados à armazenagem, ao transporte e à confecção dos alimentos e sem o preparo técnico dos cozinheiros nas unidades militares do Exército Brasileiro.

Alimentação nos navios

Os primeiros pracinhas, como eram chamados os militares da FEB, começaram a embarcar para a Itália no navio de transporte de tropas estadunidenses *USS General W. A. Mann*, em 29 de junho de 1944. Com o navio ainda atracado no cais do Rio de Janeiro, a concepção dos nossos soldados sobre alimentação foi totalmente modificada. Isto porque os alimentos que consumiram a bordo eram bem diferentes daqueles que estavam acostumados a receber no período de treinamento em terra.

Logo na primeira refeição, a tropa foi oficialmente apresentada à alimentação agridoce norte-americana, contrário ao gosto predominantemente salgado das refeições brasileiras, sobretudo no almoço e no jantar. Posteriormente, já em terras italianas, essa alimentação a bordo dos navios foi substituída por outra, com cardápios mais fartos e variados. No entanto, a alimentação em Nápoles também não era muito atrativa para os soldados brasileiros.

Dentro do navio, a rotina também não era das mais fáceis. Após a alvorada, todos os brasileiros entravam em uma enorme e lenta fila em direção ao refeitório, para realizar a primeira refeição do dia. Essa fila, no primeiro dia, levou mais de três horas para que os soldados pudessem se

servir. Com o passar dos dias, esse tempo foi se reduzindo. Na primeira refeição, os soldados tiveram um cardápio farto para os costumes estadunidenses, porém incomum para os moldes brasileiros. A tripulação do *USS Mann* distribuiu aos militares da FEB na primeira refeição, ovos cozidos, fatias de pão branco de forma, salsichas, leite, mingau e maçãs.

A segunda e última refeição do dia (para a maioria dos tripulantes) apresentou como itens do cardápio: salsicha, vagem, batata inglesa, conserva de morango, pão, manteiga, leite e café. Foi nesse momento que surgiu a grande decepção dos brasileiros, principalmente para os cariocas, em relação à alimentação norte-americana: a falta do arroz e feijão, especialmente, na segunda refeição do dia. (ANDRÉ, 2007, p. 118)

Durante o deslocamento do navio, ainda em águas nacionais, esses expedicionários passaram a sentir os primeiros sintomas do enjoo marítimo, causado pela ação das ondas sobre a embarcação. Os enjoos, seguidos por vômitos constantes, transformaram os alojamentos, corredores e todos os demais locais onde estivessem os brasileiros em área de sofrimento.

As consequências foram tão devastadoras que alguns soldados mal conseguiam se levantar da cama praticamente durante toda a viagem. Os únicos alimentos que os “febianos” ainda toleravam eram algumas frutas, normalmente laranjas e maçãs, que alguns companheiros conseguiam pegar no refeitório.

Os compartimentos onde os soldados foram acomodados eram quentes, abafados e claustrofóbicos. Em alguns desses compartimentos, próximos da cozinha, eles ainda conviviam com o constante odor adocicado emanado da confecção

dos alimentos, o que ocasionava sofrimento ainda maior para os “mareados”.

As reclamações sobre o sabor da alimentação servida a bordo eram constantes, seja por falta de sal, seja por falta de temperos nacionais, como cebola e alho ou, simplesmente, pelo sabor agri-doce, tão característico da comida norte-americana. Além disso, o arroz e o feijão eram motivos de crítica, pois o arroz, quando aparecia no cardápio, tinha a consistência de papa e o feijão, quando muito, era servido na forma de salada. Para atender a necessidade da alimentação de todos os embarcados, foi necessário reforçar a equipe de cozinha do navio norte-americano com soldados brasileiros. Esses militares de serviço, assim como os designados para realizarem outras tarefas internas no *USS Mann* (faxina, policiamento, guarda etc.) receberam o apelido de “forçados”. Os demais eram chamados de “turistas”, porque, teoricamente, apenas apreciavam a viagem transatlântica. Os “forçados” recebiam três refeições por dia, os demais apenas duas refeições. (ANDRÉ, 2007, p. 120)

Além do número de refeições diárias, havia outras restrições, como o consumo de apenas uma porção de sobremesa por pessoa, que normalmente era uma fruta. Aliás, essa proibição gerou uma das primeiras expressões em inglês que se generalizou entre os pracinhas durante todo o período em que estiveram na Itália – *no more*⁴. Essa era a resposta constante e inalterada prestada pelos marinheiros norte-americanos quando um pracinha tentava repetir sua cota de fruta no refeitório.

Hamilton José do Patrocínio, integrante da FEB, manifestou em seu diário sua total insatisfação com o sabor da alimentação e che-

gou a insinuar que a má preparação dos alimentos era proposital.

A falta do feijão na alimentação diária era tão significativa que, no quarto dia de viagem do 2º escalão de embarque, os alto-falantes do navio anunciaram, em português, que o general Cordeiro de Farias havia autorizado a abertura de sacos de feijão, oriundos do Brasil, para serem consumidos no navio. Esse anúncio acarretou uma euforia geral nos pracinhas, mas, ao ser servida a refeição tão esperada, ocorreu uma enorme decepção. O feijão confeccionado pelos cozinheiros norte-americanos era sem caldo, sem tempero e com um peculiar sabor adocicado. A rejeição ao prato foi total.

A dificuldade para se adaptar ao padrão norte-americano de confeccionar os alimentos fez com que os soldados lembrassem saudosamente da alimentação servida nos ranchos dos quartéis no Rio de Janeiro e tão criticada pela sua má qualidade e falta de zelo na preparação, como o picadinho “babento” de quiabo, o feijão “aguado”, o “remexido” cheio de gordura e arroz “grudado”. (PATROCÍNIO, 2007, p. 128)

Um fato inusitado causado pela inadaptação com a comida e os efeitos das ondas do mar foi o surgimento de um comércio ilegal de frutas, entre os brasileiros, que as pegavam no refeitório, durante as refeições, e as vendiam para os que não conseguiam se alimentar com a comida oferecida no navio. Uma simples maçã chegava a valer Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), o que equivalia ao preço de uma camisa social na época.

Os problemas com a alimentação do primeiro escalão persistiram até o desembarque em Nápoles, após 15 dias de deslocamento pelo oceano Atlântico. Os outros quatro escalões de

embarque zarparam, posteriormente, para a Itália, seguindo os mesmos procedimentos adotados pelo primeiro escalão e, por sua vez, com os mesmos problemas em relação à alimentação.

Apesar das constantes reclamações sobre a alimentação, alguns militares brasileiros apresentaram pontos de vista diferentes, alguns se adaptaram tão bem ao navio e à alimentação que chegaram a engordar 8 Kg durante a viagem. (CARVALHO, 1998, p. 104-5)

A logística de suprimento na FEB

As transformações sentidas pelo contingente brasileiro no contexto doutrinário mereceram a atenção de todos os escalões da FEB. A primeira mudança foi o fluxo logístico para se chegar à linha de frente. Documentos de classificação sigilosa dos EUA abordam o papel da Seção de Base Peninsular (*Peninsular Base Section* – PBS) no front italiano. Nesse documento ultrassecreto na época foram listados os itens críticos de suprimento, dentre os quais se destacam a madeira e os pneus (PBS, 1944, p. 19-21). Isso implicou em um revezamento das modalidades de transporte desde a chegada da FEB em Nápoles.

No deslocamento de 350 quilômetros para Tarquínia, a PBS iniciou a ordem de deslocamento com uma marcha a pé de 10 quilômetros até a estação de trem, onde eram embarcados o material e os equipamentos a um limite de 1.200 homens por viagem e uma média de quatro viagens por dia. Após o desembarque em Litoria, o transporte era por caminhões e por sistema de cabotagem, garantido pela *Land Craft Infantry* (CAMPOS, 1947, p. 20-25). Nesses deslocamentos, a disciplina com o cumprimento dos horários e o conhecimento dos oficiais com

o conhecimento do itinerário. Nesse período, a FEB foi incluída no sistema de logística do V Exército Norte-Americano (V Ex NA).

Desse modo, o fornecimento diário da alimentação continuou a cargo dos norte-americanos, por meio de bases de apoio aliadas instaladas no sul da Itália. A base de suprimento da FEB, esperada para garantir o adequado fluxo logístico e o acompanhamento desse deslocamento, não ocorreu. Segundo o relatório final sobre a logística nas Forças Armadas dos EUA, *World War II was the first war in our history in which there were no major failures in supply* (CMH, 1993, p.24). A retirada das rações para consumo dos soldados brasileiros era realizada nas bases norte-americanas e no Depósito de Suprimento da FEB, que se encontravam até 300 quilômetros à retaguarda da zona de combate dos brasileiros. Em média eram transportadas 45 toneladas de alimentos por dia, envolvendo aproximadamente 18 caminhões. As rações eram solicitadas ao escalão superior, normalmente, para serem consumidas três dias à frente, fazendo parte do escalonamento logístico do suprimento de Classe I (classe “um” – alimentação) do V Ex NA. O Serviço de Intendência (SI) faz parte do Estado-Maior Especial e atuou como órgão informativo do Comando, dentro de sua especialidade (CAMPOS, 1946). Colaborou, através da quarta seção (logística), na decisão do Comando da FEB e acionou diretamente o emprego dos serviços, por meio das Seções de Suprimentos e Transporte. Estes possuíam cerca de 50% dos caminhões 2 ½ toneladas (378) disponíveis para toda a FEB. (BIOSCA, 1950, p. 122)

O SI tornou-se completo com a chegada do segundo e do terceiro escalões de embarque⁵,

que se deslocaram juntos do Rio de Janeiro em direção a Itália. Esses dois contingentes chegaram a Nápoles no dia 6 de outubro, juntando-se ao primeiro escalão pouco depois, completando-se, assim, a 1ª DIE.

O Depósito de Suprimento da FEB consistiu em uma instalação adaptada ao sistema de logística do Exército dos Estados Unidos em campanha. Ele foi criado com a finalidade de estocar alguns itens alimentícios específicos do Brasil, como feijão, arroz, farinha de mandioca, café etc. Esses itens seguiam para a Itália nos porões dos navios que transportavam os soldados brasileiros.

As quatro fases do apoio logístico brasileiro podem ser resumidas da seguinte forma:

“A 1ª fase ofensiva, iniciado em 12 set 44, com a organização de um Grupamento Tático, e encerrado em 30 de Out seguinte, quando da conferência do PASSO DE FUTA”. Esse grupamento tático (GT) era subordinado ao IV Corpo de Exército, sob a denominação de 6º *Combat Team*. A 2ª fase (13 Out 44 o SI foi reagrupado, reunindo-se os elementos que tinham constituído o SI do 1º Escalão (com os quais se tinha organizado o GT) aos elementos que acabavam de chegar com o 2º Escalão. Desta forma o SI começou a operar com a totalidade dos seus meios. A partir de 15 de novembro 44, a Divisão de Infantaria (DI) passou a se reabastecer em um Depósito do V Ex em Pistóia. O Carregamento das viaturas das subunidades (SU) de serviço (Sv) também se dava em Pistóia. Neste período até 24 de novembro, o Escalão Recuado do SI estava se deslocando da região de Pisa para Pistóia e o Escalão avançado alcança Valdibura a 26 Km a frente de Pistóia sobre a Estrada 64 e após Porreta-Terne a 32 Km ao norte de Pistóia. Porreta-Terne foi o local de estacionamento das SU de Sv de Nov 44 ao começo de abril 44.

Na 3ª fase 01 de abril a Seção de Suprimento Classe I e III e o seu Posto de Distribuição

estacionaram em Pamperso. Neste local foi construída, pelo Svde engenharia, uma área para os comboios de 8.000 mt² com pavimento de pedra britada e rasgou mais uma estrada, além da existente. Em 03 de abril a Ch SI, a SeçTransp e o PelVtr Cia I (disp 4ª Seç DIE) avançaram 25 Km, de Le Pieve para Panigaledi Sopra na região de Lisano. Neste período avançaram para Pamperso os órgãos do SI que estavam desde novembro de 44 em Pistóia, junto ao quartel-general recuado da DI. Entre eles se encontravam a SeçAdm e a Cia Int.

Na 4ª fase - A partir do dia 29 a missão do IV Corpo de Exército NA era capturar Piacenza, e a DI iria proteger o flanco esquerdo. O eixo de progressão da logística da DI se dará pela via Emília. Alguns dias após 09 de maio, a Chefia do SI avançou para Alessandria e os meios do SI se concentraram em Voghera. O SI começou a recolher o equipamento das Unidades e devolver aos órgãos americanos. Missão do SI neste período, recolher o material das subunidades e entregar nos Depósitos da PBS. (BIOS-CA, 1950, p. 106)

O desenvolvimento das ações mostrou a capacidade de adaptação aos diferentes contextos operacionais, desde a fase estacionária no rigoroso inverno mais frio do século até então (final de 1944 – início de 1945), até a fase da perseguição (abril de 1945), onde a mola logística distendeu-se percorrendo a esteira dos militares em primeiro escalão.

Características das rações

As tropas brasileiras tiveram contato com os mais diversos tipos de rações NA, como as tipo “B”, “C”, “D”, “K”, “10 em 1” e as rações especiais, como as de unidades de serviço italianas, as francesas, as muçulmanas, as de prisioneiros de guerra e as de civis nativos.⁶

Ração tipo	Característica
“A”	Ração de campanha que mais se assemelhava à alimentação utilizada em tempo de paz. Apresentava uma grande variedade de itens, entre eles gêneros congelados.
“B”	Ração de campanha quase idêntica à ração “A”, com mais de 100 gêneros distintos, sendo substituídos os gêneros de difícil conservação por outros equivalentes, conservados comumente em latas.
“C”	Ração de reserva usada em determinadas situações de emergência, quando não era possível a utilização da ração “B”. Era composta por seis latas hermeticamente fechadas, podendo ser ingerida quente ou fria.
“D”	Embora chamada de ração de reserva, era um suplemento de ração, porém na prática, era consumida como ração. Era uma espécie de “barra de chocolate” com 1.800 calorias.
“E”	Ração de reserva bem leve e compacta, que podia ser armazenada durante longo tempo, podendo ser ingerida quente ou fria sem perda apreciável do sabor.

Quadro 1 - Características das Rações Norte-Americanas.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB.

Na maior parte do período em que a FEB atuou na Itália, a alimentação fornecida foi a ração “B”, confeccionada nas cozinhas das unidades militares e servidas quente aos soldados. Porém, em determinadas situações, os soldados eram obrigados a se alimentarem de rações de reserva, o que não era de agrado da tropa. Se essa ração tivesse que ser consumida fria, a rejeição aumentava ainda mais, visto que passavam por um dos mais rigorosos invernos na Europa, com temperaturas que chegaram aos 15 *graus Celsius* abaixo de zero na área de combate da FEB em dezembro de 1944.

Modificações exigidas pela tropa brasileira

A alimentação da tropa foi motivo de preocupação durante todo o período que durou a campanha. O comando da FEB e os órgãos norte-

-americanos de suprimentos estiveram empenhados na procura de uma solução adequada para os problemas ligados à adaptação da alimentação.

Na tentativa de procurar formas de eliminar ou reduzir os pontos de insatisfação com a alimentação, o comando da FEB determinou a realização de pesquisas sobre a opinião dos soldados em relação à alimentação fornecida.

Desse modo, foram listadas as prováveis causas de inadaptção à alimentação em cinco pontos: a quantidade dos gêneros, a qualidade, a distribuição da alimentação, o paladar da ração de reserva e a confecção da ração.

Analisando somente o último item, verificou-se que a deficiência na confecção das rações estava ligada a diversos fatores que, juntos, causaram um grande número de reclamações por parte da tropa brasileira.

O primeiro desses fatores consistia na falta de conhecimento técnico dos cozinheiros em confeccionar os alimentos da maneira correta, seguindo os padrões norte-americanos. Outro fator era o baixo nível educacional desses cozinheiros (existia um alto índice de analfabetos), que, por diversas vezes, não tinham condições de calcular as conversões de peso e volume necessárias e, ainda, de realizar as operações matemáticas mais simples, o que os levava a confeccionar a alimentação por meio do sistema empírico ou por tentativa e erro, o que causava profundos dissabores aos comensais das unidades.

Em consequência das informações apresentadas, brasileiros e norte-americanos apresentaram certo consenso sobre os itens que deveriam ser substituídos e realizaram proposta de novas rações⁷. Curiosamente, foi informada, também, de modo geral, a necessidade de mais abridores de lata para que se pudesse abrir a ração de emergência “C”, pois vinha apenas um por ração e as condições de higiene e até meteorológicas restringiam o uso da faca de trincheira para aquela finalidade.

Fato interessante envolvendo esse abridor era o elevado número de acidentes ocasionado pelo seu mau uso, ocasionando infecções nos cortes e a internação dos soldados⁸. Outro fator causador de baixas foi a intoxicação acarretada pela ingestão da ração “C”, após ultrapassar uma hora de sua abertura, fato pouco comum entre as tropas norte-americanas.

Ademais, o comando da FEB solicitou aos órgãos de suprimento norte-americanos a suspensão do fornecimento de manteiga de amendoim, manteiga em conserva, feijões e beterraba; a redução de suco de tomate, mostarda e pimenta;

e o acréscimo no volume de manteiga fresca e de leite em conserva⁹, além da substituição de outros itens, como o café, que era em flocos e não moído, ou seja, os soldados tomavam “chá de café”. O comando da FEB solicitou, também, ao escalão superior no Brasil, a troca de alguns artigos nacionais por outros de melhor qualidade (cigarro) e o aumento da dotação de outros artigos (arroz e feijão), que se encontrava em estoque na Itália.¹⁰

Regime de alimentação misto

Uma possível solução para os problemas de adaptação seria a implantação de um regime de alimentação misto, ou um regime totalmente nacional, porém isso esbarrava na dificuldade em se conseguir fazer chegar à Itália os gêneros brasileiros em quantidade suficiente. Em contrapartida, havia uma grande facilidade em receber os artigos norte-americanos, que sempre se encontravam à disposição.

Apesar das dificuldades, o comando da FEB determinou o fornecimento dos gêneros brasileiros como reforço (suplemento) à ração NA. O fornecimento desses itens sofreu constantes modificações, ora aumentando quantidades de alimentos ora as diminuindo, em função do nível de estoque ou por imposições táticas¹¹.

Apesar das reclamações sobre os gêneros e as rações fornecidas pelos norte-americanos, os pracinhas não perdiam o espírito de brincadeira que tanto caracterizava o soldado carioca:

E logo apelidaram diversos itens do suprimento, como o *cornedbeef* (uma espécie de conserva de carne de boi em salmoura) que era chamado de “carne de cachorro”; o damasco dessecado, de “orelha de mico”; o *grapefruit*, de “cara feia”

e as bolachas (biscoitos, grifo nosso), de “*dog biscuits*”, e quando mudava o modo de preparo do *cornedbeef*, sempre um gaiato gritava: “a carne de cachorro mudou de uniforme, cuidado!”. (MENDES, [19-], p. 273)

Os gêneros oriundos do Brasil, embora fossem de agrado da tropa, apresentavam sérios problemas de armazenagem, pois eram recebidos nos depósitos brasileiros e nas unidades, por vezes, molhados e mofados, já que eram acondicionados em sacos de aniagem que se fragilizavam com a umidade e se partiam com grande facilidade. Os materiais empregados para a confecção das embalagens dos produtos nacionais também dificultavam sua distribuição para os soldados, pois umedeciam e tinham aspecto estranho.¹²

Em documentos oficiais da FEB, podem-se verificar algumas deficiências das embalagens nacionais:

“as embalagens dos gêneros brasileiros eram muito precárias e apresentam aspecto desagradável. O açúcar, o sal e a farinha de mandioca umedecem com facilidade; o arroz e o feijão acondicionados em sacos de aniagem que se partem com facilidade e o cigarro está exposto à infiltração de água pelas frestas da caixa, assim como o mate. Além de essas embalagens serem anti-higiênicas, apresentam ainda grande dificuldade no transporte e subdivisões por serem embaladas em sacos de 60 Kg”.¹³ (AHEx, 1944)

A situação se tornava ainda pior quando se comparava a qualidade das embalagens brasileiras com as norte-americanas, pois os seus produtos possuíam excelentes embalagens e podiam ser estocados ao ar livre, durante um longo período, sem se deteriorarem.

Segundo Biosca (1950, p. 204), quando a FEB estava com seu efetivo máximo, em março


e abril de 1945, o regime de alimentação misto chegou à base de 90% de víveres norte-americanos e 10% brasileiros.

Considerações finais

Como conclusão, pode-se admitir que a imposição do tipo de alimentação baseada nos hábitos alimentares da população norte-americanas, diferente dos costumes alimentares dos pracinhas, causou, em uma fase inicial, um impacto negativo no moral e no ambiente psicossocial da tropa brasileira, pela falta de adaptabilidade à alimentação fornecida e à forma de preparação. Porém, com o aperfeiçoamento das técnicas de preparo, as adaptações que surgiram e o aprimoramento de nossos cozinheiros, as dificuldades foram sendo superadas e esse fator negativo foi reduzido gradativamente até o final da Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945.

Quando a FEB retornou para o Brasil em meados de 1945, obviamente, suspenderam-se os carregamentos de suprimento de alimentação que, até aquele momento, era fornecido pelos norte-americanos. Surgiu nessa fase um novo impacto para os pracinhas, só que agora de uma forma invertida. Isso, porque os nossos expedicionários haviam se acostumado a receber uma alimentação de boa qualidade, balanceada e confeccionada com bons padrões de higiene e limpeza. Desse modo, conforme afirma Mendes ([19-], p. 269), não foi de se espantar a indignação dos militares “febianos” quando voltaram a lhes servir o velho “jabá mal-cheiroso” e o “feijão bichado”.

Assim, esse entrechoque cultural propiciou aos nossos pracinhas a experiência da alimentação

no combate moderno e contribuiu não somente para a mudança na estrutura e na doutrina militar, como também houve um esforço para a melhoria na armazenagem, no preparo e na distribuição dos alimentos nos quartéis brasileiros. 

Referências

- ANDRÉ, Antonio. **O Brasil na II Guerra Mundial e as comunicações da 1ª divisão de infantaria da Força Expedicionária Brasileira — 1944/45**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2007.
- BARONE, J. **1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Anuário Estatístico do Brasil de 1908-1912**, v. 1. Território e População. Editado pela Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geraldo.
- Brasil, 1940. **Censo Demográfico**: população e habitação, série nacional, v.II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.
- BIOSCA, Fernando Lavaquial. **A intendência no teatro de operações da Itália**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1950.
- CALDAS, Mirandolino. **O posto avançado de neuropsiquiatria da FEB**, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1950.
- CAMPOS, Aguinaldo José Senna. **A 4ª Seção na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro: A Defesa Nacional, 1947.
- CARVALHO, Olavo de. **O Exército na história do Brasil**, Volume “República”. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- CARVALHO, Renato Ramos; KLEIN, Klauss Erich. A doutrina militar americana na IIGM. In: COSTA, Sergio Paulo Muniz (Org). **A Força Expedicionária na campanha da Itália**. Resende: AMAN, 1999.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2001.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.
- CERQUEIRA, Evangelista C. D. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. 1865-1870. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980.
- CMH. **Logistics in World War II**: final report of the ARMY Service Forces. Washington: Center of Military History, 1993.

FERREIRA JUNIOR, Alcemar. **“Voltaram até mais Gordos”**: Cotidiano e alimentação da Força Expedicionária Brasileira na Itália – 1944-1945. In: congresso “semana do conhecimento”, Nova Iguaçu, 2005.

MENDES, Ubirajara. **Soldado com fome não briga**. In: ARRUDA, Demócrito C. et al. **Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Cobraci Publicações, [19-].

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005.

PATROCÍNIO, Hamilton José do. **Diário do Veterano Sgtº Hamilton José do Patrocínio**. In: ANDRÉ, Antonio. **O Brasil na II Guerra Mundial e as comunicações da 1ª divisão de infantaria da Força Expedicionária Brasileira — 1944/45**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2007.

PBS. **Administrative Order**: All G-4 Supply Memorandums are included. With the exception of these rescinded and TOP secret memorandums. Secretaria de Estado dos EUA: US ARMY, 1945.

RUAS SANTOS, Francisco. **Víveres e Rações na Campanha da Itália**. A Defesa Nacional, n. 397, jun. 1947, ano XXXIV.

SALAFIA, Anderson Luiz. **Breve balanço da participação brasileira na segunda guerra Mundial**. Disponível em: <http://www.portalfeb.com.br/breve-balanco-da-participacao-brasileira-na-segunda-guerramundial/>. Acesso em: 22/02/2018.

SIMMEL, Georg. **Sociologia da refeição**. Estudos históricos, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, n. 33, 2004. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/idx_edicoes_anteriores.asp. Acesso em: 02/07/2015.

WAACK, William. **As duas faces da glória**: A FEB vista por seus aliados e inimigos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Notas

- ¹ Dentre os 25.445 militares convocados para participar da FEB, 49% (quarenta e nove por cento) pertenciam às graduações de soldado com menos de dois anos de treinamento; fato que contribuiu para as dificuldades de adaptação aos costumes na área das operações militares no norte da Itália (SALAFIA, 2016).
- ² O Brasil tinha passado por mais de 20 anos de influência da doutrina militar francesa e, repentinamente, teve que se readaptar ao complexo aparato logístico norte-americano.
- ³ A economia de rancho era a redução, ora na qualidade dos gêneros adquiridos, ora na quantidade desses gêneros e às vezes em ambas as formas, de modo a permitir uma economia financeira nos gastos com alimentação. Com essa economia, o comando da unidade poderia utilizar esse recurso em outras atividades, por vezes não relacionadas à alimentação.
- ⁴ Como os militares brasileiros de baixa graduação (cabos e soldados) não tinham a educação básica na língua inglesa, o termo – que significa “não mais” – transformou-se em uma expressão interna (leia-se “nô mó”) (sic) entre os soldados como algo inegociável, que não tinha jeito de contornar a situação, qualquer situação que fosse.

- ⁵ Além do navio USS General Mann, o navio estadunidense USS General Meigs encarregou-se do transporte das tropas brasileiras nos quatro escalões da FEB.
- ⁶ Consta do resumo dos estudos sobre rações, víveres ou etapas da FEB. Caixaeta 309 – FEB-AS. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- ⁷ Consta das respostas das unidades do questionário do SI sobre a nova ração C. Caixaeta 309 – FEB-AS. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- ⁸ Informação existente no Relatório nº 2 do TC Emanuel Marques Porto, Chefe do Serviço de Saúde. Caixaeta 501 – FEB-AS. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- ⁹ Consta do Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB. Ofício nº 21, de 13 fev. 45 do Cmt da 1ª DIE para o Cmt V Ex NA. Caixa 260, Pasta 03, Subpasta 03, f. 173.
- ¹⁰ Consta do Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB. Definição das embalagens de víveres e forragens brasileiras. Caixaeta 309.
- ¹¹ Informação existente no Relatório nº 01, de 31 de janeiro de 1945, do Depósito de Intendência. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- ¹² Consta da Definição das embalagens de víveres e forragens brasileiras. Caixaeta 309 – Acervo FEB-AS. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- ¹³ Informação existente no Diário do Serviço de Intendência, p. 18. Caixaeta 312 – Acervo FEB-AS. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Aquelas mulheres de farda

As enfermeiras da FEB

*Daniel Mata Roque**

Introdução

Em 1º de setembro de 1939 iniciou-se, oficialmente, aquele que viria a ser o maior conflito armado da história, com até então impensáveis números de combatentes envolvidos, de armamentos poderosos, de novas tecnologias, de vítimas. A invasão da Polônia pela Alemanha, apoiada pela Itália, provoca declarações de guerra da França e da Inglaterra. O Eixo recebe a adesão do Japão, que já havia invadido a China. A União Soviética assina um pacto de não-agressão com a Alemanha, mas seria invadida por esta em 1941. Todo o continente americano, capitaneado pelos Estados Unidos, manteve inicialmente a neutralidade. A guerra ainda duraria seis anos.

À época o Brasil era governado por Getúlio Vargas, que chegara ao poder na Revolução de 1930 e já havia promulgado duas constituições. A então em vigor, decretada em 1937 com claras inspirações fascistas, fechou o Congresso, proibiu partidos políticos, suspendeu eleições e conferiu poderes ditatoriais ao presidente que, apesar disso, desfrutava de grande prestígio popular após editar medidas legais de amparo ao

trabalhador e iniciar grande modernização do Estado brasileiro.¹

O governo brasileiro relutou muito em escolher um lado na guerra, por diversas razões econômicas e ideológicas. Grande parte da cúpula estadonovista era simpática à Alemanha nazista e ao sistema fascista de governo. Por outro lado, em um país agrário e eminentemente rural, o governo ansiava pela industrialização e pela modernização das Forças Armadas, esperançoso de que conseguiria ambos em troca de apoio ao esforço de guerra. Caberia, ainda, decidir a qual dos lados.²

Em 07 de dezembro de 1941 a base naval americana de Pearl Harbor é atacada de surpresa por tropas japonesas. Os Estados Unidos declaram guerra aos países do Eixo, no que são seguidos, aos poucos, pelos demais países americanos participantes da III Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, sob a liderança do Chanceler brasileiro Oswaldo Aranha.

O Brasil rompeu relações diplomáticas com Alemanha e Itália na sequência, em 28 de janeiro de 1942.³

* Cineasta e memorialista. Especialista em Ciência Política (2018), Mestrando da Universidade Salgado de Oliveira (2019). 2º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Pesquisador Associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. danielmataroque@gmail.com

O país já havia sido atacado mesmo antes. A primeira vítima brasileira na Segunda Guerra Mundial faleceu em 22 de março de 1941. O navio Taubaté, da Marinha Mercante Brasileira, navegava no Mar Mediterrâneo, do Chipre para Alexandria, devidamente identificado com bandeiras nacionais e levando apenas mercadoria. Foi metralhado por um avião alemão e, “apesar dos lenços brancos içados e de ter parado as máquinas, sofreu ataque por mais de setenta minutos”⁴. O ataque matou, metralhado no convés, o conferente José Francisco Fraga. Deixou ainda vários outros tripulantes feridos.

Após o rompimento diplomático, submarinos do Eixo passaram a afundar navios brasileiros por toda a costa, invadindo nossas águas nacionais. Em agosto, após seis navios afundados em apenas uma semana, imensa pressão popular tomou as ruas do país exigindo a declaração de guerra, assinada em 31 de agosto de 1942. Ao final da guerra, o país teve cerca de trinta e um navios atacados ou afundados, vitimando, ao todo, quase mil e quinhentas pessoas, entre tripulantes (da Marinha Mercante), militares (da Marinha de Guerra) e civis, incluindo mulheres e crianças.

Respondendo à agressão, o Brasil criou, em 09 de agosto de 1943, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada em 1944 para lutar contra os nazi-fascistas na Itália. A FEB, com tamanho de uma Divisão de Exército, contou com mais de

vinte e cinco mil combatentes, entre militares e civis voluntários ou convocados, e foi comandada pelo General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes. A tropa brasileira atuou subordinada ao comando do V Exército Americano, no teatro de operações do Mediterrâneo. Do esforço de guerra também participou ativamente a então recém-criada Força Aérea Brasileira (FAB), com o 1º Grupo de Aviação de Caça, enviando cerca de quinhentos militares, entre pilotos, técnicos e especialistas, para atuarem na Itália. No Brasil, a Marinha de Guerra teve a responsabilidade de proteger a costa (juntamente com a Defesa de Costa, composta de Exército e Força Aérea) e de realizar comboios dos navios mercantes nacionais até o Caribe e a Europa.

Nas três Forças, destacou-se a atuação do serviço de saúde, em muitos casos organizados mesmo pela necessidade da guerra. O cuidado de guerra é integrante indissociável de qualquer narrativa bélica e extrapola mesmo os limites e a temporalidade do próprio conflito, onde combate amparado apenas pela cruz vermelha bordada em sua farda e luta, em aparente contrassenso, para salva vidas amigas e inimigas.

Figura 1 – Enfermeiras brasileiras no 38º Evacuation Hospital, em Pisa. Da esquerda para a direita: Maria José Aguiar, Wanda Sofia Magewsky, Helena Ramos, Ondina Miranda de Souza, Elita Marinho, Sylvia Pereira Marques, Jurgleide Dóris de Castro, Silvia de Souza Barros, Maria do Carmo Correia e Castro, Heloísa Cecília Villar, Maria Luiza Vilela Henry, Maria Belém Landi, Novembrina Augusta Cavallero.

Fonte: Acervo Socorro Sampaio, Associação Nacional dos Veteranos da FEB – Seção Distrito Federal (ANVFEB-DF).



O serviço de saúde da FEB

No caso brasileiro, o serviço de saúde que seguiu para a guerra, principalmente no Exército, já que a FEB representou o maior contingente brasileiro em combate, merece destaque.

Reunindo médicos, dentistas, enfermeiros, farmacêuticos e padioleiros, o 1º Batalhão de Saúde foi criado somente em 1944, já para compor a Força Expedicionária Brasileira. Além do Batalhão, o serviço de saúde incluiu ainda os Destacamentos Regimentais (inseridos nos Regimentos de Infantaria, nos Grupos de Artilharia e nos Batalhões especiais), o Posto Avançado de Neuropsiquiatria e a Seção Brasileira de Hospitalização, anexa aos hospitais de sangue norte-americanos.

Alunos de medicina e odontologia tiveram as formaturas adiantadas em alguns meses em suas faculdades, para poderem embarcar em tempo, seguindo para a guerra já como profissionais, oficiais militares da saúde, em face da carência de pessoal e estrutura (a título de exemplo: dos 176 oficiais médicos, apenas 84 eram militares da ativa, menos da metade).⁵

A guerra trouxe um marco histórico relevante e uma transformação irreversível, partindo da área da saúde, pois foi a primeira vez que mulheres ingressaram nas Forças Armadas brasileiras, voluntariando-se como enfermeiras tanto no Exército (foram 67 para a guerra) quanto na Força Aérea (foram 06 para a guerra).

O serviço de saúde da FEB reuniu cerca 1.369 componentes, das mais diversas especialidades e patentes⁶ e foi comandado pelo Coronel-Médico Emmanuel Marques Porto.

Na FEB, o serviço de saúde era composto de uma Seção de Comando, três Companhias de Evacuação (cada uma com um Pelotão de Padioleiros, um Pelotão de Posto de Socorro e um Pelotão de

Ambulâncias) e uma Companhia de Tratamento, que possuíam os elementos necessários para instalar um Posto de Socorro Divisionário. Nesses PSD os feridos e doentes recebiam tratamento imediato, sendo depois evacuados para o Posto de Triagem Divisionário [...]⁷

Na sequência, o ferido era evacuado para hospitais na retaguarda, comandados pelo V Exército Americano, onde também atuaram médicos brasileiros e todas as enfermeiras da FEB.

Em reconhecimento, o comandante brasileiro, General Mascarenhas de Moraes, consignou ao serviço de saúde da FEB expressivo elogio, do qual destacamos um pequeno trecho:

[...] Verdadeiros heróis da grande luta contra a morte, esse exército de padiolas e bisturis faz, do mesmo modo que o de canhões e baionetas, grande dano ao alemão que nos defronta. Cada soldado reconstituído é um soldado furtado à sanha adversa.

Eis por que me sinto ufano de ser chefe desse belo conjunto de eficiência que é o serviço de saúde, com os seus meios de execução – o Batalhão e os Destacamentos Regimentais. Que prossigam nessa atividade, é o único desejo do comandante da FEB [...]⁸



Figura 2 – Enfermeiras da FEB Helena Ramos, Altamira Pereira Valadares e Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero em ambulância alemã capturada.

Fonte: Acervo Margarida Bernardes.

As enfermeiras da FEB

*Ofenderam a nossa bandeira,
A mulher brasileira também teve opinião.
Nós seremos enfermeiras*

E, se for preciso, manejamos o canhão.

(Composição: Rubens Campos e Sebastião Lima – 1942. Intérprete: Dircinha Batista)

Após a entrada do Brasil na guerra e o início dos preparativos para o envio das tropas à Europa, o Exército Americano, ao qual a FEB ficaria subordinada durante a campanha, solicitou que compusesse também a FEB um corpo de enfermeiras, que pudessem atender os brasileiros e render as enfermeiras americanas, em atividade na guerra desde 1941.

No serviço de saúde do Exército, que não dispunha de enfermeiras, iniciou-se essa transformação. Através do Decreto-lei nº 6.097, de 13 de dezembro de 1943, foi criado o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército.⁹

DECRETO-LEI Nº 6.097, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficado no Serviço de Saúde do Exército o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército.

Art. 2º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS

Eurico G. Dutra¹⁰

Na sequência, abriu a inscrição para o voluntariado de enfermeiras. Segundo a Veterana Elza Cansanção, a motivação não seria outra:

E foi assim que a mulher brasileira, que sempre foi alicerce desta Pátria livre e forte, não podia nesse momento cruciante se furtar ao chamamento pátrio. Revoltadas com as agressões sofridas, procuraram uma forma de tomar parte no revide ao agressor.

Com a premência da organização do QERE, o Exército aceitou mulheres com diferentes tipos de formação e experiência. Como pré-requisito, deveriam ser solteiras ou viúvas, maiores de 21 anos e com alguma formação em enfermagem.

Parte das enfermeiras era “diplomada”, ou seja, havia cursado o equivalente a um curso de nível superior em escolas da época, como a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), a Escola Alfredo Pinto (EAP) e a da Universidade de São Paulo (USP). O curso tinha a duração de três anos e esse grupo representou a minoria do grupo.

Outro grupo de enfermeiras era o de “samaritanas”, formadas pela Cruz Vermelha Brasileira em um curso de um ano, próximo do que seria, hoje, uma formação mais técnica.

A maior parte das enfermeiras da FEB, no entanto, era de “voluntárias socorristas”, também formadas em curso ministrado pela Cruz Vermelha Brasileira, com duração de três meses, voltado para formação emergencial e com alta procura, motivada pela contingência da guerra. Muitas mulheres que concluíram este curso trabalhavam em outras áreas, não possuíam nenhuma experiência na área da saúde e procuraram a enfermagem especificamente com o objetivo de seguirem para o voluntariado da guerra.

Muito embora carregassem bagagens acadêmicas, formação e experiência muito diversas, sendo ainda um grupo bastante heterogêneo quanto a condição e origem econômica, muitas enfermeiras compartilhavam o passado militar

no sangue: eram filhas, netas ou sobrinhas de generais e almirantes brasileiros, de alguma forma ligadas à vida militar, com parentes ou amigos na FEB. Algumas descendiam de heróis da Guerra da Tríplice Aliança, como foi o caso das enfermeiras Aracy Arnaud Sampaio e Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero.

Para seguirem com a FEB, as enfermeiras, com seus diferentes diplomas, foram matriculadas no Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE), em que receberiam treinamento específico de enfermagem, aulas de educação física e adaptação à vida militar, com treinamento de marcha e ordem unida. Foram classificadas como civis, “enfermeiras da reserva de 3ª classe”, nomenclatura criada para a ocasião, com soldo equivalente ao de sargento. Já na Itália, em contraste com as enfermeiras norte-americanas, com patentes que variavam de tenente a coronel, foram arvoradas pelo comandante da FEB ao posto de 2º tenente, mantendo o soldo de sargento.

Os cursos do CEERE foram ministrados em variados estados do país, vinculados às Regiões Militares das capitais no Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Paraná. Os cursos formaram cerca de 120 enfermeiras. Para a FEB seguiram 67.

As enfermeiras foram enviadas em diversos escalões, em 1944, por via aérea. Os grupos fizeram escalas em variados locais do continente africano, como Casablanca, Dakar e Argel, chegando finalmente a Nápoles. O grupo precursor, de cinco enfermeiras, chegou na véspera do primeiro escalão de combatentes, em 15 de julho de 1944. As demais chegaram na sequência, sendo distribuídas pelos diversos hospitais norte-americanos, ficando subordinadas à Seção Brasileira de Hospitalização de cada unidade, comandadas

por médicos brasileiros, subordinados ao comando do hospital, norte-americano.

As enfermeiras vivenciaram na guerra as mesmas conhecidas dificuldades encontradas por nossos combatentes, como o inédito frio europeu, a dificuldade de comunicação em inglês ou em italiano, os hábitos novos, o próprio serviço e a duríssima realidade de uma guerra. A enfermeira Elza Cansação costumava dar como exemplo de novidade e necessidade de adaptação a própria medida do termômetro: as brasileiras, acostumadas aos graus Celsius, precisaram calcular e converter para graus Fahrenheit.

Mais além, precisaram lidar com questões próprias, por serem as primeiras mulheres militares admitidas oficialmente em toda a história brasileira.

O movimento nos hospitais foi intenso, movimentando quase metade da tropa brasileira, incluindo feridos de guerra, doentes, acidentados e combatentes que trouxeram problemas pré-existentes de vários tipos, incluindo doenças tropicais, problemas dentários e doenças sexualmente transmissíveis.

O movimento de brasileiros pela linha de atendimento hospitalar, durante os onze meses de permanência em ação, [foi intenso, totalizando] 10.776 pacientes [entre doentes e feridos]. É preciso ressaltar que foram para a Itália 25.334 brasileiros [na FEB, e mais cerca de 500 na FAB]. [...] Apenas 49 pacientes brasileiros faleceram nos hospitais.¹¹

É preciso destacar, ainda, que os profissionais brasileiros, de igual forma, “atenderam indistintamente brasileiros, americanos, ingleses, alemães e italianos”¹². Em abril de 1945, já no apagar das luzes da guerra na Europa, quando rendeu-se à FEB a 148ª Divisão de Infantaria

Alemã, conjuminada com outras tropas nazi-fascistas, em efetivo de quase quinze mil combatentes inimigos, foram entregues ao nosso Batalhão de Saúde centenas de feridos do Eixo, que foram tratados com humanidade por nossos médicos e enfermeiros.



Figura 3 – Enfermeira Lúcia Osório fardada e carregando o Pavilhão Nacional durante o treinamento do CEERE no Rio de Janeiro, na Fortaleza de São João.

Fonte: Acervo Margarida Bernardes.

Embora não atuando diretamente no *front*, não foi distante da guerra a rotina das enfermeiras. A jornada de guerreiras cobrou seu preço e algumas tiveram que ser evacuadas de volta ao Brasil por não resistirem à penosa adaptação da jornada

de trabalho ou por terem sofrido ferimentos. Algumas, feridas, prosseguiram na missão.

A enfermeira Elza Cansação Medeiros sofreu um acidente no hospital em que chefiava as enfermeiras brasileiras, o 7º Station Hospital, em Livorno, na noite de 23 de dezembro de 1944. Ao percorrer o trajeto do hospital para sua barraca, sem lanterna, teve início um alarme de ataque aéreo. Correu para um jipe americano, onde seus ocupantes procuravam abrigar-se sob o veículo. Ao desviar da rota que sempre seguia, no escuro, caiu em uma cratera aberta pela explosão de uma granada, fissurando uma perna e causando uma lesão na coluna.

A enfermeira Aracy Arnaud Sampaio foi ferida durante a explosão de uma mina terrestre dentro do hospital quando servia também no 7º Station Hospital.

Um italiano, em serviço de limpeza da área interna, ao cavar o chão com uma picareta, fez explodir uma mina anticarro. A explosão foi medonha! Grande foi o estrondo que se fez ouvir e quase houve pânico no Hospital. Todos correram para verificar o que tinha acontecido. Nas enfermarias, alguns doentes foram atirados fora dos leitos, muitas vidraças quebradas e outros objetos destruídos. O italiano ficou reduzido a pedaços e havia sangue em várias partes. A mina anticarro estava enterrada em lugar onde diariamente passávamos para o refeitório.¹³

Atingida pela explosão quando transportava um ferido na enfermaria, Aracy teve um tímpano perfurado, perdendo totalmente a audição do ouvido esquerdo pelo resto da vida, e foi reformada pelo Exército logo na sequência do retorno ao Brasil.

Além da guerra, perigos naturais também afetaram os hospitais da retaguarda.


Em novembro de 1944, com o transbordamento do rio Arno, represado pelos alemães, foi preciso evacuar às pressas o 38º Evacuation Hospital, que comportava cerca de mil pacientes e equipes de saúde brasileira e americana. O hospital, totalmente alagado, foi perdido.

Pouco depois, foi a vez do 16º Evacuation Hospital, instalado também em barracas e localizado no centro da cidade de Pistóia, ser atingido por um incêndio, provavelmente provocado por uma explosão de éter, que destruiu sua parte central. Foi preciso evacuá-lo às pressas.

Foi, de fato, uma guerra. Violenta e cruel, para todos os envolvidos.

E foi assim, de maneira decisiva, que o serviço de saúde amparou a árdua luta brasileira durante a guerra, colaborando, direta e indiretamente, para as vitórias nacionais na libertação de Montese, na tomada de Monte Castello, nas conquistas de La Serra, Castelnuovo e Collecchio e na histórica rendição de Forno.

Nas palavras da lendária major Elza: “e foi assim que a mulher brasileira, que sempre foi ali-cerce desta Pátria livre e forte, não podia nesse momento cruciante se furtar ao chamamento pátrio. Revoltadas com as agressões sofridas, procuraram uma forma de tomar parte no revide ao agressor”¹⁴.

Conseguiram! 

Pioneiras, veteranas e centenárias As enfermeiras da FEB ainda entre nós



Figura 4 – Capitão Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, 101 anos
Fonte: Acervo Margarida Bernardes



Figura 5 – 1ª Tenente Carlota Mello, 104 anos
Fonte: Acervo do Autor

Referências

BERNARDES, Margarida Maria Rocha. **O Grupamento Feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

BLAJBERG, Israel. **Uma visão sobre a FEB e seu serviço de saúde**. Palestra proferida na Policlínica Militar de Niterói, em 08 de novembro de 2017.

CAMERINO, Olímpia de Araújo. **A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1983.

MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

MEDEIROS, Elza Cansanção. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 1987.

NETO, Lira. **Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. **Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

RIGONI, Carmen Lúcia. **Diários de Guerra nº 1 – Anjos de Branco: o Serviço de Saúde da FEB na Itália salvando vidas (1944-1945)**. Curitiba, PR: Editora Progressiva, 2010.

Notas

¹ NETO, Lira. **Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

² NETO, Lira. **Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

³ MEDEIROS, Elza Cansanção. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 1987. p. 18.

⁴ MEDEIROS, Elza Cansanção. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 1987. p. 19.

⁵ BLAJBERG, Israel. **Uma visão sobre a FEB e seu serviço de saúde**. Palestra proferida na Policlínica Militar de Niterói, em 08 de novembro de 2017.

⁶ RIGONI, Carmen Lúcia. **Diários de Guerra nº 1 – Anjos de Branco: o Serviço de Saúde da FEB na Itália salvando vidas (1944-1945)**. Curitiba, PR: Editora Progressiva, 2010. p. 57.

⁷ BERNARDES, Margarida Maria Rocha. **O Grupamento Feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003. p. 43.

⁸ MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora, 2005. p. 320-321.

- ⁹ MEDEIROS, Elza Cansanção. E foi assim que a cobra fumou. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 1987. p. 222.
- ¹⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 6.097, de 13 de dezembro de 1943. Sítio digital da Câmara dos Deputados. Acessado em 20/04/2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6097-13-dezembro-1943-416127-publicacaooriginal-1-pe.html>
- ¹¹ MEDEIROS, Elza Cansanção. E foi assim que a cobra fumou. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 1987. p. 112.
- ¹² OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- ¹³ CAMERINO, Olímpia de Araújo. A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1983. p. 52.
- ¹⁴ MEDEIROS, Elza Cansanção. E foi assim que a cobra fumou. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 1987. p. 112.

A Banda de Música Divisionária da FEB

Origem, formação, importância e atividades no cotidiano da FEB, no teatro de operações da campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial

João Carlos Talina*

Introdução

Que os exércitos rolam sobre as suas próprias barrigas, já dizia o grande imperador Napoleão Bonaparte... mas, indubitavelmente, marcham garbosamente, aos sons e cadências das músicas marciais executadas pelas suas bandas de música militares.

Cap QAO Músico R1 João Carlos Talina

É notória a participação do Brasil, na Segunda Guerra Mundial, por meio de sua Força Expedicionária Brasileira – FEB, no teatro de operações da campanha da Itália. Entretanto, julgamos que tal conhecimento, de forma geral, tende a um reducionismo histórico, tanto no meio militar, quanto civil e acadêmico. Tal afirmativa tem a sua justificativa quanto à limitação de tal participação da FEB apenas por tropas brasileiras de infantaria, artilharia, em especial. Muito pouco ou quase nada se sabe, sobre a banda de música divisionária e os demais

elementos de tropa especial, bem como, os órgãos não divisionários, que participaram ativamente, direta ou indiretamente, mas que deram o importante e imprescindível suporte as tropas brasileiras da FEB no front, nos acampamentos..., durante todo o conflito.¹

Neste sentido, este artigo tem o escopo de abordar o objeto de pesquisa - A Banda de Música Divisionária da Força Expedicionária Brasileira – FEB, quanto, seus primórdios, sua contextualização no Estado Novo, o ideal nacionalista de época, sua origem, seus diversos *ethos musicais*, formação e, a sua importância nas atividades musicais militares no cotidiano da FEB no teatro de operações da campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, contextualizando-o assim, em um processo histórico, com o objetivo também, de contribuir para a historiografia militar brasileira, com novos conhecimentos, em especial, sobre a Banda de Música Divisionária da FEB, os seus aspectos mais relevantes levantados

* Cap QAO Mus R/1 Mestre de Música (EsIE/2005); Músico (EsIE/1994/1989/1984); graduado em Educação Musical (SUAM/1988), especialista em Educação Musical (CBM/1990), especialista em Psicopedagogia (UFRJ-CEP/1997), especialista em Pedagogia (UFRJ-CEP/1999), mestre em Ciência da Arte (UFF/2003) e Chefe da Subseção de Musicologia do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx) da Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

na presente pesquisa, cooperando desta forma, com o estudo e a divulgação da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, por meio da produção de acervo histórico e cultural, de forma a difundir e preservar, ao público em geral, militar, civil e acadêmico, as crenças, tradições e valores militares, enfim, o patrimônio imaterial, bem como, a imagem e memória do Exército perante a sociedade, aproximando assim, o cidadão brasileiro ao seu Exército.

O Estado Novo

Alvorada do nacionalismo em terras brasiliensis

Independentemente de qualquer linguagem musical, a música se diz nacionalista quando realmente contém elementos musicais característicos a um determinado povo ou nação. Desses elementos, os principais são: o ritmo, as características melódicas, o idioma, o folclore e outras manifestações populares ou patrióticas. (ADAM, Joselir N.G. & VALLE, José N)²

No ano de 1848, de acordo com Bennet (1986), a Europa foi varrida pelos ventos dos inúmeros *movimentos revolucionários*, de caráter *socialista/anarquista*, como o movimento Italiano *Risorgimento* (Ressurreição), entre outros. Portanto, tais movimentos, ao suscitarem a música nacionalista, por meio dos elementos folclóricos, temas nacionais, mitologia etc., possibilitaram “criar” (agregar uma cultura comum de um determinado povo), possibilitando assim ressurgir uma identidade cultural e nacional, a qual foi fundamental para a libertação, emancipação, unificação e criação de cada país, como também, do estado moderno na Europa, ou seja, o estado democrático e republicano, em substituição

ao estado feudal, representado pela aristocracia (nobreza e clero), o qual o presidente, primeiro ministro ou chanceler, ambos vieram a substituir os reis, imperadores e príncipes. Neste sentido, por exemplo, as composições de R. Wagner e G. Verdi, contribuíram para a formação da cultura e da identidade, bem como, da unidade dos estados germânicos e italianos. De acordo com Squeff & Wisnik (1982), esta corrente também influenciou os compositores brasileiros do final do séc. XIX, para o séc. XX, fazendo assim surgir o Nacionalismo Brasileiro, representado pelas obras musicais dos compositores: A. C. Gomes, A. Levy, A. Nepomuceno, H. Villa-Lobos, C. Guarnieri, F. Mignone, entre outros. Prosseguindo, Squeff & Wisnik (1982, p. 131) afirmam que os compositores nacionalistas brasileiros acima, dentre outros, “[...] usaram fartamente o material “folclórico” na composição de suas peças, e é esse o uso que marca o perfil característico tão reconhecível na música de todos eles”.

Portanto, surge a Música Nacionalista Brasileira, tanto erudita como popular, a qual foi se desenvolvendo, em uma profunda e equilibrada coexistência social, com as atividades das orquestras, bandas de música civis e militares, corais, grupos instrumentais e vocais, rádios, gravadoras..., enfim, possibilitando assim, a formação de uma identidade cultural e nacional do povo brasileiro, com o apoio do Estado Novo. Conforme Talina (1990) com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas sobe ao poder, surgindo o Estado Novo, período de profundas modificações ao nível sócio-político-econômico, bem como, cultural. O Governo Getulista (ou ditadura de Vargas) surgiu no período de apogeu dos regimes nazi fascistas europeus, possuindo certas afinidades

com os regimes, possivelmente, devido ao pleno sucesso alcançado pelos mesmos.

As figuras de Vargas e de Villa-Lobos, bem como, o relacionamento dos dois no cenário da vida político-social-cultural brasileira, me levaram a relacioná-los, de uma forma ou de outra, com as figuras de Adolf Hitler (Führer) e do compositor Richard Wagner, na Alemanha Nazista. Neste sentido, eu buscava entender a essência de tal relação, sabendo que a música era um elemento comum, pois tanto Hitler como Vargas utilizaram a música dos eminentes compositores R. Wagner e H. Villa-Lobos, respectivamente, para alcançar os seus objetivos políticos. Através de documentários, tive conhecimento das grandes concentrações nazistas nas paradas militares, datas cívicas, manifestações paramilitares, cuja música de R. Wagner penetrava no coração de um povo adormecido, despertando-lhe um sentimento de patriotismo, disciplina, culto à pátria e a autoridade. (TALINA, 1990, pg.07)

“Prosseguindo, de acordo com Talina (1990, pg. 07), a ideologia³ do Estado Novo era formada por um conjunto de princípios como o nacionalismo, disciplina, hierarquia, integração nacional...”, culto à pátria e a autoridade, etc. Tais princípios nortearam os diversos setores abrangidos pela política do Estado Novo, ou seja, as instituições públicas e privadas, a sociedade, enfim, as escolas, as Forças Armadas, a educação, a cultura... e neste sentido, tanto a música militar, como a música patriótica, erudita e popular, enfim, foram utilizadas para veicular esses valores, com o objetivo maior de se construir no imaginário popular o Estado Moderno Brasileiro, o Estado Novo, sua sociedade, seu povo, sua cultura... enfim, em última instância, a construção de uma identidade nacional do povo brasileiro.

A voz da guerra!

Soam as trombetas! Rufam os tambores...

A priori, o surgimento da Banda de Música Divisionária da Força Expedicionária Brasileira está indissolúvelmente ligada com a própria eclosão da Segunda Guerra Mundial e, consequentemente, com a entrada do Brasil neste conflito e, por conseguinte, com a criação da própria FEB. Cabe ressaltar que, durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, o Governo Getulista (TALINA, 1990, pg.7) manteve-se de forma neutra nas relações com os países deliberantes neste conflito, o qual já se desenrolava nos continentes europeu, africano e asiático. Entretanto, só a partir da conferência realizada em 28 de janeiro de 1942 é que o Estado Novo rompe as relações diplomáticas e comerciais com os Países do Eixo - a Alemanha, a Itália e o Japão, sendo que os demais países latino-americanos participantes de conferência realizada anteriormente, em 15 de janeiro do mesmo ano, já tinham decidido romper tais relações com os mesmos.

De acordo com Sander (2007), já a partir de meados de junho de 1942, posteriormente ao rompimento diplomático do Brasil com os Países do Eixo, o Governo Getulista cedeu ao Governo Americano, áreas nos estados da Região Nordeste, para serem instaladas as bases da *Força Tarefa Americana nº 3*, pertencente aos Estados Unidos da América, bem como, liberou os portos de Recife e Salvador para servirem como base naval para Marinha Americana.⁴ Cabe ressaltar que, o Saliente do Nordeste – a Região Nordeste do Brasil era considerada uma região estratégica pelos aliados para dar apoio a Campanha na África do Norte, em especial. Em consequência, tal ato

não passou despercebido pelos Países do Eixo e foi considerado assim hostil pelos mesmos, pois o Brasil sairia de sua neutralidade política, vindo assim, a se posicionar ao lado dos Países Aliados, momento em que o próprio embaixador da Alemanha no Brasil, Sr. Pruefer, declarou na ocasião que o Brasil se posicionara “*em estado de guerra latente*” com os Países do Eixo. Consequentemente, após estes fatos, os Países do Eixo, em especial, Alemanha e a Itália, por meio da guerra submarina⁵, realizaram também, ataques sistemáticos aos navios brasileiros que navegassem pelo Atlântico, Mediterrâneo e Índico, com o objetivo de interromper o envio de matérias primas para os Estados Unidos e o envio de suprimentos para a Grã-Bretanha. (SANDER, 2007)

Segundo Carvalho (2005, p.18), a guerra submarina, realizada por intermédio dos ataques de submarinos alemães e italianos resultou no afundamento de 35 navios mercantes brasileiros⁶, perfazendo um total de 1.081 mortos e 1.686 sobreviventes. O resultado dessas agressões culminou com manifestações populares. Após o afundamento dos navios mercantes brasileiros, bem como, o elevado número de vítimas, principalmente civis, inclusive crianças, fatos estes divulgados na ocasião, pelos meios de comunicação, desencadearam inúmeras manifestações populares que ocorreram em várias cidades brasileiras, inclusive, de forma violenta, com depredações de residências e estabelecimentos comerciais pertencentes a imigrantes oriundos dos Países do Eixo, chegando ao ponto de ocorrer até tentativas de linchamento a estes imigrantes estrangeiros, especialmente alemães, japoneses e italianos. Nesta ocasião, várias instituições, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), sindicatos, entre outras,

organizaram manifestações, comícios e passeatas nas principais cidades brasileiras e, em conjunto com a população brasileira, como um todo, exigiram do Governo Getulista a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos países aliados contra os Países do Eixo, frente aos ataques dos seus submarinos do Eixo aos navios mercantes brasileiros, o afundamento dos mesmos, com inúmeras vítimas e perdas materiais significativas. Face às estas manifestações de âmbito nacional, em que toda a população brasileira se mobilizou, protestando contra as agressões dos Países do Eixo, bem como, exigindo uma reação governamental, o Governo Getulista, após reunião ministerial, em 22 de agosto, declarou “*estado de beligerância*” contra a Alemanha e à Itália, por intermédio do Decreto-Lei nº 10.508, expedido no dia 31 de agosto de 1942.

As bandas de música militares no Brasil

Origens europeias nos primórdios

As bandas de música europeias tiveram a sua origem e desenvolvimento a partir dos grupos instrumentais do período medieval e renascentista, denominados – *haut*, “altos” ou “fortes” (BENNETT, 1986, p 29-30.), empregados para desenvolverem as suas atividades musicais ao ar-livre, ou mesmo, em grandes áreas cobertas, como grandes salões e, por isso, eram compostos por instrumentos musicais muito sonoros de sopro, das famílias das madeiras e metais, bem como, de percussão⁷. A partir do séc. XVI surge o aumento do desenvolvimento da música instrumental, por meio do maior interesse dos músicos em comporem obras também para estes grupos de instrumentos, pois até então, a música vocal era a principal atividade. Certamente, a banda

de música, tendo como base os grupos de instrumentos “autos”, foi se desenvolvendo através dos tempos, adquirindo, paulatinamente, novos e diferentes tipos de instrumentos, aumentando assim, as suas configurações instrumentais e, em última análise, primando para o seu equilíbrio sonoro (intensidade e timbre), visando a sua padronização, sendo que, já por “volta de 1810 as maiores bandas militares europeias tinham alcançado seu tamanho atual”. (BINDER, 2002, p.17-18)

Cabe ressaltar que, de acordo com Maggini (2009, pg. 15-21), o séc. XIX foi muito promissor para o surgimento e desenvolvimento das bandas de música militares e civis, no campo da organologia⁸, com o surgimento de novos instrumentos, como o saxofone, rothfone, sarrussofone, saxhoner, como também, a implantação de novos mecanismos-sistemas acústicos para os instrumentos de sopro madeiras (flautas, oboés, fagotes, clarinetas,...) e metais (trompetes, trompas, trombones, saxhoner...); enriquecimento do repertório, com novas formas musicais de composição, com inúmeras composições como marchas, marchas fúnebres, concertos, aberturas... de compositores renomados, como Johann Nepomuk Kumel, Johann Simon Mayr, Ludwig van Beethoven, Felix Bartholdy Mendelsohn, Hector Berlioz, Pyotr E. Tchaikovsky, Thomas Attwood Walmisley, Giacomo Rossini, Gustav Holst, Percy Aldredge Grainger...; no campo da regência e composição para banda de música, por exemplo, o famoso compositor Johann Strauss, que foi regente da banda de música do Regimento da Cidade de Viena, onde regeu a sua famosa marcha militar Radetzky, conhecida mundialmente; também outros grandes expoentes como Nicolai Rimskij-Korsakov, Camilo de Nardis, entre outros compositores, também contribuíram para tal desenvolvimento das bandas de música.

Maggini (2009, 15-21), também afirma, acima, que, tais progressos, no campo da organologia, como também, nos campo da composição, regência possibilitaram, além da riqueza expressiva da performance, a reorganização, em especial, das bandas de música militares em vários países europeus, iniciando tal processo na França, posteriormente, na Alemanha, Itália, Inglaterra, Estados Unidos da América do Norte...e, concomitantemente, fazendo surgir inúmeras bandas de música militares, como Marine Band, Boston Brigade, Coast Artillery Band, entre outras, bem como, ilustres regentes de bandas de música como Gaetano Caruso, Francesco Scalla, Patrick, John Pillhip de Souza; possibilitaram também surgir instituições de ensino musical específicos para a banda de música, como por exemplo, o Royal Military School of Music. Tais aperfeiçoamentos das bandas de música estrangeiras, ocorridos no séc. XIX para o séc. XX vieram, com certeza, a influenciar diretamente nas formações das bandas de música brasileiras, militares e civis, por meio das inúmeras missões militares, intercâmbios, cursos, visitas... como também, pela vinda de músicos estrangeiros. (Maggini, 2009, p. 17)

Raízes brasileiras

A continuidade da tradição no campo da produção de música instrumental ao gosto das amplas camadas das cidades, iniciada em meados de Setecentos pelos ternos de Barbeiros⁹ com a chamada de música de porta de igreja, ia ser garantida a partir da segunda metade do século XIX pelas bandas de corporações militares nos grandes centros urbanos, e pelas pequenas bandas municipais ou líras formadas por mestres interioranos, nas cidades menores. (TINHORÃO, 1998, pg. 177)

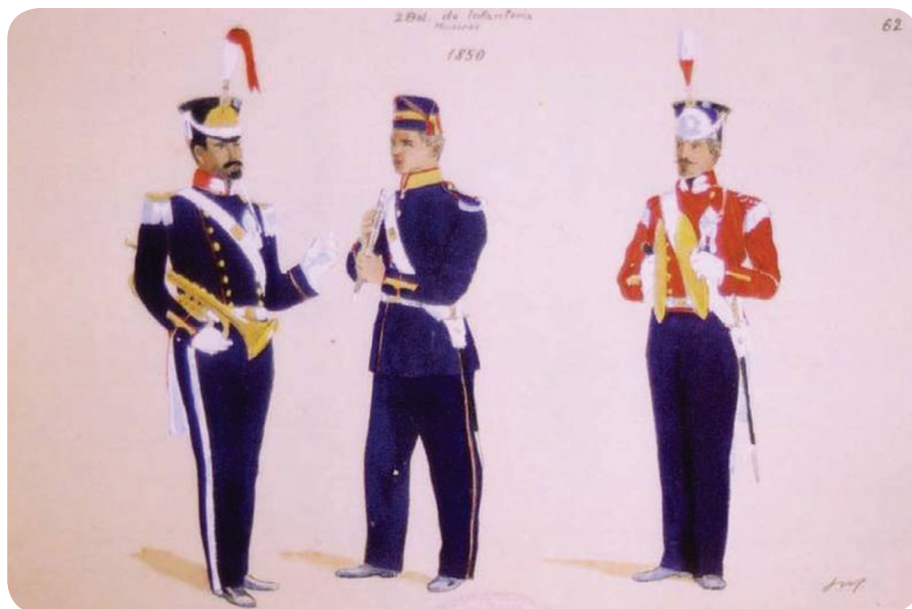


Figura 1 – Uniformes dos músicos do 2º Batalhão de Infantaria, 1850
Fonte: Binder, 2002

De acordo com Tinhorão (1998, pg. 177-191), a partir do séc. XIX, com a chegada da Família Real Portuguesa a Cidade do Rio de Janeiro, as bandas de música militares foram formadas, organizadas como tal, nos regimentos de Primeira Linha.¹⁰ Portanto, tais bandas de música militares, criadas neste período, irão coexistir com as bandas de música pré-existentes no Brasil, se relacionando mutuamente, em especial, no aspecto do *ethos musical*, quanto ao repertório, público, formação de musicistas, etc.

Conforme exposto, o surgimento de bandas em “bases orgânicas” no exército português ocorreu na passagem do século XVIII para o XIX, portanto antes de 1814 como propunha Salles. Além disso, como mostraremos abaixo, existem indícios que mostram a existência de bandas de música no Brasil com padrões instrumentais semelhantes àqueles encontrados em Portugal,

antes da chegada da corte portuguesa ou da banda da brigada da Real da Marinha. (BINDER, 2006, pg. 24)

Ethos musicalis militar e ethos musicalis civil

Atraídos aos quadros militares pela sua rara qualificação, músicos civis vestiram a farda e passaram a fazer parte do corpo de tropa, passando a comportarem-se como simples funcionários contratados, aos quais recebiam pagamentos na base de soldo de oficial. (TINHORÃO, 1998: 178)

Cabe ressaltar que, segundo Tinhorão (1998, pg. 178) abaixo, os efetivos das bandas de música militares eram constituídos, pela incorporação de músicos nos regimentos, oriundos também, de diversas bandas de música civis. Neste sentido, as bandas de música militares tiveram os

seus repertórios, bem como, as suas performances musicais enriquecidas com a bagagem musical desses músicos incorporados as suas corporações militares, bem como, a própria formação profissional musical desses músicos.

O fato é que, com essa valorização das bandas da Primeira Linha e da Guarda Nacional, centenas de músicos de origem popular encontraram a oportunidade de viver de seu talento, contribuindo para identificar com o povo, por intermédio da música do coreto e das festas cívicas, um tipo de formação instrumental muito próxima do das orquestras sinfônicas das elites. (TINHORÃO, 1998. p. 178-179)

Esses musicistas civis traziam consigo, além de suas expertises musicais, como instrumentistas, arranjadores, copistas, luthiers, compositores e regentes, mas também, as suas vivências musicais desenvolvidas na sociedade civil, por intermédio de um repertório riquíssimo, de música militar, popular, religiosa... o qual iriam incorporar em suas novas atividades musicais castrenses, enriquecendo assim, os repertórios e as performances musicais de suas bandas de música militares, possibilitando assim, as mesmas, de atuarem tão somente nas atividades militares, como formaturas, desfiles, guardas de honra entre outras cerimônias e atividades militares, mas também, nas atividades musicais na sociedade, como uma banda de música civil, ou seja, nas festas, cortejos, procissões, enfim, na sociedade de entorno. (TINHORÃO, 1998, p.177-189)¹¹

Banda de Música Divisionária da FEB

Da capo! Origem e formação...

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, fato este já descrito em texto anterior, bem

como, a participação do Brasil neste conflito mundial, ao lado dos Países Aliados contra os Países do Eixo, a Força Expedicionária Brasileira – FEB foi criada, como um Corpo de Exército – CEx, a priori, composto, na 1ª Etapa, pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária – 1ª DIE, por militares e reservistas das 1ª, 2ª e 4ª Regiões Militares – RM, bem como, por voluntários das Forças Auxiliares.



Figura 2 – Fração da Banda de Música Divisionária na Itália
Fonte: <https://images.app.goo.gl/QPB6bmrAcDfdN2QR7>

A Banda de Música Divisionária da Força Expedicionária Brasileira – FEB, assim como as OMs divisionárias de infantaria¹², artilharia, entre outras, bem como, os demais elementos de Tropa Especial, além dos Órgãos Não Divisionários, teve a sua origem concomitantemente com a criação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária – 1ª DIE. A princípio, o seu efetivo foi composto pelos respectivos efetivos das bandas de música dos regimentos de infantaria também agregados a 1ª DIE, ou seja, do 1º RI, 6º RI e do 11º RI, transformando assim as bandas de música orgânicas em uma banda de música divisionária, seguindo um modelo norte-americano¹³

bem como, por militares músicos voluntários das demais bandas de música do Exército Brasileiro e, por outros voluntários, perfazendo um efetivo total de 200 (duzentos) músicos, tendo a frente, o 2º Ten Músico Franklin de Carvalho Júnior. (MEIRA & SCHIRMER, 2000, pg. 118)¹⁴

Instrumentarium

A formação instrumental da Banda de Música Divisionária da FEB, na época, foi composta, conseqüentemente, pela aglutinação das formações instrumentais das respectivas bandas de música dos regimentos de infantaria do 1º RI, 6º RI e do 11º RI, tendo como modelo de efetivo e instrumental, as formações das bandas de música europeias, em especial, as bandas de música militares portuguesas... e, italianas (VESSELLA, 1955, pg. 115).¹⁵ Portanto, de acordo com Vessella (1955) acima, a instrumentação básica da Banda de Música Divisionária também foi composta por duas famílias a saber: família dos sopros dos instrumentos de madeiras - (flautim e flauta; clarineta piccolo, soprano, alto e baixo; saxofone alto, tenor e barítono) e de instrumentos de metais (trompete, trompa; saxhorners) e família de instrumentos de percussão (lira, bombo, pratos, caixa surda e caixa de guerra) (HENRIQUE, 1998).¹⁶

A música no cotidiano da FEB

Os ethos musicalis febianus - si vis pacem, para musica, para bellum...

Nos anos da Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir de 1942, quando o Brasil entra na guerra, a música, especialmente do gênero samba, foi um dos instrumentos de controle utilizado pelo governo de Getúlio Vargas para

mobilizar a população para a guerra... O rádio foi um dos principais meios de comunicação para a propagação de composições nacionalistas e que exaltavam os soldados brasileiros que já haviam ido ou mesmo aqueles que estavam indo lutar na Europa... Na Europa, os expedicionários também utilizavam a música para “esquecer” os ataques e as tristezas do seu dia a dia na guerra. Assim, além das músicas oficiais que eram tocadas pela Banda da FEB (Força Expedicionária Brasileira) ou as músicas trazidas do Brasil, ou ainda as estrangeiras, os soldados também criavam canções.¹⁷



Figura 3 – Cotidiano de uma fração da Banda de Música Divisionária da FEB

Fonte: www.goodreads.com/group?book=onGoodreads.

Inúmeras fontes iconográficas, entre outras, registraram as atividades musicais da Banda de Música Divisionária, suas frações, conjuntos e grupos musicais, bem como, dos demais integrantes da 1ª DIE no cotidiano da FEB, sejam em suas viagens, em destino para a Itália, sejam na vida castrense dos acampamentos, bases, no front, como também, nas cidades italianas que ocuparam, desenvolvendo assim, os seus *ethos musicalis popularis, militaris et para bellum*.



Figura 4 – Banda de Jazz - Fração da Banda de Música Divisionária – Tropa Especial
 Fonte: www.google.com/imgres?imgurl=https://images.app.goo.gl/QPB6bmrAcDfdN2QR7

De acordo com Silva (2016, p.39), o Serviço Especial foi criado, com a finalidade de “[...] cuidar da diversão, hospedagens e outras atividades dos expedicionários brasileiros... [...]”. Neste sentido, a Banda de Música Divisionária da FEB pertencia também ao Serviço Especial e, por intermédio de suas frações de bandas de música orgânicas e Jazz Band, cumpriu muito bem o seu papel:

A Banda de Música executava hinos, dobrados e marchas militares habituais; trechos de obras de música erudita como de “O Guarani” (de Carlos Gomes); e arranjos de música popular, como de “Aquarela do Brasil” (Ary Barroso) [...]. Consta que este conjunto teria realizado mais de uma centena de programas; isso só pode ser considerado verdade caso se incluam as atuações de duas subunidades informais: o Coral Sacro, formado por elementos do 11º RI, e a Banda de Jazz da FEB (ou Jazz Band, ou Banda do Serviço Especial) [...]. (SILVA, 2016, p. 33)

Ethos musicalis popularis – la barcarola do Tio San

A bordo dos navios americanos de transporte de tropas,¹⁸ os músicos militares se enturmaram com os demais companheiros e irmãos de armas para praticarem música, nas horas de folga que eram permitidas, realizando assim, apresentações de repertório de música popular brasileira,¹⁹ com música vocal e instrumental,²⁰ durante toda a viagem, seja no 1º, 2º, 3º, 4º e 5º escalões... cantavam o repertório da MPB de época e, de acordo ainda com Silva (2016, p. 33) até mesmo as “[...] canções exaltadoras que foram criadas antes da guerra acabaram por se tornar canções *guerreiras*, e tal foi o caso de *Aquarela do Brasil*, escrita em 1939 por Ary Barroso, a mais ouvida nos anos de guerra.” Neste período de viagem, nascem às primeiras canções, sambas, marchinhas...



Figura 5 – Música febianiana durante a viagem para a Itália

Fonte: www.google.com/imgres?imgurl=https://images.app.goo.gl/Hbh1CZJgUwL4U-zzB7

A música castrense e no front – ethos musicalis militares

A Banda de Música Divisionária participava das atividades militares normais do cotidiano militar da vida castrense, no acampamento base da 1ª DIE, bem como, de suas OMs subordinadas, como formaturas, treinamentos, guarda de honra, sepultamentos, apresentações, entre outras. Neste sentido, o efetivo de 200 (duzentos) músicos da Banda de Música Divisionária foi dividido em seções de Bandas de Música Orgânicas, com o escopo de atender, concomitantemente, todas as necessidades de ordem militar e civil. Binder (2006, pg. 15) cita Camus (1976, p. 3), quanto às funções e seus objetivos da banda de música militar nas atividades castrenses, possui as seguintes funções, a saber:

- a) desenvolver o espírito de corpo e o moral da tropa;
- b) auxiliar nas tarefas de campo;

- c) prover com música cerimônias militares; e
- d) prover com música atividades sociais e recreativas.

O repertório de música militar executada se consistia nos hinos pátrios, canções, marchas e dobrados, como, por exemplo, *Avante Camaradas*, Batista de Melo, *Saudades de Minha Terra* e *Quatro Dias de Viagem*. Segundo as iconografias, os músicos militares se enturmavam com os demais militares da FEB, para realizarem apresentações com músicas populares brasileiras, inclusive, suas próprias composições, que veremos abaixo, para o efetivo de folga, de forma voluntária, realizando assim, confraternizações e estreitando os laços de camaradagem que os uniam como verdadeiros irmãos.

A Banda de Jazz (trombones, saxofones, pistons, banjo, bateria, pandeiro, sousafone e violoncelo)

era dirigida por Milton Vieira Galvão. Além das apresentações “normais”, das transmissões de rádio e das gravações para a *BBC*, o grupo subia em um caminhão e ia até próximo ao front, onde descia as laterais do veículo transformando-o em um palco-móvel. Seus shows mesclavam música cívica com a popular nacional e internacional [...]. Às vezes eram acompanhadas de um grupo vocal masculino à maneira dos grupos norte-americanos, que também interpretavam as canções compostas pelos veteranos. Silva (2016, p.39)



Figura 6 – Música febiana no aquartelamento na Itália

Fonte: www.google.com/imgres?imgurl=https://f.i.uol.com.br/fotografia/2017/10/17

A música dos pracinhas nascida do front – *ethos musicalis para bellum*

Cabe ressaltar que a música dos pracinhas nascida no front, nos acampamentos, bases... como os sambas, marchinhas, emboladas... teve, indubitavelmente, um papel importantíssimo para a elevação da moral, disciplina, espírito de corpo, combatividade, enfim, da tropa brasileira. Esta música fez um tremendo sucesso na época, se immortalizando na história, graças ao trabalho do “Chico da BBC” – Francis Hallawell²¹ que,

segundo Silva (2016, p. 40) colaborava “com o Serviço Especial da FEB e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), colocando em seu noticiário - *Nossa Terra*, músicas brasileiras mescladas com as falas sobre os acontecimentos da guerra” por meio do programa radiofônico especial, pela *BBC*, que apresentava a execução músicas dos pracinhas, como, *Heróis da Retaguarda*, *Onde eu vi muito tedesco*, entre outras.²² Essas composições foram gravadas especialmente, pela *BBC* de Londres, com diversos militares do Regimento Sampaio, a tal equipe carioca da FEB, no acampamento em Francolise, na Itália e, retransmitidas na Itália e no Brasil. O conjunto musical era formado pelos próprios compositores, em sua maioria, pelos 3º Sargentos Serafim José de Oliveira, Ary Carvalho Vasconcellos, Quialdo A. Lemos; Cabos Walther Gomes, José Augusto Nogueira, Nilson W. Braga, Aroudel L. da Silva, Ermínio Pacheco de Resende e, os Soldados Natalino Cândido da Silva, Pieri Junior e Elpídio Viana.²³ SILVA (2016, p.55) cita também outra canção de Natalino C. S., uma embolada, referente à conquista do Monte Castello - *Onde eu vi muito tedesco*:



Figura 7 – Francis Hallawell - “Chico da BBC” –

Fonte: www.google.com/imgres?imgurl=https://fotografia/2009/25/04

Mas onde eu vi muito tedesco
 Foi no monte Castelo
 Onde eu vi muito tedesco
 Foi no monte Castelo
 Subindo ao monte encontrei Sinhá Lurdinha²⁴
 Estava toda afobadinha...
 Vinha um tal de 88...²⁵
 Mas eu também que conduzia o meu 60...²⁶
 O 105 atirava com afinco...²⁷
 E até mesmo a CPP com a 81 em posição...²⁸

Ethos musicalis italiano - La música popolare – concerto à italiana

De acordo com Silva (2016), a Banda de Música Divisionária desenvolvia também, atividades musicais no seio da sociedade italiana, da mesma forma que as bandas de música italianas na época e, de acordo com as iconografias, atividades estas realizadas nos locais por onde a 1ª DIE atuou, realizando apresentações no seio da população, das inúmeras cidades, povoados, vilas...

Entre as músicas estrangeiras não faltavam “Funiculi” (Giuseppe Turco e Luigi Denza) [...], “Lili Marleen” (Hans Leip e Norbert Schultze) [...] e “Deus Salve a América” (Irvin Berlin). (SILVA, 2016, p.40)

Entretanto, segundo Silva acima (2016, p.40), os concertos realizados pela Banda de Música Divisionária, bem como, pelas suas frações de bandas de música nas comunas italianas utilizaram repertório de música popular italiana, canções napolitanas consagradas na época, com *Torna Surriento*... bem como, de peças do repertório erudito, como *La Pátria*, *Vá Pensieiro* (G. Verdi), músicas de caráter nacionalistas.

Gran finale

Coda

“O pracinha brasileiro é o soldado que luta a mais alta das lutas sorrindo e sim, cantando

também. Que vence os obstáculos e as asperezas da campanha, extraindo de cada dificuldade uma pilhéria, de cada vicissitude uma anedota. São estas pilhérias, improvisadas dentro do próprio perigo. É uma capacidade de contar, como anedota, os lances trágicos e instantes difíceis... é essa capacidade de esquecer a guerra, no minuto preciso do seu esforço que se pode chamar de moral excelente do soldado brasileiro [...]” Francis Hallawell²⁹

A participação da Banda de Música Divisionária no cotidiano da vida castrense no teatro de operações da campanha da FEB, como também, nas comunas italianas, ultrapassou os parâmetros normais de uma simples atividade de música militar, muito mais que isto, mas se constituiu como um verdadeiro instrumento institucional de comunicação social da FEB e, de extrema importância para todos os militares da 1ª DIE, bem como, para o povo italiano, estendendo-se aos aliados e, até aos prisioneiros de guerra. Neste sentido, a Banda de Música Divisionária se fez presente em todos os momentos possíveis e necessários no cotidiano, seja nas cerimônias militares como formaturas, guardas de honra, treinamentos, sepultamentos...

A base real de um exército é o seu espírito de corpo e esse espírito grupal, em cada unidade, não pode nascer num curto período de incorporação de recrutas... Foi o espírito grupal que fez vitoriosos os exércitos de Alexandre Magno e de Roma...que prima por seu *spirit de corps*...³⁰

Já no cotidiano das comunas italianas, fez-se também presente, de forma indelével, executando especialmente repertório de músicas italianas, canções napolitanas, *música popular e italiana*, aproximando ainda mais as tropas brasileiras com a

população local, onde os militares brasileiros foram acolhidos como verdadeiros *fratelli, i soldati brasiliani libertatori di nostra terra, il nostro popolo dalla schiavitù...ma, conquistatori del cuori, affetto, anima, vitta...della popolazione italiana*.³¹



Figura 8 – O pracinha com seu material para a guerra e o seu violão para a paz

Fonte: www.google.com/imgres?imgurl=https://f.i.uol.com.br/fotografia/2017/10/17

Ethos musicales – teoria dos afetos

Uma Banda... traz recordações, acelera as associações, abre e une os corações dos homens com mais eficácia que as outras exortações. As canções que tocam e as palavras que as acompanham podem parecer muito afastadas do

heroísmo ou da devoção, mas o seu poder mágico e estimulante pode levar a alma dos homens a compreender certas verdades de que suas mentes duvidariam (...) Mais do que isso, ninguém, nem mesmo o ajudante, pode dizer ao certo onde vive a alma do batalhão mas a expressão dessa alma é, na maioria das vezes, encontrada na banda. Rudyard Kipling³²



Figura 9 – Desfile Militar da FEB e sua Banda de Música Divisionária na Itália

Fonte: www.goodreads.com/group?book=onGoodreads.

Em síntese, cabe refletir que, de acordo com o pensamento de Keegan (2003),³³ com o advento dos exércitos nacionais, já na Primeira Guerra Mundial, formados, em suas bases, por recrutas oriundos dos diversos segmentos sociais, os soldados-cidadãos³⁴ em substituição dos exércitos de mercenários, os quais estes eram pagos com altas somas de riquezas pelos seus estados contratadores, houve a extrema necessidade por parte das novas nações-estados de desenvolverem valores diferentes, no inconsciente coletivo da tropa desse novo exército nacional, popular (JUNG, 1990),³⁵ de suas novas forças armadas, valores estes que viessem a contribuir com a disciplina, espírito de corpo, lealdade, amor à pátria..., ou seja,

não mais os valores antigos... ao pagamento dado aos exércitos de mercenários como o direito ao butim de guerra, ao saque, escravos, altas somas de dinheiro, ouro, prata, pedras preciosas..., ou seja, os antigos valores de riqueza, poder, enfim, que faziam movimentar exércitos de mercenários à guerra..., mas sim, valores de caráter imaterial, como o nacionalismo acerbado, o amor à pátria, à bandeira nacional, ao povo, a liberdade, a terra... o sacrifício da própria vida... como objetivo maior de conquista para esses novos militares, soldados-cidadãos, exércitos populares, mesmo porque os países já estavam saindo do modelo de estado feudal, se projetando no modelo do Estado Moderno. Neste sentido, as bandas de música, por meio do repertório de música militar e patriótica, em especial, foram também verdadeiros instrumentos disseminadores desses valores imateriais possibilitando assim, reverter o caráter dos conflitos... agora, um embate de caráter moral, filosófico, ideológico e político... onde, a luta, não será mais como as antigas guerras, para a conquista de terras, riquezas, butins..., para os seus reis e rainhas, imperadores, príncipes... mas sim, para a conquista da honra, da paz, da liberdade...

Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm, o mundo contemporâneo é resultante de uma dupla revolução, os efeitos combinados da *Revolução Francesa* e da *Revolução Industrial*... Em relação à primeira, teríamos o advento e desenvolvimento do vocabulário político moderno (direita e esquerda), a linguagem e prática da cidadania, da política de massas, da constituição do campo dos direitos civis, enfim, o mundo das ideologias e, principalmente, o desenvolvimento da idealização/realização da **Nação** e do **Nacionalismo**. Entendida como momento histórico do fortalecimento e expansão do Estado Nacional Moderno, a Re-

volução Francesa transforma todos os antigos súditos em “filhos da pátria” (como expresso nos versos da *Marselhesa*, o verdadeiro hino do longo século XIX). Desponta, o Nacionalismo militante, que para virar beligerante não necessita mais do que poucos passos de marcha acelerada. (PARISI, s/d, p.2)³⁶

Portanto, a Banda de Música Divisionária da FEB, e suas frações de bandas de música orgânicas, conjuntos e grupos musicais, por meio de seus *ethos musicais*, constituíram em um verdadeiro instrumento de comunicação social, unindo os soldados-cidadãos brasileiros da Força Expedicionária Brasileira, com um excelente espírito de corpo, disciplina, combatividade, moral, ufanismo, enfim, valores imateriais estes, que os possibilitaram tão somente, a galgar as duras situações da frente de batalha, como as intempéries, barragens de artilharia, armadilhas, campos minados, rajadas de metralhadoras... e, toda sorte de cenas de horrores próprios de uma guerra, como, camaradas mortos e feridos, destruição generalizada, mas sim, vencerem as tropas alemãs e italianas, em inúmeras batalhas, conquistando a admiração e respeito das tropas aliadas, bem como do povo italiano e de seus próprios inimigos.

Conclusão


Finale

Acredita-se que é vasto os seus efeitos sobre as emoções e desejos do homem, e os pesquisadores estão apenas começando a suspeitar-lhe da extensão da influência até sobre os processos puramente intelectuais e mentais... Em outras palavras, a música também pode representar um papel muito mais importante do que a maioria das pessoas, até agora, propendeu a crer. Os poderes da música são multifacetados, às vezes

misteriosamente potentes e, até agora, não de todo compreendidos. (TAME, 1988, pg.13)³⁷

De acordo com Tame (1988), a música, tanto de gênero instrumental, como vocal ou mesmo mista, instrumental e vocal, seja de estilo erudita ou popular - militar, patriótica, religiosa, profana... enfim, os seus efeitos sobre o comportamento do homem, os seus poderes de influência nos aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores, biológicos, bioquímicos, morais, espirituais do homem são reais, concretos, fatuais e notórios, registrados na história de suas civilizações, desde a Antiguidade Clássica, até os tempos modernos (CANDÉ, 1994.). Portanto, no presente trabalho foram expostos os mais variados assuntos do objeto de pesquisa - A Banda de Música Divisionária da FEB, nos diversos capítulos, por meio de uma epistemologia convergente (VISCA, 1987),³⁸ concatenando cada capítulo, cada assunto, um a um, formando assim, um constructo sobre a origem, importância e as atividades no cotidiano da Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações na Campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, com os mais variados aspectos constitutivos deste fenômeno histórico.

Concluímos que é inegável a importância da participação da Banda de Música Divisionária

da 1ª DIE – FEB no teatro de operações da campanha da Itália, no que tange as suas atividades no cotidiano da vida militar dos nossos pracinhas, bem como, no seio civil da população italiana. Portanto, é de fundamental importância realizar pesquisas futuras sobre as atividades da Banda de Música Divisionária da 1ª DIE – FEB no teatro de operações da campanha da Itália, pois, de acordo com Neto (2009, pg. 100), não resta dúvida de que “[...] o cotidiano dos pracinhas, além de complexo e inexplorado, resguarda elementos ainda desconhecidos[...]”, com o escopo de enriquecer a História Militar Brasileira, com novos fatos, de forma a possibilitar o conhecimento mais profundo sobre este objeto de estudo, neste campo de pesquisa e, com isto, evitando também assim, o reducionismo histórico, limitando, assim, apenas a participação das unidades divisionárias da FEB no front, incluindo também, neste sentido, os demais elementos de Tropa Especial e Órgãos Não Divisionários, tema da Comunicação nº 17, do VIII Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial – SENAB – 2ª GM 2019 – Atuação da FEB na Itália com seus elementos de Tropa Especial e Órgãos Não Divisionários, promovido pelo DPHCEX. 

Referências

- ADAM, Joselir N.G. & VALLE, José N. **Linguagem e estruturação musical**. Curitiba: Beija-flor, s/d.
- ABRIL COLEÇÕES (Org.) in: **Coleção Armas de Guerra**. Artilharia 1850-1945. Vol. 13 e 15, São Paulo: Abril, 2010.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDRADE, Mário de. **Dicionário musical brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas militares no Brasil**: difusão e organização entre 1808-1889. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

BOUDON, Raymond. **A ideologia**. São Paulo: Ática, 1989.

CAMUS, Raoul F. **Military music of the American Revolution**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1976.

CANDÉ, Roland de. **A música: linguagem, estrutura e instrumentos**. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **História universal da música**. São Paulo: Martins Fontes, 1º e 2º volumes, 1994.

CARVALHO, L. P. Macedo. Força Expedicionária Brasileira: 60 anos. **Verde Oliva**, Brasília, ano 22, n.185 p. 16-21, jul/ago/set. 2005.

CARVALHO, Mário Vieira de. **A música e a luta ideológica**. Lisboa: Estampa, 1976.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). Tese de doutorado. São Paulo, 2003.

HENRIQUE, Luis. **Instrumentos musicais**. Lisboa: Gulbenkian, 1987.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**. (1789-1848). Rio de Janeiro. Paz e Terra. 5 ed. 1986 pp.17-20 e 37-42 In PARISI.

JUNG, Carl G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

KEEGAN, John. **História ilustrada da primeira guerra mundial**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

MAGGINI, Tomislav. **La Banda**: la sua storia, il suo ruolo di sviluppo culturale e di aggregazione per i ceti popolari. Università degli studi di verona, Italia, Facoltà di lettere filosofia corso di laurea in scienze dei beni culturali Pg. 15-24, 2009.

MEIRA, Antonio Maria & SCHIRMER, Pedro. **Música militar e banda de música: origem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Estandarte, 2000.

OJEDA, Caroline Martins **In: FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: MEMÓRIAS DE GUERRA E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES** - 1 XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis/SC, Brasil, 2015.

PEREIRA, M. E. **Você sabe de onde eu venho?** O Brasil nos tempos de guerra (1942-1945). 2009. 148f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2009.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SILVA, Ester Gonçalves da. **O que era cantado nos campos de batalha pelos soldados brasileiros na segunda guerra mundial: O LP “EXPEDICIONÁRIOS EM RITMOS”** (1966). Monografia, Curso de Licenciatura em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, 2016.

SILVA, M. **A Educação brasileira no Estado Novo (1937/45)**. 1ª ed. São Paulo: Livramento, 1980, pg. 29.

SQUEFF, Enio & WISNIK, José Miguel. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TALINA, João Carlos. **A educação musical no Estado Novo: o orfeão de orfeu**. Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação do Conservatório Brasileiro de Música, monografia, 1990.

TAME, David. **O poder oculto nada música**. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.

VESSELLA, A. **Studi di strumentazione per banda**. Milano: Ricordi, 1955.

Visca, Jorge. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médica, 1987.

NETO, Anysio Henriques. **A cobra fumou na Itália: os alicerces do cotidiano dos pracinhas brasileiros no front**. Juiz de Fora, Relatório, CES/JF, 2009, p. 89 – 102.

Notas

¹ Como por exemplo, a Inspetoria Geral, Intendência, Serviço de Saúde, Enfermeiras da FEB, Armamento e Remuniciamento, Correspondentes de Guerra, Pelotão Neuropsiquiátrico, Companhia Comando da 1ª Divisão de Infantaria Divisionária, Serviços de Fundo, Pagadoria Fixa e Agência do Banco do Brasil junto a FEB, Esquadrilha de Observação e Ligação, Batalhão de Trabalhadores, Justiça Militar na FEB, Depósito de Pessoal, Serviço Postal, Pelotão de Sepultamento, Pelotão de Polícia do Exército, 1º Grupo de Aviação de Caça, Serviço de Assistência religiosa, Serviço de Transmissões e Marinha Mercante.

² Cf. ADAM, Joselir N.G. & VALLE, José N. *Linguagem e estruturação musical*. Curitiba: Beija-flor, s/d.2 Cf. BENNETT, R. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 57 a 66,.

³ O conceito de ideologia está intrinsecamente ligado ao de acordo com BOUDON, Raymond. A ideologia. São Paulo: Ática, 1989, p. 25-46. Cf. com ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985., e com CARVALHO, Mário Vieira de. A música e a luta ideológica. Lisboa: Estampa, 1976.

⁴ A estratégia da instalação de tais bases militares americanas, tinha o escopo também de bloquear o envio de matéria prima aos países inimigos, Alemanha e Itália, em especial, criou a “Cintura do Atlântico”ou”Saliente do Nordeste”. Cf. SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

- ⁵ A flotilha era composta de cerca de 22 (vinte e dois) submarinos alemães (Unterseeboot-U) e 05 (cinco) submarinos italianos: U-66, U-94, U-155, U-156, U-159, U-161, U-162, U-163, U-170, U-185, U-199, U-203, U-432, U-502, U-504, U-507, U-513, U-514, U-516, U-518, U-590, U-861 - e, Archimede, Da Vinci e Barbarigo, Tazzoli, Calvi e Torelli, pertencentes as classes de Uboat alemães do Tipo VII-C, IX-C e IX-D2, XIV – Milchkuw e, classes dos submarinos Italianos do tipoBlin, Marcello, Marconi Calvi e Gato respectivamente, sendo que 10 (dez) submarinos alemães e 01 (um) italiano foram afundados pelas patrulhas aéreas aliadas, próximos as costas brasileiras:U-164, U-128, U-507, U-590, U-513, U-662, U-598, U-199, U-591 e U-161 e, Archimedes, respectivamente. Cf. <https://pt.m.wikipedia.org>,<https://www.naufragios.com.br> e <https://www.brasilmergulho.com.br>.
- ⁶ Os submarinos alemães e italianos afundaram 36 navios brasileiros e 56 navios de bandeira estrangeira. São os seguinte navios mercantes afundados pelos submarinos alemães e italianos do Eixo, pertencentes as companhias Lloyd Brasileiro, Lloyd Nacional e Costeira, a saber: *Afonso Pena, Alegrete, Aníbal Benévolo, Antonico, Apolóide, Arabutã, Arará, Araraquara, Baependy, Bagé, Barbacena, Brasilóide, Buarque, Cairu, Campos, Cisne Branco, Gonçalves Dias, Itagiba, Itapagé, Jacira, Lages, Olinda, OZório, Paracurí, Pelotasloide, Piave, Porto Alegre, Shangrilá, Suilóide, Tamandaré, Taubaté, Tutóia, Vidal de Negreiros e Vital de Oliveira*. Cabe também ressaltar que a maioria das embarcações atacadas pelos submarinos alemães e italianos do Eixo se constituía de navios mercantes ou mistos, ou seja, cargueiros e passageiros, pertencentes às grandes companhias de navegação da época, como o *Lloyd Brasileiro*, o *Lloyd Nacional* e a *Costeira*, bem como, embarcações pertencentes às outras companhias de menor porte, como também, embarcações pertencentes a pequenos armadores regionais e homens do mar. O *Lloyd Brasileiro*, a maior dessas empresas, foi, sem dúvida, a que mais perdeu navios e tripulantes, foram 21 embarcações atacadas, das quais 19 foram afundadas. Cf. SANDER. Roberto. O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007., e com. <https://www.naufragios.com.br>.
- ⁷ Instrumentos como: Sopra Madeiras - Flauta Transversa, Charamela, Bombarda, Cervelato, Krummhorn...; Sopra Metais - Trompete, Trompa, Sacabuxa... e, Percussão – Tambor, Pratos, Guizos etc. Cf. BENNETT, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 13-30.
- ⁸ Organologia subárea da Musicologia que estuda os instrumentos musicais, seus aspectos constitutivos físicos, acústicos... Cf. HENRIQUE, Luis. Instrumentos musicais. Lisboa: Gulbenkian, 1987, p. 15.
- ⁹ Ternos de Barbeiros, segundo Tinhorão (1998, pg155-175) eram grupos musicais formados por negros ex-escravos, barbeiros de ofício, que executavam músicas nos festejos religiosos que ocorriam nas portas das igrejas, cujas atividades perduraram muito depois da chegada e instalação da Família Real Portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro. Cf. ANDRADE, Mário de. Dicionário musical brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- ¹⁰ De acordo com Binder (2006, pg. 27) as bandas de música pertenciam aos regimentos de 1ª Linha, era profissional e ficava permanentemente em armas estacionada no Rio de Janeiro. Formada por três regimentos de infantaria e um de artilharia, segundo o decreto de 1810.
- ¹¹ Embora Tinhorão (1998) aborde a história social da música popular brasileira, do ponto de vista cultural e ideológico, o referido autor, de forma historiográfica, cita as origens de nossa música popular brasileira, em especial, as bandas de música civis e militares, escopo desta pesquisa. Cf. TINHORÃO, José Ramos. História social da música popular brasileira. São Paulo: Editora 34, 1998, pg. 177-191.
- ¹² O 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio, o 6º Regimento de Infantaria – Caçapava/SP e o 11º Regimento de Infantaria – Regimento Tiradentes de São João Del Rey/MG.Cf.SANDER. Roberto. O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- ¹³ De acordo com Meira & Schirmer (2010, pg. 50), o procedimento em desagregar as bandas de música orgânicas dos seus regimentos, no caso, as bandas de música dos regimentos de infantaria do 1º RI, 6º RI e do 11º RI, agregando-as em uma bande de música divisionária era modelo norte-americano de época.
- ¹⁴ O Ten Franklin de Carvalho Júniorera o Maestro/Oficial Regente do 1º Regimento de Infantaria (RI) – Regimento Sampaio e, posteriormente, foi o Oficial Regente da Banda de Música da Escola Militar de Resende – atual Academia Militar das Agulhas Negras. (MEIRA & SCHIRMER, 2000, pg. 118).

- ¹⁵ VESSELLA (1955, p. 115) propôs três tipos de bandas de música: Piccola Banda, com cerca de 28 (vinte e oito) instrumentistas; Média Banda, com cerca de 45 (quarenta e cinco) instrumentistas e, Grande Banda, com cerca de 65 (sessenta e cinco) instrumentistas. Cf. com Vessella. A. Studi di strumentazione per banda. Milano: Ricordi, 1955.
- ¹⁶ De acordo com Henrique (1998), segundo a Organologia, a instrumentação da banda de música, em geral, é composta pelas famílias dos sopros - madeira e metal e percussão. Cf. HENRIQUE, Luis. Instrumentos musicais. Lisboa: Gulbenkian, 1988.
- ¹⁷ Segundo Silva (2016) o LP “Expedicionários em Ritmos”, uma das poucas fontes da música dos pracinhas, foi gravado após a guerra, em 1966, com o repertório das canções – sambas, emboladas, marchinhas... compostas pelos pracinhas no front, em treinamento, nas tréguas dos combates... Cf. SILVA, Ester Gonçalves da. O que era cantado nos campos de batalha pelos soldados brasileiros na segunda guerra mundial: O LP “EXPEDICIONÁRIOS EM RITMOS” (1966). Monografia, Curso de Licenciatura em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, 2016 p.6.
- ¹⁸ Os navios americanos de transporte de tropas que transportaram a FEB foram: 1º Escalão – “Gen Mann”; 2º Escalão – “Gen Mann”; 3º Escalão – “Gen Meigs”; 4º Escalão – “Gen Meigs” e 5º Escalão – “Gen Meigs”.
- ¹⁹ De acordo com Tinhorão (1998, 289-304) executavam todo o tipo de forma musical da MPB, como samba, samba canção, choro, marchinhas, emboladas, etc. Cf. TINHORÃO, José Ramos. História social da música popular brasileira. São Paulo: Editora 34, 1998.
- ²⁰ Inúmeras iconografias nos revelam que utilizaram instrumentos musicais característicos da Música Popular Brasileira – MPB, como violão, banjo, cavaquinho, pandeiro, afoxé, cuíca, atabaque...
- ²¹ Francis Hallawell, conhecido como “O Chico da BBC”, era brasileiro, gaúcho, filho de ingleses, engenheiro, funcionário da Empresa Inglesa Metropolitan-Vicher, contratada para eletrificar a Rede Ferroviária da Central do Brasil, na década de 1940. Foi voluntário para o serviço militar inglês, e, após ser dispensado, foi trabalhar como locutor na BBC de Londres e, posteriormente, como correspondente de guerra da BBC de Londres, junto ao grupo de correspondentes da FEB, apresentando programas de música pela BBC na Itália e no Brasil, com o repertório de músicas dos pracinhas, em especial. Cf. <<https://www.bbc.com/brasil>> 43389816.
- ²² De acordo com Silva (2016, p. 46) são exemplos de músicas transmitidas pela Rádio BBC: TEDESCO EU QUERO VER (S. J. Oliveira); HERÓIS DA RETAGUARDA (Pieri Junior); SORRINDO E CANTANDO (Pieri Junior); A LOURDINHA ESTÁ CANTANDO (Natalino Cândido), entre outras.
- ²³ Os soldados Pieri Junior e Elpídio Viana imitavam, por meio de vocalize, o trombone e o trompete, respectivamente, com perfeita entonação, timbre e ritmo.
- ²⁴ Lurdinha – apelido dado pelos pracinhas às metralhadoras alemãs Machine Gewer MG 34 e a MG 42. Cf. Abril Coleções (Org.) in: Coleção Armas de Guerra. Armas portáteis 1870-1950, Vol. 15, São Paulo: Abril, 2010, Vol. 15, 2010, pg. 107-108.
- ²⁵ O 88 – apelido dado pelos pracinhas ao lendário canhão antiaéreo Flugzeugabwehrkanone Flak 18, calibre 88 mm, de múltiplo emprego. Cf. Abril Coleções (Org.) in: Coleção Armas de Guerra. Artilharia 1850-1945. Vol. 13, São Paulo: Abril, 2010. Vol. 13, 2010, pg. 52-53.
- ²⁶ 105 – apelido dados pelos pracinhas ao canhão de campanha LechtFeldkanone calibre 105 mm. Cf. Ibidem, Vol. 13, 2010, pg. 76-77.
- ²⁷ O 60 – apelido dado pelos pracinhas ao seu morteiro americano M1, calibre 60 mm. Cf. Ibidem, Vol. 13, 2010, pg. 113.
- ²⁸ O 81 – apelido dado pelos pracinhas ao seu morteiro americano M27/31, calibre 81 mm. Cf. Ibidem, Vol. 13, 2010, pg. 116.
- ²⁹ Gravação da voz do Francis Hallawell, - “O Chico da BBC”, no Programa - *Nossa Terra* da Rádio BBC de Londres. . Cf. <<https://www.bbc.com/brasil>> 43389816.

- ³⁰ Cf. MEIRA, Antonio Maria & SCHIRMER, Pedro. Música militar e banda de música: origem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Estandarte, 2000. p. 49-50.
- ³¹ “[...] irmãos, os soldados brasileiros, libertadores de nossa terra, do nosso povo da escravidão... mas, conquistadores do nosso coração, afeto, alma, vida... da população italiana.” Tradução nossa.
- ³² Rudyard Kipling, Prêmio Nobel de Literatura – 1907 foi escritor e autor de inúmeras obras literárias e poéticas, como, por exemplo Baladas da Caserna, (Meira & Schirmer, 2010, pg. 51).
- ³³ O britânico John Keegan é um dos principais historiadores militares da atualidade. Dono de uma vasta obra destaca-se por introduzir nos estudo dos fatos e fenômenos militares a discussão de valores e análise dos homens em guerra. Valoriza o contexto sócio-político e introduz instrumentais sociológicos e antropológicos para o estudo do seu objeto de pesquisa – a “cultura” da guerra.
- ³⁴ Ojeda (2015), citando Ferraz(2012) quanto ao conceito soldado-cidadão, revela: “Pela expressão cidadão-soldado entende-se o indivíduo que, ao prestar o serviço militar – na paz ou na guerra – por um determinado período à sua pátria, adquire a qualificação de sua cidadania por meio do “tributo de sangue.” (FERRAZ, 2012, p. 45)
- ³⁵ Quanto ao conceito de inconsciente coletivo Cf. JUNG, Carl G. O homem e seus símbolos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- ³⁶ Quanto ao pensamento de Maurício Orestes Parisi sobre o nacionalismo, no Artigo - A GUERRA NO “LONGO SÉCULO XIX” :TEORIAS DA GUERRA E ANÁLISE HISTÓRICA Cf. <www.diversitas.fflch.usp.br>
- ³⁷ Quanto à influência da música sobre o homem e sobre a sociedade - o *ethos musicales – teoria dos afetos*, Cf. TAME, David. O poder oculto nada música. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1988.
- ³⁸ Quanto à epistemologia convergente, Cf. Visca, Jorge. Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médica, 1987.

O papel do Ministério da Fazenda na arrecadação dos recursos financeiros e a sua distribuição para custear a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Leonardo Montanholi dos Santos*

Introdução

Quando se pensa em guerra, logo as pessoas são levadas as imagens de soldados de infantaria armados de fuzis e carros de combate em ação conjunta, e sequer imaginam que para que isso aconteça, há por trás uma engenharia financeira com a finalidade de custear não só a mobilização civil nacional, mas também, e principalmente, o aparelhamento, o recrutamento, o treinamento, o transporte e a manutenção das tropas no *front*.

Quando se fala em custo, despesa, ao menos, estimada, deve-se pensar também na sua correspondente e antecedente receita, ou seja, de onde vem o dinheiro, ou melhor, como ele é arrecadado.

Seguindo essa lógica financeira é que este artigo vem trazer a lume as medidas tomadas pelo Ministério da Fazenda para arrecadar fundos e direcioná-los para o custeio da

participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, em especial, por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Planejamento das finanças de guerra

Apesar de haver recomendação do Conselho Superior de Segurança Nacional de se realizar um planejamento mobilizatório prévio a conflagração do conflito, como o fez na sua 4ª Sessão, realizada em 04 de julho de 1939:

(...) Não é fácil, entretanto, permanecer neutro em presença de uma conflagração, que tenderá a generalizar-se. Nessas condições, na previsão do que está por suceder, devemos ter em mente qual a atitude do Brasil no dia em que, pelas circunstâncias, for lançado a abandonar a neutralidade. Preparar o Brasil para tal eventualidade é o dever precípua do governo, que deve fazer trabalhos preparatórios para:

- a) - arregimentação da opinião pública;
- b) - economia de combustíveis, trigo e outros artigos;

* Procurador Federal, lotado na Procuradoria Federal Especializada da Comissão de Valores Mobiliários. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em História do Brasil pela Universidade Candido Mendes. Mestre em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador Associado do CEPHIMEX.

- c) - regularização dos vencimentos das obrigações internacionais;
- d) - constituição de estoques dos produtos indispensáveis e racionalização do seu consumo;
- e) proibição da exportação de ferro.¹

O planejamento financeiro para a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial se deu após a declaração de guerra ocorrida em 31 de agosto de 1942, por via das medidas econômicas baixadas entre 29 de setembro e 07 de outubro de 1942 na forma de um pacote, que incluíam o feriado bancário de 8 dias nesse ínterim;² a autorização de emissão de Obrigações de Guerra até o valor de 3.000:000\$000 (Cr\$ 3.000.000.000,00),³ a serem subscritas voluntária e compulsoriamente na razão de 3% de rendas e salários, podendo ser ainda negociadas em mercado de balcão ou em Bolsa de Valores; bem como de Letras do Tesouro até o valor de 1.000:000\$000 (Cr\$ 1.000.000.000,00) vencíveis em 180 dias;⁴ a mudança do padrão monetário de mil-réis para cruzeiro (Cr\$);⁵ a restrição da faculdade emissora de moeda e a ampliação da Carteira de Redescoto do Banco do Brasil;⁶ e a criação da Comissão de Defesa Econômica.⁷

O marco zero das ações financeiras do Ministério da Fazenda foi a separação do orçamento ordinário e do orçamento extraordinário de guerra,⁸ para fins de controle do orçamento total, na busca não só de se evitar a contaminação do primeiro pelo segundo, como também a possível explosão do déficit público, uma das causas de aumento da inflação, como pensa Eugênio Gudin:

Eu já me referi incidentalmente à questão, disse-nos o Dr. Gudin, sugerindo que, durante o período de guerra tivéssemos dois orçamentos: o orçamento normal, incluindo as despesas usuais dos Ministérios da Guerra, da Marinha

e do Ar, e o orçamento extraordinário de guerra. Quanto ao primeiro, disse-lhe eu, importa equilibrar rigorosamente a receita e a despesa, cortando na despesa o que for necessário para esse equilíbrio.⁹

Isso quer dizer que as despesas orçamentárias ordinárias são previsíveis e devem ser contidas, para possibilitar o pagamento prioritário das de guerra, que, por sua vez, são imprevisíveis e de difícil controle, por se comportarem de acordo com as necessidades do conflito, e devem ser obrigatoriamente saldadas pelo Estado beligerante, sob pena de prejuízo quanto a sua manutenção nessa condição.

A partir dessa divisão orçamentária, é que foram colocadas em prática as medidas para incrementar a receita e destiná-las as despesas extraordinárias de guerra, que serão analisadas nos tópicos seguintes.

Receitas extraordinárias de guerra

John Maynard Keynes, em *How to pay for the War: a Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer*,¹⁰ apresenta um “arsenal” de medidas capazes de custear a participação de um país em uma guerra e controlar a inflação, como a emissão de Bônus de Guerra, a majoração de impostos, a criação de outros de caráter extraordinário sobre a renda e o lucro, e, por fim, o que ele designa como *forced savings*.

Para atingir os objetivos aqui propostos, basta examinar detalhadamente apenas o primeiro e o último método.

A emissão de Bônus de Guerra, na opinião de Keynes, é um método brando, já que se trata de um empréstimo voluntário lançado aos poucos, por fases ou rodadas conforme a necessidade

econômico-financeira do país emissor e a capacidade de absorção desses títulos pelo público alvo, cujo valor corrigido será restituído ao final do conflito. Essa característica de voluntariedade torna-o muito dependente de propaganda constante e eficaz, com o condão de sensibilizar o público a subscrevê-los. E por conta disso, deve ser aplicado em conjunto com outras ferramentas para obter o seguro êxito no controle da inflação e no financiamento da guerra.¹¹

O método “radical” keynesiano, o *forced saving* (empréstimo forçado), que também não inibe a utilização dos demais simultaneamente, consiste no bloqueio compulsório de depósitos em dinheiro excedentes àquele quantitativo necessário à manutenção do custo de vida do indivíduo, proporcional a sua condição socioeconômica. Valores esses que também seriam restituídos com o fim da guerra, contudo, não para serem gastos imediata e livremente pelo indivíduo, pois isso geraria uma pressão inflacionária pelo excesso de meio circulante no mercado, mas para serem investidos em atividades que gerem crescimento econômico-social, visando o bem-estar do indivíduo e da sociedade, como a aquisição da casa própria, a implementação da previdência social e do parque industrial nacional.¹²

Nota-se que ambas as ferramentas se prestam para retirar o excesso de moeda do mercado, de modo a fazer uma descompressão inflacionária, redirecionando-o para o custeio da participação de um país em um conflito, organizado no orçamento extraordinário de guerra.

Os Bônus de Guerra brasileiros constituíam-se em títulos públicos representativos de empréstimos voluntário e compulsório, sendo esse na razão de 3% dos salários e rendas auferidas, visando

retirar o excesso de meio circulante do mercado, e redirecionando-o para o custeio das despesas de guerra, e que seria restituído após a celebração da paz, aplicando-se sobre o valor do mútuo, juros de 6% ao ano, pagáveis semestralmente.

Segundo o Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, em respectivos trechos da entrevista coletiva dada a jornalistas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 06 de outubro de 1942, e do discurso proferido a estudantes no Teatro Municipal de São Paulo, em 11 de maio de 1943, a opção pela emissão de Obrigações de Guerra seria mais suave para enfrentar os imperativos econômicos de guerra enfrentados pelo Brasil do que a majoração e a criação de impostos extraordinários sobre a renda e o lucro:

(...) Mas esses títulos vencem os juros de seis por cento ao ano e constituem, por conseguinte, uma capitalização razoável, à base da taxa do mercado de títulos, e nem sei mesmo se podem ser considerados um sacrifício imposto à coletividade. É um sacrifício no sentido de que reduziu a capacidade de gastar uma parte dos proventos que cada um sugere; mas isso, como sacrifício de guerra é, positivamente, o mais suave que possa pretender...

(...)

(...) Será este, então, o sacrifício efetivo que o Estado imporá àqueles que subscrevam seus títulos: uma pequena percentagem sobre a importância de três por cento dos vencimentos.¹³

Por isso, a circulação das “Obrigações de Guerra” e sua colocação é ato não só de patriotismo, mas de inteligência, de inteligência porque se colabora com a ação do Governo, fornecendo-lhe os recursos de que carece, por um meio indiscutivelmente muito mais suave do que o imposto. O imposto pesaria exclusivamente sobre a geração atual, ao passo que o empréstimo, dividindo os encargos no tempo, vai ser

pago, também, pelas gerações vindouras, que se aproveitarão do sacrifício atual.

O empréstimo é um meio razoável, lógico, seguido por todas as nações civilizadas, porque constitui um saque que se faz sobre o futuro, com o objetivo de defender o patrimônio nacional, que é nosso e dos que estão por vir.¹⁴

Outra questão relacionada às receitas extraordinárias de guerra, constante no pacote econômico baixado por Souza Costa foi a autorização da emissão de Letras do Tesouro Nacional até o valor de 1.000:000\$000 (Cr\$ 1.000.000.000,00) vencíveis em 180 dias e a ampliação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. Tais medidas imediatas e de curtíssimo prazo tiveram a mesma função das Obrigações de Guerra no que tange ao controle inflacionário e a arrecadação de fundos para o custeio da guerra.

A mecânica dessa operação se deu da seguinte forma: o governo emitiu imediatamente títulos públicos de curtíssimo prazo, no caso, as “Letras do Tesouro Nacional” vencíveis em 180 dias, que foram adquiridas pelos Bancos, que passaram a servir de garantia para futuros empréstimos junto a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, caso precisassem de mais moeda para suprir as suas operações.¹⁵

A opção por essa emissão imediata de “Letras do Tesouro Nacional” de curtíssimo prazo, direcionada aos Bancos, ao invés de se ter emitido diretamente as Obrigações de Guerra para subscrição do público em geral, se deve ao fato, como já dito e apesar da anterior recomendação do Conselho Nacional de Segurança Nacional, de o governo não ter se preparado para implementar a emissão desses títulos, como se pode verificar à folha 3 do Livro da Oficina de Impressão da Casa da Moeda, referentes aos anos 1941 a

1943,¹⁶ em que consta que o primeiro pedido de impressão de Bônus de Guerra se deu em 18 de dezembro de 1942.

A consequência dessa demora foi que os Bancos que adquiriram as “Letras do Tesouro Nacional” vencíveis em 180 dias, as utilizaram como garantia na contração de empréstimos em moeda na Caixa de Redesconto do Banco do Brasil. E em sequência, colocaram esse dinheiro no mercado, assim, elevando o meio circulante, e consequentemente a inflação. Isso porque ainda não existia a disponibilidade no mercado dos Bônus de Guerra, Títulos Públicos de médio-longo prazos, por serem resgatáveis no pós-guerra, e direcionados a qualquer investidor, capazes de reabsorvê-los a contento. Isso ocorreu em função, justamente, do atraso quanto a sua implementação, como constataram Octávio Gouveia de Bulhões, quando era Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda, e o próprio Ministro Souza Costa, respectivamente:

Infelizmente, houve extraordinária demora na subscrição das Obrigações de Guerra. E os cruzeiros cedidos pelo Banco do Brasil, não voltavam ao Banco, nem mesmo sob a forma de depósitos bancários. O resultado se não fez esperar: o apelo constante e crescente do Banco do Brasil à Carteira de Redesconto, desvirtuando por completo a finalidade das Letras do Tesouro.¹⁷

1. O Decreto-Lei n. 4.792, de 5 de outubro de 1942, estreitamente ligado aos da mesma data que autorizaram a emissão de “Obrigações de Guerra” e de “Letras do Tesouro”, teve por objetivo dar mais um passo no sentido de ampliar as facilidades de crédito do Tesouro, evitando a emissão direta de papel-moeda.

2. Sendo de Caráter preparativo e estando ligado ao levantamento das “Obrigações

de Guerra” (e por antecipação dessa receita às “Letras do Tesouro”), o citado Decreto-Lei n. 4.792, não ampliou as faculdades da Carteira de Redescontos além da possibilidade de favorecer empréstimos aos bancos, mediante a garantia de tais “Letras”. Nessas condições, a faculdade de emissão não se tornou extensível à compra de ouro ou de cambiais, aguardando-se para isto que se tornasse mais oportuno o lançamento das bases de um sistema completo do Banco Central, a que estaria afeto o controle do crédito.

3. Se a subscrição espontânea das “Obrigações de Guerra” tivesse sido maior, a absorção dos meios de pagamento teria sido mais rápida e mais volumosa. Desse modo, a expansão do crédito bancário não teria tomado o desenvolvimento que tomou.

A lentidão na absorção de recursos, por meio de tomada de “Obrigações de Guerra”, acarretou considerável aumento do meio circulante. Deixando de afluir ao Tesouro com necessária rapidez, tais recursos mantiveram-se em circulação com prazo que foi suficiente para provocar expansão de crédito, nos bancos. Não tendo corrido rapidamente às mãos do Governo, obistou a que ele dispusesse de meios para reduzir no Banco do Brasil S.A. as suas responsabilidades decorrentes da compra de ouro e cambiais. Obrigado a prosseguir na compra, da totalidade das cambiais de exportação em grande volume pelo aumento desta, sem poder vendê-las, viu-se o Banco do Brasil S.A. na contingência de apelar constantemente para a Carteira de Redescontos. A princípio, utilizou o Banco os seus títulos comerciais; depois, as “Letras do Tesouro”, tomadas com o propósito de atender as necessidades de nossa exportação. As emissões da Carteira avolumaram assim o meio circulante, dando novos estímulos à expansão bancária, novos incentivos à movimentação dos negócios e das especulações, que, por sua vez, tornavam ainda menos interessantes ao público a subscrição das “Obrigações de Guerra”.¹⁸

No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial, o Ministro Souza Costa foi vencido por fatores políticos e econômicos na ideia de aplicar o método que infringisse o mínimo de incomodo a população brasileira, se rendendo a majoração dos tributos e a criação de um imposto extraordinário de guerra sobre o lucro. Assim, obrigando-o a seguir a lição profética de Keynes em *How to pay for the War: a Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer*.

Assim, o Ministério da Fazenda, por força da contingência orçamentária de guerra, se viu obrigado a aumentar o imposto de renda¹⁹ e a criar o imposto extraordinário de guerra sobre o lucro, que foi objeto de crítica e de estímulo ao debate popular pelo Editorial do Correio da Manhã, de 08 de janeiro de 1944, p. 4, assinado por Pedro da Costa Rego, apesar da permanente vigilância da censura imposta pelo DIP, no regime político do Estado Novo:

“O Plano Souza Costa

... O esforço do país ajudado pelo capital estrangeiro, tanto quanto pela técnica também estrangeira, criou e que chamamos hoje o nosso “parque industrial”, sem embargo de submetido à importação de equipamento, da mão de obra qualificada e, em certas emergências, das matérias primas.

Nesta situação, quando formamos, por assim dizer, nossa personalidade industrial, lança-se um plano de tributos sobre os denominados lucros extraordinários sem amadurecer as ideias sem considerar que os frutos não se colhem derrubando a árvore.

Ao governo importa, sem dúvida, haver os meios indispensáveis as realizações do bem público; mas importa, por outro lado que a obtenção desses meios não aniquile, destrua ou simplesmente obstrua a marcha do progresso econômico.

(...)

O projetado regime de tributos sobre lucros ditos extraordinários (a terminologia de alguns exacerbados vai ao extremo de afirmar excessivos) embaraça evidentemente as possibilidades. Que é o lucro extraordinário? É, na definição do plano engatilhado, a diferença entre o lucro atual e o lucro de um biênio de crise: 1939 e 1940.

Resumindo: o produtor, comerciante, o banco devem procurar viver na base de um resultado financeiro precário, pagando, porém, os impostos, os encargos de seu negócio, sua subsistência, em suma; pelos níveis de preço de 1944.

O plano referido inclui os bancos entre os contribuintes a título de constituírem reservas para equipamento, eufemismo tão manifesto que seria talvez melhor desprezá-lo desde logo. Já isso é muito contra o interesse legítimo dos mesmos, e não é tudo, porque nos bancos se reflete igualmente a penúria do industrial ou comerciante a quem se tire como está projetado, cerca de metade dos lucros excedentes aos auferidos no biênio de 1939 e 1940, além do que exige o imposto renda, elevado de 2% na contribuição cedular e gradualmente até 30% na taxa progressiva. A adjunção dos algarismos provindos de tais tributos, se neles incluímos a aquisição compulsória das obrigações de guerra, excederá em alguns casos a 100%. De qualquer modo, na maioria dos casos, não ficará abaixo desta cifra espantosa. Que restará então para o jogo das operações?

O Plano Souza Costa, mais que o Plano Beveridge, requer escame amplo e crítica livre.

Isso pode ser constatado pelos números constantes no Relatório do Ministério da Fazenda para o ano de 1946²⁰ e no Relatório da Contadoria-Geral da República, sob o título “Retrospecto das Operações Financeiras Realizadas com a Participação do Brasil na Guerra”.²¹

Com o advento do Decreto-Lei nº 4.789, de 05 de outubro de 1942,²² foi autorizada a emissão

de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros) em Bônus de Guerra, que foi integralmente subscrita, o que gerou o aumento desse limite para Cr\$ 6.000.000.000,00, por força do Decreto-Lei nº 6.516, de 22 de maio de 1944,²³ que, por sua vez, não foi totalmente subscrita, chegando ao total de Cr\$ 4.308.278.547,40,²⁴ no ano de 1945,²⁵ apesar de ter sido autorizado um novo aumento de limite, na ordem de Cr\$ 8.000.000.000,00, pelo Decreto-Lei nº 7.113, de 04 de dezembro de 1944, que retrocedeu ao patamar de Cr\$ 4.500.000.000,00, por determinação do Decreto-Lei nº 9.138, de 05 de abril de 1946.²⁶

Ante a dificuldade consistente no rápido cumprimento das metas de subscrição de Bônus de Guerra em relação às crescentes despesas de guerra, o governo criou por meio do Decreto-Lei nº 6.224, de 24 de janeiro de 1944, o imposto extraordinário de guerra sobre o lucro, que só conseguiu arrecadar Cr\$ 499.037.104,70.

Ainda assim, não foi suficiente para fazer frente às crescentes despesas extraordinárias de guerra, o que obrigou o Ministério da Fazenda a lançar Letras do Tesouro Nacional, para obter o adiantamento dos valores a serem arrecadados em impostos no futuro. Por esse meio, entre 1942 e 1945, foram arrecadados Cr\$ 7.700.900.000,00, que ainda assim, tiveram que ser complementados pela emissão de Promissórias pelo Tesouro Nacional, na ordem de Cr\$ 307.943.434,00, resgatadas no ano de 1943, e pelas doações espontâneas feitas pela população ao Fundo de Guerra, regulamentado pela Portaria nº 124, do Ministério de Estado e Negócios da Fazenda, que chegaram ao montante de Cr\$ 1.959.361,00.

Desta feita, foram arrecadados pelo Estado Brasileiro a quantia de Cr\$ 12.319.081.342,40,

que fizeram frente a despesas do serviço da dívida, e para o custeio total da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, que chegou a um total de Cr\$ 6.391.311.694,00, que serão abordadas no próximo tópico.

Despesas extraordinárias de guerra

As despesas extraordinárias de guerra atenderam as demandas dos Ministérios da Fazenda, das Relações Exteriores, da Viação e Obras Públicas, da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, visando custear, entre outras, a preparação, o envio e a manutenção de tropas no *front* italiano, a mobilização da população, a defesa do território, e o incremento logístico nacional.²⁷

O foco do presente artigo são as despesas necessárias para a manutenção da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, por meio da atuação da Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Guerra italiano, que, de acordo com o Relatório das Principais Atividades do Ministério da Guerra durante o ano de 1943,²⁸ foi estimada minimamente em Cr\$ 614.714.376,00, discriminada nas rubricas de vencimentos de oficiais e praças, na ordem de Cr\$ 488.879.691,00; de fardamento e equipamento, em Cr\$ 60.000.000,00; e de etapas de alimentação calculada em Cr\$ 65.834.685,00, na razão de Cr\$ 9,00 por homem.

O Relatório das Principais Atividades do Ministério da Guerra durante o ano de 1944²⁹ detalha melhor a questão das despesas, estimando-as em US\$ 35.340.928,56, decomposta em duodécimos mensais valorados em US\$ 2.945.077,38, por orientação do Ministério da Fazenda, o que não incluía, dada a sua imprevisibilidade, as com transportes locais, com aluguéis de prédios, com

embalagens e instalações, e, finalmente, e por lógica, as eventuais.

Desta feita, foi empenhado no orçamento extraordinário de guerra, por via de rubrica em créditos extraordinários, segundo o Relatório da Contadoria-Geral da República, sob o título “Retrospecto das Operações Financeiras Realizadas com a Participação do Brasil na Guerra”, a cifra de Cr\$ 713.886.757,00, que corresponde a US\$ 35.694.337,85,³⁰ o que não inclui aí as despesas com as 3 primeiras parcelas de pagamento do acordo *Lendand Lease Bill*,³¹ referente ao material bélico fornecido à FEB pelos Estados Unidos da América (EUA), que foram quitadas ainda durante a guerra, na rubrica orçamentária do Ministério da Fazenda, na ordem de Cr\$ 592.151.719,00.

A disponibilização deste numerário ao Comandante da FEB em moeda estrangeira, para fazer frente as despesas para manutenção da tropa no *front* italiano, segundo o Relatório das Principais Atividades do Ministério da Guerra durante o ano de 1944,³² se deu na Delegacia do Tesouro Nacional em Nova York, EUA. E de lá, seria encaminhado para a Pagadoria Fixa da FEB, por meio da Agência do Banco do Brasil junto a Força Expedicionária Brasileira, que, por sua vez, tinha a função de fazer operações financeiras da FEB e dos seus homens.

Conclusão

Tal como um balanço contábil público, foi abordado neste artigo a coordenação pelo Ministério da Fazenda do financiamento da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, pela via das receitas e das despesas, enfatizando

o custeio da manutenção da FEB no Teatro de Guerra italiano.

E a partir daí, pode-se concluir que esse estipêndio representou apenas um pouco mais de 11% da totalidade do orçamento extraordinário de guerra, sem contar, como já dito, com o pagamento das 3 primeiras parcelas de pagamento do acordo *Lendand Lease Bill*, que representaram um pouco mais de 9% do mesmo orçamento.


O financiamento da guerra poderia ter sido mais incrementado, e por via de consequência, ter-se repassado mais recursos para a manutenção da FEB, ainda no momento da sua partida para a Itália, se o governo não tivesse dado a isenção do desconto obrigatório de 3% sobre rendas e salários em favor da subscrição compulsória de Bônus de Guerra àqueles que auferiam anualmente até Cr\$ 60.000,00 líquidos,³³ ou, aproximadamente, Cr\$ 72.000,00 brutos, anunciada durante os festejos do Dia do Trabalho, 1º de maio de 1944,³⁴ como uma medida de caráter social.

Desta feita, constata-se que o governo desnaturou a finalidade destes títulos públicos, passando de um meio de receita para financiar o ingresso efetivo do Brasil no conflito, para uma forma de se fazer política social, objetivando legitimar o regime do Estado Novo entre os trabalhadores, como também o de preparar uma

provável campanha eleitoral com o objetivo de eleger Getúlio Vargas para Presidente da República, em um futuro processo de redemocratização do país, decorrente da iminente vitória aliada na Segunda Guerra Mundial.³⁵

Tal medida ainda tentou beneficiar os investidores que negociavam com os Bônus de Guerra na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), pois se buscava a diminuição natural da quantidade de títulos em circulação, e, assim, por via de consequência, se obteria o aumento gradativo da sua cotação, que vinha diminuindo de valor, por conta do aumento progressivo da sua quantidade disponível no mercado, em função da subscrição compulsória de boa parte dos trabalhadores e rentistas brasileiros.³⁶

Em suma, a manutenção da FEB no *front* italiano deixou de ser prioridade para o governo antes mesmo da partida da tropa, em 30 de junho de 1944, em detrimento de outras, de cunho político e econômico-financeiro.

Essa conduta não é espelhada pelo principal aliado do Brasil, os Estados Unidos da América, que manteve constante o financiamento da sua participação na Segunda Guerra Mundial pela via dos Bônus de Guerra até depois da rendição do Japão, em 02 de setembro de 1945.³⁷ 

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Arthur de Souza. **Financiamento da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

COSTA, Arthur de Souza. **Lançamento das Obrigações de Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GUDIN, Eugenio. **Inflação e Finanças de Guerra**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

KEYNES, John Maynard. **How to pay for the War: a Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1940.

SANTOS, Leonardo Montanholi dos. **Ajude a esmagar o eixo! : a Campanha de Propaganda dos Bônus de Guerra no Brasil e nos Estados Unidos da América (1941-1945)**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à Guerra**. Barueri: Manole, 2003.

Notas

¹ Arquivada no Arquivo Nacional, sob o tombo BRAN, BSB N8.0.ATA, ¼, f13-15v.

² BRASIL. Decreto-Lei nº 4.759, de 29 de setembro de 1942.

³ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.789, de 05 de outubro de 1942.

⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.790, de 05 de outubro de 1942.

⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.791, de 05 de outubro de 1942.

⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.792, de 05 de outubro de 1942.

⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.807, de 07 de outubro de 1942.

⁸ O orçamento extraordinário de guerra está retratado no relatório reservado da Contadoria-Geral da República sob a denominação “Balanço de Guerra de 1945 e Retrospecto das Operações Financeiras Realizadas com a Participação da Guerra, emitido em 1946, e arquivado na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (RJ), sob o número 2270, também arquivado na FGV/CPDOC sob a referência SC 1944.10.14 mf/dg.

⁹ GUDIN, Eugenio. *Inflação e Finanças de Guerra*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943, p. 31.

¹⁰ KEYNES, John Maynard. *How to pay for the War: a Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1940.

¹¹ KEYNES, John Maynard. *How to pay for the War: a Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1940, Cap IX, pp. 58, 67-68.

¹² *Ibidem*, Cap. II-VII.

¹³ COSTA, Arthur de Souza. *Financiamento da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, pp. 10, 12.

¹⁴ COSTA, Arthur de Souza. *Lançamento das Obrigações de Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 31.

¹⁵ COSTA, Arthur de Souza. *Financiamento da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 16.

¹⁶ Arquivado no Arquivo Nacional no Fundo 9B, Série Fazenda, IF⁶357.

¹⁷ Relatório da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda, de 14/10/1944, arquivado na FGV/CPDOC, sob o tombo SC 1944.10.14 mf/dg.

¹⁸ Exposição de Motivos nº 103, de janeiro de 1945, arquivada na FGV/CPDOC, sob o tombo SC 1944.10.14 mf/dg.

- ¹⁹ Noticiado pelo Correio da Manhã, de 25/09/1943, p. 3: “As Novas Taxas do Imposto de Renda Aumento do imposto de renda para suprir o orçamento de guerra”.
- ²⁰ BRASIL. Ministério da Fazenda. Relatório do Ministério da Fazenda para o ano de 1946. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- ²¹ Relatório reservado da Contadoria-Geral da República sob a denominação “Balanço de Guerra de 1945 e Retrospecto das Operações Financeiras Realizadas com a Participação da Guerra, emitido em 1946, e arquivado na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (RJ), sob o número 2270, também arquivado na FGV/CPDOC sob a referência SC 1944.10.14 mf/dg.
- ²² BRASIL. Decreto-Lei nº 4.789, de 05 de outubro de 1942.
- ²³ BRASIL. Decreto-Lei nº 6.516, de 22 de maio de 1944.
- ²⁴ Ibidem, 22
- ²⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 7.113, de 04 de dezembro de 1944.
- ²⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 9.138, de 05 de abril de 1946.
- ²⁷ Relatório reservado da Contadoria-Geral da República sob a denominação “Balanço de Guerra de 1945 e Retrospecto das Operações Financeiras Realizadas com a Participação da Guerra, emitido em 1946, e arquivado na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (RJ), sob o número 2270, também arquivado na FGV/CPDOC sob a referência SC 1944.10.14 mf/dg.
- ²⁸ BRASIL. *Ministério da Guerra. Relatório das Principais Atividades do Ministério da Guerra Durante o Ano de 1943*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1943. Pp. 202-203 Arquivado no Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- ²⁹ BRASIL. *Ministério da Guerra. Relatório das Principais Atividades do Ministério da Guerra Durante o Ano de 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1943. Pp. 21-23 Arquivado no Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- ³⁰ Dados extraídos do BRASIL. *Ministério da Fazenda. Relatório do Ministério da Fazenda para o ano de 1942*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 16/17. Para se chegar aos valores em Dólar Americano, utilizou-se a seguinte proporção: US\$ 1,00 = Cr\$ 20,00, com base no relatório reservado da Contadoria-Geral da República sob a denominação “Balanço de Guerra de 1945 e Retrospecto das Operações Financeiras Realizadas com a Participação da Guerra, emitido em 1946, e arquivado na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (RJ), sob o número 2270, também arquivado na FGV/CPDOC sob a referência SC 1944.10.14 mf/dg.
- ³¹ Os acordos *Lend-Lease* foram celebrados entre os governos brasileiro e americano em outubro de 1941 e março de 1942, esse último como um desdobramento militar dos Acordos de Washington, que consistiam no fornecimento escalonado até 1948, de US\$ 200 milhões em armas e munições, além de créditos em condições vantajosas. Para saber mais, vide SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra*. Barueri: Manole, 2003, pp. 280-281, e BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 391, 394.
- ³² BRASIL. *Ministério da Guerra. Relatório das Principais Atividades do Ministério da Guerra Durante o Ano de 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1943. Pp. 21-23 Arquivado no Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- ³³ BRASIL. Decreto-Lei 6.455, de 29 de abril de 1944.
- ³⁴ CORREIO DA MANHÃ, 06/05/1944.
- ³⁵ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pp. 268, 275.
- ³⁶ CORREIO DA MANHÃ, 11/05/1944 e 21/04/1945.
- ³⁷ SANTOS, Leonardo Montanholi dos, *Ajude a esmagar o eixo! : a Campanha de Propaganda dos Bônus de Guerra no Brasil e nos Estados Unidos da América (1941-1945)*. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 149.

Floresta Amazônica: ainda um inferno verde ou agora um paraíso ameaçado?

*Reis Friede**

Introdução

O texto a seguir foi produzido, inicialmente, como uma palestra pronunciada no III Ciclo de Estudos de História Militar na Amazônia (III CEHMA), que teve como tema “Amazônia Brasileira: ameaças e desafios”. A primeira fase ocorreu em julho de 2019 no Centro Cultural Justiça Federal/CCJF, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em parceria com o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil/IGHMB, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha/DPHDM, o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica/INCAER e a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra/ADESG.

O evento, em sua terceira edição, segue um crescente em relação aos temas apresentados: passando pela conquista e integração da Amazônia (CEHMA I e CEHMA II) e agora discutindo os desafios que surgem. O objetivo é despertar o interesse do meio acadêmico sobre a História Militar da Amazônia, esperando, com isso, impulsionar novas pesquisas que tomem aquela região como seu recorte espacial e fomentar estudos sobre temas ainda pouco conhecidos ou inexplorados.

O título dado a esta apresentação é, ao mesmo tempo, uma provocação e uma reflexão sobre a situação ambígua em que se encontra o território amazônico há um longo tempo. Afinal, seria a floresta um inferno verde diante de tantos problemas a ela relacionados ou um paraíso ameaçado em sua diversidade e riqueza?

Pretende-se discutir a formação da região denominada de Amazônia Legal, apontando sua diversidade e riqueza, mas também as ameaças que pairam sobre ela. Também serão apontadas possibilidades sobre como integrar e desenvolver a região, garantindo sua integridade e preservação, e a contribuição do efetivo militar que ocupa a região.

Território

A região que compreende a Floresta Amazônica, que pertencia aos espanhóis pelo acordo do Tratado de Tordesilhas, foi chamada de “*Inferno Verde*” pelos colonizadores em virtude do calor que a mata exalava e dos perigos que eles encontraram. Seu nome se originou das Amazonas, mulheres guerreiras da mitologia grega. Francisco de Orellana, colonizador espanhol, alegou ter

* Desembargador Federal, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (biênio2019/21), Mestre em Direito do Estado (UGF, 1989) e em Direito Público (UFRJ, 1988), Doutor em Direito Público (UFRJ, 1991), professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

sofrido um ataque de uma tribo formada apenas por mulheres, que ele chamou de Amazonas, difundindo o nome que seria popularizado mais tarde. (FLORESTA..., 2019a)

A Floresta Amazônica é uma das maiores florestas tropicais do mundo. Localizada na região norte da América do Sul, possui uma fauna que corresponde a 80% das espécies no Brasil e uma flora que contém de 10 a 20% das espécies vegetais do Planeta Terra. Seus rios representam a maior reserva de água doce no mundo. (FLORESTA..., 2019a)

A área da Floresta Amazônica abarca seis países: Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. A Amazônia Brasileira ocupa 59% do território e se estende pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, parte do Maranhão, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, mas nem sempre sua composição foi esta. (IPEA, 2008)

Em 1953 foi sancionada a Lei 1.806/53 (BRASIL, 1953), que incorporou ao território da Amazônia parte dos estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso e dispôs sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criando a Superintendência (SPVEA) da sua execução. Esse dispositivo legal também definiu que esta área seria chamada de Amazônia Legal e que nela se concentrariam os esforços para combater o subdesenvolvimento econômico daquela parte do país. Em 1966, no governo Castelo Branco, a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), mantendo o objetivo de promover e planejar o desenvolvimento da região. Em 1977, a Lei Complementar nº 31 (BRASIL, 1977) incorpora todo o estado do Mato Grosso ao território da Amazônia. Os limites territoriais da Amazônia Legal foram reorganizados a partir da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região, sendo

fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. A sua forma atual foi definida pela Constituição de 1988, que incluiu Tocantins, Roraima e Amapá. (O QUE..., 2014)

Fronteiras

Segundo Gadelha (2002), Jaime Cortesão nos mostra como a posição e o espaço em que hoje se assenta o Estado Brasileiro se explicam um pelo outro. Ou seja, posição e espaço facilitaram a ocupação territorial do País e, dessa forma, beneficiaram a ocupação da Hinterlândia (conjunto das terras situadas no interior) brasileira pelos portugueses.

As tentativas de se delimitar o território amazônico já vêm de longa data. Segundo Noronha (1637), algumas estratégias foram adotadas pela coroa portuguesa como tentativa de dominação. As ordens religiosas católicas, com o objetivo de aprisionar indígenas, foram as primeiras a agir nessa com essa finalidade, ficando esses missionários responsáveis pelo controle LOCAL. Os fortes foram outra estratégia para garantir a ocupação lusitana, mas somente a imposição sobre os nativos não ajudava na tomada do território. (NORONHA, 1637 *apud* MACHADO, 1997)

A consolidação de suas fronteiras ocorreu pela solução de questões políticas e diplomáticas, desde o início da colonização. Segundo o Coronel Guimarães Filho (2018), o Barão do Rio Branco agiu na consolidação das fronteiras da Amazônia de forma memorável, e já naquela época previa que, mesmo utilizando métodos pacíficos, o país deveria fazer o seguinte:

contar com o poder militar adequado para a defesa, propugnando, já no início do século XX, o recrutamento das forças armadas. Além

disso, ele também propunha como estratégia para lidar com as instabilidades internacionais a busca da paz e da cooperação respaldadas pelas capacidades militares adequadas. (GUIMARÃES FILHO, 2018)

Um dos caminhos percorrido pelo Estado no processo de integração nacional foi despertar o interesse do público universitário para regiões do Brasil pouco exploradas. Essa iniciativa, nomeada posteriormente de Projeto Rondon, se inicia quando, em 11 de julho de 1967, uma equipe formada por 30 universitários e dois professores de universidades do antigo Estado da Guanabara conheceu de perto a realidade amazônica no então território federal de Rondônia. O Projeto possui este nome em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Os universitários trouxeram a ideia de ‘integrar para não entregar’, que se transformou no lema do Projeto Rondon. (MINISTÉRIO DA DEFESA)

A grande preocupação da época, e dos dias atuais, era garantir a proteção da floresta contra sua possível internacionalização, por isso o discurso nacionalista do período falava de ocupação do território e unificação nacional. O lema do Projeto Rondon reflete essa preocupação e também o posicionamento do governo.

A Região Amazônica é um tesouro que desperta o interesse dos mais variados setores, tanto internos quanto externos. E esse interesse se expressa na visualização da região tanto como uma fonte de riquezas que precisa e deve ser explorada, quanto como um ecossistema que precisa ser preservado. Isso faz com que a região seja objeto de estratégias, por parte do governo, que garantam a sua segurança.

Existem dois principais instrumentos orientadores da Defesa Nacional, que dão as di-

retrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas em sua missão de defesa da pátria e de garantia dos poderes constitucionais: A Política Nacional de Defesa (PND), que fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los; a Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, estabelece como fazer o que foi estipulado pela Política. (BRASIL, 2012)

A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa (2012) estão reunidas em um único documento, no qual fica clara a importância da Amazônia pelo seu potencial de riquezas minerais e sua biodiversidade, e também como essas características chamam a atenção internacional. O item 5.4 do documento deixa claro que o adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A intensificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. (BRASIL, 2012)

Diferentes iniciativas já foram, e continuam sendo, efetivadas pelo Governo Federal para garantir a defesa e integração do território nacional. Com relação à região amazônica, o Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985 para atender uma preocupação expressa pelos militares sobre a causa amazônica. Naquele período, começou a se disseminar a cobiça internacional sobre as reservas naturais estratégicas do país. Tendo o Ministério da Defesa como responsável, o PCN tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica, e sua vertente militar atua na manutenção da soberania e integridade territorial nacional por meio do trabalho realizado pelas Forças Armadas. O Calha Norte tem como objetivo principal aumentar a presença

do poder público em sua área de atuação e promover o desenvolvimento sustentável. (MINISTÉRIO DA DEFESA)

Os países desenvolvidos acreditam que os países que compõem a região amazônica não têm capacidade de gerenciar e resguardar todos os recursos nela disponíveis, recursos estes considerados como patrimônio da humanidade. O Brasil tomou como medida articular políticas de defesa e segurança, inclusive de cunho militar, para garantir a soberania e o desenvolvimento e impedir qualquer tentativa de internacionalização da região, um tema que sempre aparece em pauta.

Biodiversidade

Segundo o documento que reúne a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, a questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo, podem tornar-se objeto de interesse internacional. (BRASIL, 2012)

A área da floresta que ocupa 59% do território nacional possui mais de 30 mil espécies de plantas, uma fauna diversificada, além de abrigar a maior bacia hidrográfica do mundo. Isso gera o interesse de grandes potências e também de grandes corporações, suscitando ameaças potenciais ao território.

Mesmo sem ter um número exato de quantas espécies vegetais e animais existem no mundo, alguns especialistas consideram que 20% das espécies conhecidas se encontram no Brasil. Nos rios amazônicos e seus afluentes encontra-se cerca de 3 mil espécies de peixes; em terra existem mais de 400 mamíferos, 1.300 aves além de

40 mil espécies de plantas. Se tudo isso, por um lado, se constitui em um fator de orgulho, também inspira cuidados.

Como proteger toda essa riqueza das ameaças? Que ameaças são essas?

a) Desmatamento

A maior ameaça da região é o desmatamento, que cresceu 13,7% entre os anos de 2017 e 2018, como foi divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Alguns dos fatores que contribuem para esse crescimento são a derrubada de áreas de floresta para uso agropecuário, a exploração ilegal de madeira e a falta de fiscalização. Muitas espécies de pássaros e mamíferos dependem das espécies madeireiras para se alimentar. É possível que populações de animais que dependem fortemente das espécies madeireiras experimentem reduções populacionais à medida que as espécies da qual elas dependem sejam eliminadas. (UHL; BEZERRA & MARTINI, 1997)

O fato marcante da história recente da Amazônia é o desmatamento (corte raso da floresta). Embora a população indígena tenha habitado a região há mais de 14 mil anos, o desmatamento foi extremamente pequeno e não deixou cicatrizes. De fato, até 1975, apenas uma área inferior a 1% da Amazônia havia sido desmatada. Porém, nas últimas três décadas, o desmatamento disparou, alcançando 19% do território em 2013 – uma área equivalente à soma dos territórios dos Estados de Minas Gerais e Paraná. (IMAZON, 2015)

O desmatamento reduz a biodiversidade, causa erosão dos solos, degrada áreas de bacias hidrográficas, libera gás carbônico para a atmosfera, reduz a umidade do ar, causa desequilíbrio social, econômico e ambiental. (PIACENTINI, 2012)

b) Biopirataria

Muitos recursos da floresta, no que tange tanto à flora quanto à fauna, têm sido extraídos e vendidos de forma ilegal sem que haja um processo de reposição de espécies. A proteção da biodiversidade brasileira é responsabilidade do poder público – União, estados, Distrito Federal e municípios – e da sociedade civil, que desempenha papel importante nessa tarefa. (MEIRELES, 1999, p. 463 apud COSTA; ALVES, 2018, p. 68)

Outras ameaças que podemos citar é a Biopirataria, que vai além do contrabando de espécies animais ou vegetais, mas também se refere à apropriação indevida de conhecimentos tradicionais das populações locais sobre os usos dessas espécies, principalmente para fins medicinais.

c) Pesca Comercial

A Pesca Comercial também é outra semelhante ameaça posto que, por não existir fiscalização nem regulamentação ou cota de pesca, acaba reduzindo a população de peixes de diferentes espécies.

d) Garimpo Ilegal

Finalmente, vale citar o Garimpo Ilegal, dentre outras ameaças. A atividade de garimpo não é ilegal no Brasil, mas para ser considerada legal a extração mineral precisa ser regulada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O garimpo ilegal e proibido é aquele que ocorre dentro de áreas protegidas e nas reservas indígenas.

A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) lançou, em 2018, um mapa que mostra como essa atividade é praticada nos diferentes países que formam a Floresta Amazônica, detalhando a extensão do problema e quais os impactos sobre o meio ambiente. O mapa indica 2.312 pontos e 245 áreas de garimpo ou extração de minerais, também foram mapeados 30 rios afetados pela atividade. Como ele está disponibilizado em uma plataforma online, foi reproduzida uma versão abaixo:



Figura 1 – Garimpo ilegal na Amazônia

Fonte: Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG)

e) Humana

Mas a principal ameaça que a região Amazônica enfrenta é a humana. A ocupação e uso dos solos provenientes do descontrolado crescimento populacional causam:

- aparecimento de diversas doenças;
- contaminação dos rios;
- depósitos de lixo;
- falta de saneamento básico;
- mau uso da agricultura;
- favorecimento às mudanças climáticas. (FLORESTA..., 2019b)

De acordo com dados e projeções feitas pela Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), até 2050 apenas 10% da superfície da Terra ainda não será afetada pelos impactos causados por algum tipo de atividade humana (INPE, 2019).

Água

Segundo dados da Agência Nacional de Águas – ANA, estima-se que o Brasil possua cerca de 12% da disponibilidade de água doce do planeta. Mas sua distribuição não é equilibrada. A Região Norte concentra aproximadamente 80% da quantidade de água disponível, mas é ocupada apenas por 5% da população brasileira. Já as regiões próximas ao Oceano Atlântico possuem mais de 45% da população, porém, menos de 3% dos recursos hídricos do país. (AGÊNCIA...)

A água se transformou em um bem altamente valorizado, não apenas para consumo diário, mas também na indústria e agricultura, áreas que movimentam enormes quantias de dinheiro. Pela sua valorização, quem controla o acesso e distribuição de água acaba tendo uma

grande concentração de poder, e os locais em que existem grandes concentrações desse recurso natural se tornam alvos de disputas por diferentes grupos.

[...] diante da perspectiva global de escassez de recursos naturais, países desenvolvidos, que possuem um histórico de apropriação e exploração desses recursos em nações em desenvolvimento, voltam sua atenção às regiões detentoras dessas riquezas. Dessa forma, a Amazônia passa a ser alvo de cobiça internacional. Para garantir a soberania sobre a região, o Estado brasileiro investiu em políticas governamentais, que visam ao monitoramento, a uma maior militarização das fronteiras amazônicas e ao crescimento social, econômico e sustentável. (COSTA; ALVES, 2018, p. 66)

A Bacia Amazônica concentra 16% da água doce do mundo, mas a Amazônia é a região brasileira com as mais baixas concentrações populacionais, embora seja lá que esteja presente 78% da água superficial, que são as águas que não penetram no solo, acumulando-se na superfície e dando origem a rios, riachos, lagoas e córregos quando escoam. Por esta razão, elas são consideradas uma das principais fontes de abastecimento de água potável do planeta (AGÊNCIA...). Diante da escassez e valorização desse bem natural, e com sua abundância na Amazônia, a região passou a ser alvo de interesses internacionais.

Desafios

Segundo Hardin (1968), recursos ambientais de uso compartilhado por todos são classificados como comuns. Esses recursos precisam ser utilizados de forma que não ocorra seu colapso ou esgotamento, para isso é preciso que o uso seja racional e equilibrado. Quando indivíduos

agem de forma independente e conforme seus próprios interesses, indo de encontro aos interesses da comunidade, o recurso explorado acaba atingindo sua finitude, acabando em tragédia.

O termo tragédia dos comuns (comuns no sentido de “público”) foi cunhado por Hardin (1968), que ilustra o problema usando a parábola de um grupo de pastores que tinha seus animais em um pasto público. Cada pastor pensava em adicionar um animal ao seu rebanho com o seguinte raciocínio: um animal extra proporcionaria um bom lucro adicional, e, no geral, a pastagem diminuiria somente um pouquinho, então parece perfeitamente lógico aos pastores colocar um animal extra (BARRICHELO, 2017). A tragédia ocorre quando cada pastor adiciona mais um animal - porque ele terá mais benefícios e os custos continuam sendo divididos com todos os outros - levando o pasto a atingir seu esgotamento, ou seja, a exploração sem controle de um recurso finito acaba levando este recurso ao fim mais rápido. Logo, todos os pastores serão prejudicados porque ficarão sem o pasto.

A narrativa dominante é a de que a região amazônica se constitui em um recurso comum de toda uma nação, mas seus benefícios se estendem por todo o mundo, seja porque ela contribui diretamente para o equilíbrio climático do planeta (o que é controverso), seja porque seu território é rico em biodiversidade e fonte de riquezas. Em qualquer hipótese, a Amazônia é uma região de oportunidades para o Brasil.

Como preservar e, ao mesmo tempo, integrar e desenvolver?

Segundo Christmann e Vieira (2014), “[...] a possibilidade de conceber formas alternativas

de gestão de bens comuns exige uma abertura a diferentes ideologias, representações, saberes, a fim de compreender que distintas formas de relação com a natureza e de relação entre os homens são possíveis”.

Elinor Ostrom, vencedora do Prêmio Nobel de Economia de 2009 pelo seu estudo sobre a Tragédia Dos Comuns, não via a tragédia sendo impedida apenas pela privatização ou regulamentação governamental. Segundo ela, muitas vezes os próprios usuários desses bens comuns encontram formas de regular seu uso. O modelo de Ostrom nos apresenta oito princípios fundamentais na gestão de bens comuns:

1. Demarcação clara dos bens comuns e dos seus utilizadores: identificar todos aqueles que irão utilizar esses bens, principalmente quando falamos de recursos;
2. Regras definidas em consonância com as condições locais (época, espaço, tecnologias disponíveis, quantidade de recursos disponíveis, entre outras particularidades);
3. Estabelecimento de acordos coletivos pelos usuários;
4. Benefícios proporcionais aos custos de utilização;
5. As regras comuns devem ser reconhecidas e respeitadas pelas autoridades externas;
6. Monitoramento da obediência às regras estabelecidas com penalidades aplicadas aos transgressores;
7. Facilidade de acesso a meios de resolução de conflitos convenientes à comunidade;
8. Gestão de recursos do particular para o geral. (OSTROM, 1990, p. 90-102)

O extrativismo se mostra como uma atividade importante para a sobrevivência das comunidades locais, mas a extração sem controle de diferentes recursos comuns, vegetais e animais, vai levar a seu esgotamento. Índios ou ribeirinhos

são dependentes desses recursos naturais para sua sobrevivência. É preciso medidas que controlem o uso dos recursos comuns, e os princípios de Ostrom se mostram como uma possibilidade de fazer essa gestão “de baixo para cima”, por serem diretrizes a serem seguidas para uma organização da forma como diferentes recursos serão explorados. Mas a verdade é que:

O modelo de desenvolvimento a ser buscado para a Amazônia é um imenso desafio, na medida em que não há disponível, no mundo, referência de país tropical desenvolvido com economia baseada no aproveitamento racional de recursos florestais, em que o progresso social e econômico esteja conciliado com a conservação da natureza e das diferentes culturas autóctones. [...]

O futuro da Amazônia depende de um modelo de desenvolvimento em que a base de todo o progresso humano esteja fincada na *exploração inteligente, seletiva e ambientalmente segura de seus inigualáveis recursos naturais* (solo, subsolo, floresta, rios e lagos), assentada numa excepcional condição de *geração de energia em bases limpas* (fontes renováveis e não poluentes) [...], com planejamento e apoio do Estado brasileiro, dos governos locais e de seletivas parcerias internacionais. (MELLO, 2015)

Um tema delicado de se abordar com relação à Amazônia é a agricultura. Quando se discute a questão da sustentabilidade ambiental em oposição à exploração agrícola na área da floresta amazônica, o Brasil sofre críticas de diferentes partes do mundo. Mas a verdade é que o desafio de se produzir alimentos diante do aumento crescente da população mundial exige dos governos mudanças relacionadas ao setor agropecuário. A necessidade de se produzir alimentos se transformou em um mercado

promissor para os próximos anos, sendo o Brasil e os EUA os países que apresentam uma área territorial suficiente para poder entrar nesse mercado. (DIOGO, 2019, p. 16-17)

Um dos grandes e atuais desafios para o desenvolvimento brasileiro é manter o crescimento da produção agropecuária e, ao mesmo tempo, reduzir os impactos dessa produção sobre os recursos naturais. Esse desafio surge em meio aos debates internacionais e às pressões cada vez maiores da sociedade por um novo modelo de desenvolvimento, que seja capaz de conciliar o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente. Só muito recentemente as políticas governamentais para o setor agropecuário começaram a atentar para as questões relativas à sustentabilidade ambiental e a estabelecer programas e metas com esse objetivo. (SAMBUICHI; OLIVEIRA; SILVA; LUEDEMANN, 2012, p. 7)

O Brasil é constantemente acusado de não ter responsabilidade para controlar o desmatamento na Amazônia, de que a agricultura é a principal responsável pela devastação da floresta, mas quando analisamos a área de floresta preservada em relação ao total do território, vemos que o país fica atrás apenas da Rússia:

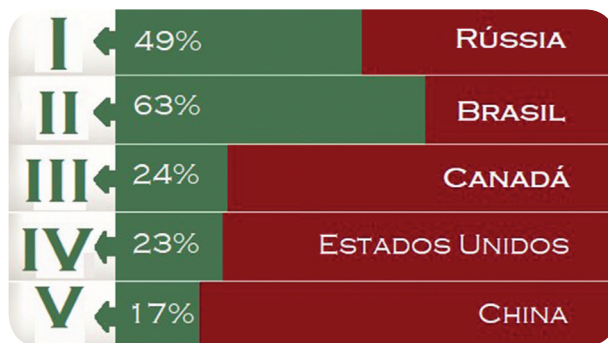


Figura 2 – Área de floresta preservada por país
Fonte: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-pais-tem-mais-florestas/>

Estudo desenvolvido pela NASA, baseado em monitoramento por satélite, mostra que o Brasil ocupa apenas 7,6% de seu território para cultivo agrícola, e que protege e preserva mais de 66% de suas terras. Os números divulgados sobre percentual do território cultivado são: Dinamarca 76,8%; Irlanda, 74,7%; Países Baixos, 66,2%; Reino Unido 63,9%; Alemanha 56,9%. Esses números foram utilizados pelo então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em seu discurso na abertura do painel “Moldar o Futuro da produção animal de forma sustentável, responsável e produtiva”, no Fórum Global para Alimentação e Agricultura (GFFA), para rebater a crítica recorrente da comunidade internacional de que os “agricultores brasileiros são desmatadores”. (EMBRAPA, 2017)

E, diante de todo o cenário traçado até aqui, como os militares podem contribuir? Para começar, eles têm a expertise sobre o local.

Quando a gente fala da Amazônia, podemos não ter logicamente uma visão muito especializada, setorializada, mas temos uma visão muito aproximada da sua realidade, porque estamos vivenciando isso durante toda a nossa carreira militar. (GUIMARÃES FILHO, 2018)

Uma das formas que já vem sendo experimentada há algum tempo é destinar efetivos militares dentro do território amazônico para garantir a segurança, tanto dos indivíduos quanto das fronteiras.


Outra forma já praticada é a criação de áreas ambientais de proteção compartilhada (com aproveitamento produtivo), ficando os militares responsáveis pelo patrulhamento, a partir do estabelecimento de unidades militares que ocupem posições estratégicas e formadas por efetivos devidamente treinados e preparados para atuar diante das necessidades e apoiados pelas novas tecnologias.

Principais conclusões

Estudos realizados na década de 1970 mostram como o gás propelente CFC (clorofluorcarbono), utilizado em aerossóis e sistemas de refrigeração, afeta a camada de ozônio e levam a um outro nível de importância o tema da preservação das florestas. Na década de 1990 ocorre, no Brasil, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecido como Eco-92, que coloca em evidência a questão ambiental e a Amazônia na pauta das grandes discussões mundiais. A ideia de que as florestas precisam ser preservadas conquista o grande público.

Com esse novo impulso preservacionista a região Amazônica ganha mais visibilidade internacional, com diferentes estudos mostrando sua importância para a vida no planeta. Os olhares se voltam para o Brasil e para sua responsabilidade como “pulmão do mundo”, ainda que estudos recentes mostrem que a realidade não é exatamente essa, pois a floresta consome praticamente todo o oxigênio que produz.

A Amazônia, com seu estoque de bens comuns, acaba por atrair a atenção das mais diferentes nações estrangeiras e colocando a soberania nacional sempre em ameaça. O Estado, presente na figura dos diferentes órgãos e institutos públicos e, principalmente, com a presença das Forças Armadas, age para garantir não somente a soberania, mas para deixar clara a sua capacidade de cuidar da região, defendendo-a e promovendo seu desenvolvimento.

A Amazônia é um patrimônio nacional (e não internacional, como insistem alguns com interesses não confiáveis) que deve ser explorado com racionalidade (e inteligência) em prol do povo brasileiro. E os militares, que são parte integrante do povo, são os principais protagonistas deste processo. 

Referências

- AGÊNCIA Nacional de Águas - ANA. **Quantidade de água**. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/quantidade-da-agua>>. Acesso: 20 fev. 2019.
- BARRICHELO, F. **Estratégias de Decisão**: decida melhor com insights da teoria dos jogos. SP: Crayon Editorial, 2017.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 31**, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm>. Acesso: 20 fev. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 1.806**, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 20 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso: 20 fev. 2019.
- CHRISTMANN, Luiza Landerdahl; VIEIRA, Ricardo Stanziola. Gestão de bens comuns: tragédia dos comuns ou tragédia dos comunitários? Reflexões em torno da gestão de unidades de conservação de uso sustentável. In: **Direito ambiental I** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFSC. Coordenadores: Livia Gaigher Bosio Campello, Norma Sueli Padilha, Paulo de Bessa Antunes. – Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8d7aaf355a23f5c7>>. Acesso: 20 fev. 2019.
- COSTA, Julia Fernanda Vargas da; ALVES, Nina Sanmartin Moreira. **Os Recursos Estratégicos Da Amazônia Brasileira e a Cobiça Internacional**. Revista Perspectiva. Reflexões Sobre a Temática Internacional, v. 11, n. 20, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/80679/49885>>. Acesso: 20 fev. 2019.
- DIOGO, José Manuel. **É preciso mudar a imagem do Brasil**. Revista Isto É, n. 2.583, 3 jul. 2019.
- EMBRAPA. **Lavouras são apenas 7,6% do Brasil, segundo a NASA**. Embrapa Territorial. São Paulo, 29/12/17. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/web/portal/territorial/busca-de-noticias/-/noticia/30972444/lavouras-sao-apenas-76-do-brasil-segundo-a-nasa>>. Acesso: 20 fev. 2019.
- FLORESTA Amazônica. **História da Amazônia**. Disponível em: <<http://floresta-amazonica.info/floresta-amazonica/historia-da-amazonia.html>>. Acesso: 20 fev. 2019a.
- FLORESTA Amazônica. **Impactos Ambientais da Amazônia**. Disponível em: <<http://floresta-amazonica.info/impactos-ambientais-da-amazonia.html>>. Acesso: 20 fev. 2019b.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia**: a fronteira Norte do Brasil. **Estud. av.** [online]. 2002, vol.16, n.45, pp.63-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 20 fev. 2019.
- GUIMARÃES FILHO, Coronel Rezende. **O Sistema de Defesa da Amazônia e a Fronteira**. In: Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte. Organizadores: Bolívar Pêgo (Coordenador) ... [et

al.] - Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180622_fronteras_do_brasil_volume3_cap03.pdf>. Acesso: 20 fev. 2019.

HARDIN, Garrett. **A tragédia dos comuns**. Tradução de Jose Roberto Bonifacio, Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Gama Filho (UGF). The Tragedy of the Commons. *Science*, vol. 162, n. 3859, 13 de dezembro, 1968, p. 1243-1248. Rio de Janeiro: 10/05/2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3203283/mod_resource/content/2/a_trag%C3%A9dia_dos_comuns.pdf. Acesso: 19 jul. 2019.

IMAZON. **A floresta habitada**: História da ocupação humana na Amazônia. Belém: 13 out. 2015. Disponível em: <<https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>>. Acesso: 20 fev. 2019.

INPE. Centro de Ciência do Sistema Terrestre - CCST. Relatório Apocalíptico do IPBES. 06/05/2019. Disponível em: <<http://www.ccst.inpe.br/relatorio-apocaliptico-do-ipbes/>>. Acesso: 20 fev. 2019.

IPEA. **O que é? Amazônia Legal**. Revista Desafios do Desenvolvimento. Ano 5. Edição 44 - 08/06/2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid=23>. Acesso: 20 fev. 2019.

MACHADO, Lia Osório. **O Controle Intermitente do Território Amazônico**. Território 2. Laget, UFRJ. Rio de Janeiro: Relumê- Dumará, vol. 1, n.2, jan/jun. 1997, p. 19-32.

MELLO, Alex Fiúza de. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia**: O caso brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n. 107, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/mxc/Downloads/rccs-6025.pdf>>. Acesso: 19 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Programa Calha Norte**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte>>. Acesso: 20 fev. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Projeto Rondon Missão de Vida e de Cidadania**. Disponível em: <<https://projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>>. Acesso: 20 fev. 2019.

O QUE é a Amazônia Legal. Dicionário Ambiental. ((o))eco, Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acesso: 20 fev. 2019.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons**: the evolution of institutions for collective action. Indiana University: University Press, 1990, pp. 90-102.

PIACENTINI, Patricia. Floresta Amazônica: desmatamento afeta a rica biodiversidade e causa impactos no planeta. **EcoDebate**, 20/08/2012. Site de informações, artigos e notícias socioambientais. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/08/20/floresta-amazonica-desmatamento-afeta-a-rica-biodiversidade-e-causa-impactos-no-planeta/>>. Acesso: 20 fev. 2019.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino de; SILVA, Ana Paula Moreira da; LUEDEMANN, Gustavo. **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira**: impactos, políticas públicas e desafios. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: 2012.

UHL, C.; BEZERRA, O.; MARTINI, A. **A Ameaça à Biodiversidade na Amazônia Oriental**. Série Amazônia (Vol. 6, p. 34). Belém: Imazon. 1997.

A situação da artilharia do Exército Brasileiro, à época da campanha do Mato Grosso, e a sua atuação no conflito

Antonio Ferreira Sobrinho*

Introdução

É a partir da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), que se observa na Historiografia Militar Brasileira o emprego maciço dos meios de apoio de fogo naval e de artilharia e onde se percebe o seu elevado poder destrutivo. As novidades tecnológicas surgidas nos grandes centros industriais, naquele período, e colocadas à disposição dos contendores, obrigou-os a usar tanto o armamento moderno, quanto o antigo, caracterizando-a como uma guerra de transição¹, evidenciada na dificuldade da percepção dos envolvidos sobre a superioridade das novas armas, que lhes fora apresentadas durante o conflito.

Este trabalho tem por objetivo apresentar de forma sucinta, e até mesmo didática, uma visão geral de como se encontrava e de que forma atuou a Artilharia Brasileira na guerra da Tríplice Aliança, destacando a sua participação nos principais combates ocorridos na Campanha do

Mato Grosso e a sua contribuição para a evolução da doutrina militar do Exército Brasileiro.

Para atingi-lo, o dividimos nas seções seguintes.

O material de artilharia utilizado

A década de 1860 viu grandes mudanças acontecerem na artilharia do Exército Brasileiro, particularmente, por conta da “Questão Christie”, crise político-militar envolvendo a Inglaterra, onde ficou evidenciado a obsolescência do armamento disponível, obrigando o Império a tomar medidas para remediar a situação, tais como o envio de várias comissões de compra ao exterior para a aquisição de armas modernas, raiadas e de percussão.

No entanto, os fornecedores de armamento pesado, no período, eram poucos: os Estados Unidos estavam envolvidos na sua Guerra Civil, a Inglaterra proibia que a fábrica Armstrong vendesse para o Brasil, devido a problemas diplomáticos (Questão Christie), e

* Chefe da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEEx). Possui Graduação em Ciências Militares na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 1971. Mestrado em Ciências Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1982. Doutorado em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 1986 e Pós-Graduação Lato Sensu em História Militar na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2008. É membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da Asociación Cultural Mandu' Ara do Paraguai e sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

a França resolveu considerar seus canhões La Hitte como segredo.

Somente com a intervenção do Conde D'Eu (Comandante Geral da Artilharia), descendente da Casa Real de Orleans e ex-oficial do Exército Espanhol, é que se conseguiu comprar canhões na Espanha e na França, peças estas que puderam ser copiadas e fabricadas no Brasil.

Ao iniciar-se o conflito, diversas eram as espécies e variedades de canhões e munições empregados pela Artilharia Brasileira. (*Relatório do Ministro da Guerra 1870*)

Artilharia de posição

- Peças de Alma Lisa, de bronze e de ferro, de calibres 1, 3, 6, 9, 12, 10, 24, 30 e 36;
- Caronadas de calibres 3, 6, 9, 12, 18, 24 e 36;
- Canhões lisos, de bronze, de 9, alargado em 12 e raiados;
- Canhões obuses ou Paixhan de 68 e 80;
- Obuses de 5, ½ 6 e 10 polegadas; e
- Canhões Parrot de 100.

b. Artilharia de Sítio

- Canhões Witworth de 32; 70 e 120;
- Obuses de 4. 1/2 e 5. 1/2 polegadas; e
- Morteiros de 15, 22, 27 e 32 cm.

c. Artilharia de Campanha

- Canhões La Hitte raiados de 4, 6 e 12; de origem francesa, espanhola e fabricados, no arsenal de guerra da corte;
- Obuses de 4. ½ e 5. ½ polegadas;
- Canhões – Obuses de 4 polegadas, conhecidos como “João Paulo”; e
- Foguetes à congreve de diferentes tipos de calibres.

d. Projéteis e Munições

Nas bocas de fogo de alma lisa, foram usados os projéteis esféricos correspondentes a cada espécie de arma: as balas rasas, as balas ocas, as granadas e as bombas. Algumas já utilizavam munições de forma cilíndrica, servindo para o tiro de metralha, como a lanterna e a pirâmide.

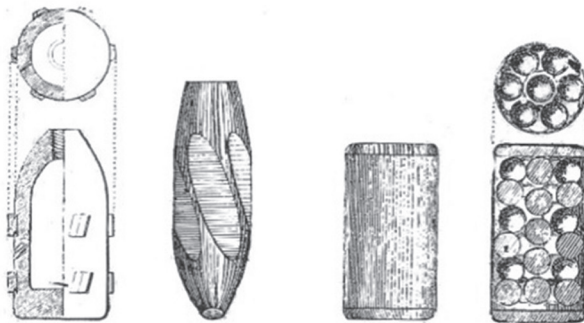


Figura 1 – Projétil cilíndrico (lanterna)

Fonte: acervo do autor

Na artilharia raiada, foram utilizadas as granadas de forma cilíndrica - ogival, com duas ordens de travadores (movimento de rotação) e os projéteis Whitworth (oblongos, de seção hexagonal e face helicoidais). Por serem fabricadas por empresas privadas, o Exército tinha dificuldades para controlar a sua qualidade, apresentando, inúmeros defeitos de fabricação.

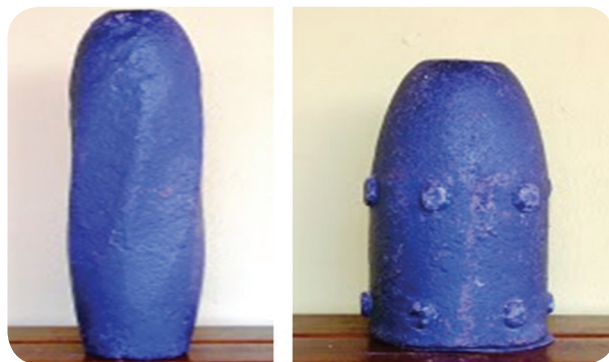


Figura 2 – Projétil Whitworth e Granada La Hitte

Fonte: ALVES, 1959

Organização para o combate

Na mesma situação do armamento e da munição, a artilharia da força terrestre também não dispunha de uma estrutura organizacional adequada para integrar o Exército de Campanha de que o País necessitava naquela conjuntura.

A sua organização tinha como base o **Batalhão de Artilharia a Pé (BA a Pé)**, a oito companhias e **Corpos de Artilharia**, que recebiam essa denominação geral - Corpo - por não terem constituição fixa. Poderiam ter um número variável de companhias, de acordo com a necessidade.

Organização da Artilharia do Exército Brasileiro, antes do início das operações:²

- 1º BA a Pé, no Rio de Janeiro, guarnecendo as fortalezas da Baía de Guanabara;
- 2º BA a Pé, em Corumbá, Mato Grosso, guarnecendo as fortificações que defendiam os acessos do Rio Paraguai;
- 3º BA a Pé, guarnecendo as fortificações do Norte, com sede em Belém/ PA;
- 4º BA a Pé, em Pernambuco, tendo a seu cargo as fortificações do Nordeste, incluindo a Bahia.

Havia mais:

- 1 Corpo de Artilharia Fixa, a 4 companhias, com sede em Corumbá, Mato Grosso, guarnecendo o Forte de Coimbra;
- 1 Corpo de Artilharia Fixa a 2 companhias, no Amazonas guarnecendo as fortificações da fronteira;
- 1 Regimento de Artilharia a Cavalo no Sul, que seria destacado para a campanha do Uruguai, com seis baterias;
- 1 Companhia de artifices a 2 Companhias no Mato Grosso;
- 4 Companhia de artifices distribuídos na Corte e no Sul.

Já em 1865, os Batalhões de Artilharia a Pé foram transformados em unidades de montanha ou a cavalo, com exceção **das unidades do Mato Grosso**.

Com a organização do 2º Corpo de Exército, criou-se mais um Regimento de Artilharia a Cavalo (provisório) constituído por voluntários e guardas nacionais.

A técnica de tiro e a tática de emprego³

Nesse estudo constatou-se que o emprego da artilharia nas campanhas do Mato Grosso e do Paraguai, evidenciou o predomínio da Escola Francesa, oriunda das guerras napoleônicas, não só quanto à repartição dos meios pelos diferentes escalões, mas também, quanto aos fogos a executar; e isso já vinha desde a Guerra dos Farrapos e da campanha do Uruguai. Assim, toda a artilharia era subordinada ao Comando do Exército, a quem cabia dosar o número de canhões a serem atribuídos a cada escalão empenhado em campanha.

Os canhões formavam, no campo de batalha, o esqueleto do dispositivo com que se iria enfrentar o inimigo, ficando sua proteção a cargo da infantaria ou da cavalaria. Iniciando o combate pela luta contra a artilharia adversária (duelo de artilharia) ou pelo bombardeio das linhas inimigas. Às outras armas (infantaria e cavalaria) cabia progredir sobre estas, em colunas ou linhas de atiradores, até que cessasse o fogo da artilharia. Muitas vezes os pequenos alcances obrigavam a frequentes mudanças de posição dos canhões.

Quanto ao tiro, era executado peça por peça, com pontaria direta, para o alcance estimado, mediante inclinação da boca de fogo, dada pela alça de mira (parafuso), sendo realizado de posições adredeamente escolhidas e balizadas por grandes baterias de doze ou mais peças. A abertura de fossos à frente dos canhões, nas posições

defensivas ou nos acampamentos teve excelentes resultados, e foi um dos principais fatores que nos conduziram à vitória na Batalha do Tuiuti.

O armamento principal da artilharia de campanha no Exército em operações era constituído de bocas de fogo de bronze do sistema La Hitte, raiadas e de anticarga. Existiam 3 calibres: 4, 6 e 12 (corresponde em quilos o peso dos projéteis).

Os alcances dessas bocas de fogo, nos reparos em que estavam montadas e com as respectivas alças, eram, aproximadamente, os seguintes:

- no 4 de montanha: 2.000 m;
- no 4 de campanha: 3.000 m; e
- no 12 de campanha: 4.100 m.

Com o canhão Whitworth 32 podia-se alcançar 4.389 m, utilizando um ângulo de tiro igual a 10°.

O pequeno alcance e outras fracas características desse material mostram que a artilharia brasileira dispunha de potência diminuta e explicam porque não lhe foi possível, em várias oportunidades, dominar facilmente o fogo do adversário, que sabia aproveitar com rara maestria o terreno em que nos esperava na defensiva.

Atuação da artilharia brasileira na campanha do Mato Grosso

No fim de 1864, entram em combate na fronteira com o Paraguai o Corpo de Artilharia do Mato Grosso e o 2º BA a Pé, duramente atingidos pela incursão paraguaia do Cel Bairrios, com uma força terrestre à base de infantaria de 4 BI (3.200 H), apoiado por artilharia de campanha e uma força naval, e do Gen RESQUIN, com uma força à base de Cavalaria de 3.000 H (5 RC e 1 BI).

O ataque ao Forte de Coimbra

O Forte de Coimbra, construído na margem ocidental do Rio Paraguai assegurava a navegação e a posse da margem direita do grande rio, servindo de barreira às intenções paraguaias de prosseguirem para o Norte, estava guarnecido pelo Corpo de artilharia do Mato Grosso (155 H e 11 peças de Artilharia).

Em 27 de dezembro de 1864, a expedição comandada pelo Cel Vicente Barrios, intimou Coimbra, a render-se.

O tenente-coronel Hermenegildo de Alburquerque Portocarrero, que comandava o Corpo de Artilharia do Mato Grosso, instalado no Forte de Coimbra, repeliu ativamente a notificação do chefe paraguaio e dispôs, em seguida, seus homens: 35, na guarnição das bocas de fogos (estavam montadas 11 peças, mas só 5 foram guarnecidas pois só haviam 35 artilheiros disponíveis); 40, na defesa das cortinas; 80, pelas seteiras da 2ª Bateria – auxiliada ainda, por 10 índios caudieus sob a chefia do tuxame Lixigates, para enfrentar os paraguaios que passaram logo ao ataque, desembarcando tropa e bombardeando o Forte.⁴

Lutou-se assim pelo fogo nos dias 27 e 28. Como houvesse gasto toda a munição de infantaria existente, reuniu Portocarrero um conselho de oficiais e decidiu abandonar o Forte naquela mesma noite do dia 28 de dezembro, embarcando no navio ANHAMBÁ e se dirigindo para Corumbá, tudo sendo retirado em ordem – o cofre e as bandeiras à frente – e sem que o inimigo pressentisse. Ficaram no Forte apenas os 18 feridos paraguaios.

Na manhã de 29, os atacantes perceberam que a posição estava abandonada e nela se instalaram.

A notícia da tomada do Forte Coimbra causou pânico em Corumbá, fazendo que o Comandante

das Armas (Cel Carlos Augusto de Oliveira) abandonasse a cidade com toda a tropa (incluindo o 2º BA a Pé e o Corpo de Artilharia, oriundo de Coimbra) e retraísse pelo rio acima na direção de Cuiabá.

A contraofensiva brasileira

A invasão do Mato Grosso despertou um clamor geral no Brasil. O Governo Imperial resolveu organizar elementos para expulsar os intrusos. Assim, ordenou a convocação de 12.000 H da Guarda Nacional de Minas, São Paulo, Goiás e uma Companhia do Corpo de Artilharia Fixa do Amazonas. Em 1º de abril de 1865 iniciou-se a constituição do que se chamou a “A Coluna Expedicionária de Mato Grosso”. Só dois anos depois da invasão (Jan 1867), ela consegue chegar em Nioaque, onde foi organizado um Corpo

Expedicionário, com a missão de atacar Fazenda Laguna em território paraguaio.

A coluna se põe em marcha no dia 25 de fevereiro de 1867, com um efetivo aproximado de 2.000 H, no valor de uma Brigada a 3 BI, 1 Contingente de Cavalaria e 1 Companhia do 2º BA a Pé, puxada por bois, a quatro peças La Hitte. No comando da tropa estava o Cel Carlos de Moraes Camisão, Comandante das Armas do Mato Grosso, que substituíra o Cel Carlos Augusto de Oliveira, destituído após a fuga de Corumbá.

A participação da artilharia no apoio de fogo à Coluna foi muito importante. Atuou, basicamente, no tiro de peça em apoio a cada um dos BI. Nos combates de Laguna e do Rio Apa, teve maior expressão, ao rechaçar as fortes cargas da cavalaria paraguaia aos quadrados formados pela infantaria.



Figura 3 – Itinerário da Coluna

Fonte: ACYR, 1999



Figura 4 – Dispositivo de combate da Coluna
Fonte: ACYR, 1999

Ataque brasileiro ao acampamento paraguaio de Laguna

Assim definiu essa participação Acyr Vaz Guimarães, em “Seiscentas Léguas a Pé”:

Corriam já três horas de combate quando o Major José Tomás determina o recuo para junto do grosso da tropa, ao que, incontinenti, a artilharia inimiga, já refeita, vem para o campo aberto fustigá-la com cerrado fogo de par com a carga de cavalaria.

Camisão, assistindo ao embate, determina que o 17º e duas bocas de fogo sigam ao encontro dos bravos José Tomás e Pedro Rufino, pondo de retorno o inimigo.

Na luta empenharam-se 557 soldados brasileiros a pé, incluindo índios, e cerca de setecentos cavaleiros e oitenta infantes, do lado inimigo.

Dificuldades de toda a ordem, principalmente doenças e problemas de suprimentos, que já vinham agravando pesadamente as ações de CA-

MISÃO, impuseram o seu regresso ao território brasileiro, tendo início a célebre RETIRADA DA LAGUNA que deixou na História do Brasil páginas indeléveis de sacrifício, sofrimento e bravura.⁵

Combate do Apa

No deslocamento rumo norte, o inimigo assediava a coluna, pretendendo dizimá-la, quem conta, novamente é Acyr Vaz Guimarães:

Os canhões brasileiros, bem manejados, puseram em polvorosa o inimigo, que foi rechaçado, levando como presa o gado, mas deixando estendidos ao solo mais de cem mortos.

Esta foi a mais terrível batalha da campanha do Apa, na qual se envolveram em verdadeira chacina mais de três mil homens, deixando mais de duas centenas de mortos, de ambos os lados. Cessada a pesada refrega, os paraguaios continuaram fustigando a coluna com tiros de artilharia, que tiveram resposta de fogo certo.

A artilharia expedicionária dispersava os piquetes de cavalaria todas as vezes que se antepunham à marcha.

As peças de artilharia estavam sempre prontas para a proteção dos soldados a pé. E, se quatro foram os corpos que formavam o pequeno Exército, o 20º, o 21º, 17º e o 1º Corpo de Cavalaria, acrescidos dos índios, quatro foram as peças de artilharia a dar-lhes cobertura;

Os artilheiros por sua vez, manobravam as peças com tiros certos, impondo respeito ao inimigo, na proteção dos homens a pé.

De outro lado, o material de guerra brasileiro, ainda que escasso, era de melhor qualidade. O Ministério da Guerra brasileiro fez o técnico belga Francisco Wandervort, da própria fábrica de canhões La Hitte, contratado, acompanhar a tropa para dar assistência às peças.

Tudo isto diz por que os paraguaios não conseguiram dizimar a heroica coluna de homens a pé, esfomeados e doentes.

A falta de cavalaria foi suprida pela eficiência da artilharia, que defendia e atacava quando necessário. Os oficiais artilheiros, a par com a boa qualidade das peças e do fácil manejo pelos soldados para dar-lhes correta mobilidade, ganhando as elevações do terreno para afastar o inimigo de pontos estratégicos, foram, realmente, a salvação da coluna. Poucas peças, quatro apenas, mas eficientes, impuseram respeito à tropa inimiga.

Considerações finais

A incipiente indústria bélica nacional representada pelo Arsenal de Guerra, Fábrica de Armas da Conceição, Laboratório Pirotécnico de

Campinho e a Fábrica de Pólvora da Estrela, além das pequenas indústrias privadas complementaram as aquisições feitas no exterior, de forma suficiente às necessidades de armamento e munição para a artilharia brasileira no conflito.


A artilharia brasileira deu um salto tecnológico de mais de 300 anos. A transição do canhão de alma lisa para o canhão raiado implicou em uma mudança radical no modo de se fazer a guerra.

A modernização das unidades de artilharia de posição e de sítio, e a extinção dos Batalhões de Artilharia a Pé e a sua transformação em Regimentos de Artilharia a Cavalo foram irreversíveis.

A artilharia em presença na campanha do Mato Grosso teve uma participação bem menor nas operações do que a sua atuação no Paraguai.

A aquisição dos novos meios de artilharia e a sua colocação à disposição do Exército Brasileiro em operações, representou uma grande vantagem militar em relação à artilharia paraguaia.

O pequeno alcance e as deficiências de munição do principal material da artilharia brasileira (Canhões La Hitte) dificultaram o domínio do fogo adversário, particularmente na fase inicial da guerra.

Por fim, destacamos que, no aspecto da formação militar, a experiência e o adestramento no manuseio dos meios de apoio de fogo na guerra desenvolveram em excelentes condições a artilharia brasileira no pós-guerra. 

Referências

ACYR, Vaz Guimarães. **Seiscentas Léguas a Pé**. Biblioteca do Exército. 1999.

ALVES, Joaquim Victorino Portella Ferreira. **Seis Séculos de Artilharia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1959.

ALVES, Joaquim Victorino Portella Ferreira. **Mallet** - O Patrono da Artilharia. BIBLIEx, 1995.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Armas Ferramenta da Paz e da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

FORTES, Hugo Borges. **Canhões Cruzados** – Uma síntese da História da Artilharia de Costa Brasileira Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora 2000.

MELLO, Raul Silveira de. **A História do Forte de Coimbra**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958.

Notas

¹ HOMERO Adler F.de Castro e BITTENCOURT, José Neves. Armas Ferramentas da paz e da Guerra. BIBLIEx, 1991.

² FORTES, Hugo Borges. Canhões Cruzados. BIBLIEx, 2001.

³ ALVES, Joaquim N. P. Ferreira. Mallet – O Patrono da Artilharia. BIBLIEx, 1995.

⁴ ALVES, Joaquim N. P. Ferreira. Mallet – O Patrono da Artilharia. BIBLIEx, 1995.

⁵ BENTO, Claudio Moreira. AHiMTB

Biblioteca do Exército

A Biblioteca do Exército (BIBLIEx) - Casa do Barão de Loreto é uma centenária instituição cultural do Exército Brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral.

SEJA NOSSO ASSINANTE

e receba em sua residência nossos livros publicados.

Tel.: (21) 2519-5707

Praça Duque de Caxias, nº 25
Palácio Duque de Caxias
Ala Marcílio Dias - 3º Andar
Centro - CEP 20.221-260
Rio de Janeiro - RJ



Acesse:

www.bibliex.eb.mil.br



Os seus sonhos se realizam. aqui



Consulte as normas e condições vigentes.

Tem muita gente que sonha com a casa própria. Para alguns, o sonho é abrir o próprio negócio. Para outros, por exemplo, é reunir a família e viajar mundo afora. A POUPEX existe há mais de 36 anos para acolher você e transformar os seus sonhos em realidade, oferecendo soluções em Poupança, Financiamento Imobiliário e Empréstimo com Garantia Imobiliária.

POUPEX

0800 61 3040

www.poupex.com.br



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br

